

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

**SENTIDOS PRODUZIDOS POR FAMILIARES ACERCA DA
VIOLÊNCIA POLICIAL**

Valterci Vieira

**Goiânia
2009**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

**SENTIDOS PRODUZIDOS POR FAMILIARES ACERCA DA
VIOLÊNCIA POLICIAL**

Valterci Vieira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás (UCG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Processos Psicossociais.

Orientadora: Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Rezende.

**Goiânia
2009**

V658s

Vieira, Valterci.

Sentidos produzidos por familiares acerca da violência policial / Valterci Vieira. – 2009.

161 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, 2009.

“Orientadora: Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Rezende”.

1. Violência policial – Goiás. 2. Sentidos – produção – vítimas - violência policial. 3. Psicologia social. Desigualdade social. I. Título.

CDU: 316.485.26:351.72:159.9(817.3)(043.3)

“As famílias felizes parecem –se todas;
as famílias infelizes são infelizes
cada uma à sua maneira.”
(Léon Tostoi)

A Filipe, Artur e Shirley, por seu amor.
A meus pais, Maria das Graças e José Inácio,
fonte de vida.
A Gislene, Luciana, Walter e Júnior, meus
irmãos.
À memória de Juscelino, o Lininho, morto por
tantas violências.



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

No dia 20 de março de 2009, às 9:00 horas, na Sala 302, Bloco A, Área IV, Campus I da Universidade Católica de Goiás, **VALTERCI VIEIRA**, discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia (2007.1.055.003.0035) da Universidade Católica de Goiás, expôs, em Sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado, o trabalho intitulado **Sentidos Produzidos por Familiares Acerca da Violência Policial**, para Comissão de Avaliação composta pelos(as) docentes **Dr^a. Anita Cristina Azevedo Rezende** (Universidade Federal de Goiás, Presidente da Comissão), **Dr^a. Marília Gouvêa de Miranda** (Universidade Federal de Goiás, Membro Convidado Externo), **Dr^a. Sônia Margarida Gomes de Sousa** (Universidade Católica de Goiás, Membro Convidado Interno) e **Dr^a. Helenides Mendonça** (Universidade Católica de Goiás, Membro Convidado Suplente). O trabalho da Comissão de Avaliação foi conduzido pela docente Presidente que, inicialmente, após apresentar os docentes integrantes da Comissão, concedeu 30 minutos ao discente candidato para que esta expusesse o trabalho. Após a exposição, a docente Presidente concedeu a palavra a cada membro convidado da Comissão para que estes arguissem o discente candidato. Após o encerramento das arguições, a Comissão de Avaliação, reunida isoladamente, avaliou o trabalho desenvolvido e o desempenho do discente candidato na exposição, considerada a trajetória deste no curso de mestrado. Como resultado da avaliação, a Comissão de Avaliação deliberou pela:

Aprovação da dissertação

A Comissão de Avaliação declara o(a) discente candidato(a) Mestre em Psicologia. A Comissão de Avaliação pode sugerir alterações de forma e/ou conteúdo consideradas aceitáveis, não impeditivas da aprovação do trabalho. As alterações deverão ser indicadas no Anexo ao presente documento e/ou podem constar na versão lida pelo membro da Comissão de Avaliação para a sessão de defesa da dissertação. Neste caso, a versão lida corrigida deverá ser entregue ao(a) discente candidato(a) no final da sessão. O(A) discente candidato(a) terá o prazo de sessenta (60) dias para os ajustes e entrega da versão final na Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, contado a partir da data da sessão de defesa da dissertação.

Aprovação da dissertação mediante reformulação

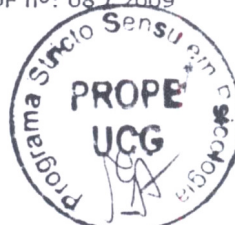
A Comissão de Avaliação determina que o(a) discente candidato(a) terá o prazo máximo de cento e oitenta (180) dias para realizar a reformulação necessária no trabalho, contado a partir da data da sessão de defesa da dissertação. Os pontos para a reformulação deverão ser indicados no Anexo ao presente documento e/ou podem constar na versão lida pelo membro da Comissão de Avaliação para a sessão de defesa da dissertação. Neste caso, a versão lida, contendo os pontos da reformulação, deverá ser entregue ao(a) discente candidato(a) no final da sessão. Dentro do prazo para reformulação supramencionado, o(a) discente candidato(a) deverá solicitar à Coordenação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia nova avaliação do trabalho, a ser feita através de procedimento específico para casos de reformulação.

Reprovação da dissertação

A Comissão de Avaliação determina que o trabalho apresentado não satisfaz as condições mínimas para ser considerado dissertação de mestrado válida à obtenção do título de Mestre em Psicologia. O(A) discente candidato(a) pode interpor recurso à decisão da Comissão de Avaliação no prazo máximo de trinta (30) dias, contado a partir da data da sessão de defesa da dissertação.

A Comissão de Avaliação:

Para uso da Coordenação/Secretaria do PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA	
<p>Prof^a. Dr^a. Anita Cristina Azevedo Rezende Membro Presidente Universidade Federal de Goiás</p>	<p>Prof. Dr. Lauro Eugênio Guimarães Coordenador do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Psicologia Universidade Católica de Goiás</p>
<p>Prof^a. Dr^a. Marília Gouvêa de Miranda Membro Convidado Externo Universidade Federal de Goiás</p>	<p>Prof. Dr. Fabio Jesus Miranda Vice-Coodenador do Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Psicologia Universidade Católica de Goiás</p>
<p>Prof^a. Dr^a. Sônia Margarida Gomes de Sousa Membro Convidado Interno Universidade Católica de Goiás</p>	<p>Observações:</p>
<p>Prof^a. Dr^a. Helenides Mendonça Membro Convidado Suplente Universidade Católica de Goiás</p>	<p>Visto Secretaria: DF nº: 08 / 2009</p>



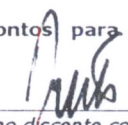
Goiânia, 20 / 03 / 2009



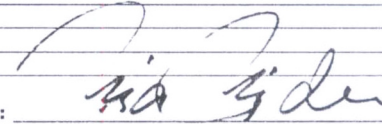
ANEXO DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

Discente: VALTERCI VIEIRA
Matrícula: 2007.1.055.003.0035
Título da dissertação: Sentidos Produzidos por Familiares Acerca da Violência Policial
Data do exame: 20 de março de 2009

Correções; modificações; alterações; comentários; observações; pontos para reformulação etc. (Assinatura obrigatória).

Profª. Drª. Anita Cristina Azevedo Rezende (Membro Presidente) | **Assinatura:** 
Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.
Observações adicionais (Opcional):

(Handwritten: / / / / /)

Profª. Drª. Marília Gouvêa de Miranda (Membro Convocado Externo) | **Assinatura:** 
Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.
Observações adicionais (Opcional):

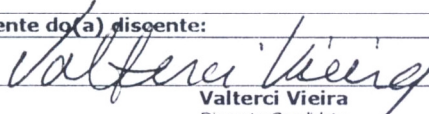
(Handwritten: / / / / /)


Profª. Drª. Sônia Margarida Gomes de Sousa (Membro Convocado Interno) | **Assinatura:** 
Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.
Observações adicionais (Opcional):

(Handwritten: / / / / /)

Profª. Drª. Helenides Mendonça (Membro Convocado Suplente) | **Assinatura:** _____
Assinale em caso afirmativo: O exemplar lido para o exame foi entregue ao discente com as correções necessárias.
Observações adicionais (Opcional):

(Handwritten: / / / / /)

Ciente do(a) discente:

Valterci Vieira
Discente Candidato
2007.1.055.003.0035
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia
Universidade Católica de Goiás

Para uso da Coordenação/Secretaria do PSSP:
Visto e Assinado em _____
Data: 08 / 2009
PROPE
UCG

Goiânia, 20 / 03 / 2009

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento e carinho à professora Anita Cristina Azevedo Resende, por sua abertura, disponibilidade, compreensão e, acima de tudo, por ter assumido junto comigo o desafio desse processo de construção de sentidos pessoais e profissionais na constituição do conhecimento.

Agradeço, tenho respeito, e admiro a professora Sônia Margarida Gomes de Sousa, com quem aprendi a compartilhar sonhos e conquistas na defesa de direitos humanos de crianças, adolescentes, jovens e famílias. Além de compor as bancas de qualificação e defesa deste trabalho, foi também incentivadora e provocadora, dos sentidos que nele relato.

À professora Marília Gouvêa de Miranda, que gentilmente concordou em participar das bancas de qualificação e defesa.

Aos familiares sujeitos desta pesquisa, por terem concordado em expor de maneira intensa e sensível suas vidas, revelando sua simplicidade, suas verdades e esperanças na superação de toda a dor e sofrimento por que passaram.

Aos colegas da Pós Graduação do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Goiás e do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (IDF/UCG), por sua compreensão, solidariedade e pelo caminho percorrido juntos.

Aos amigos e amigas da Escola de Circo (IDF/UCG), por seu incentivo, compromisso e solidariedade, e por confiarem em meu crescimento pessoal e profissional.

Aos demais familiares que integram o Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, que transformam em seu cotidiano “Dor em Resistência”.

À Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, por seu firme compromisso e dedicação à defesa intransigente dos Direitos Humanos.

Aos amigos e amigas, Luiz do Nascimento, Alciene, Divino, Eliane, Gercilene, Geraldo, Rosângela, Itamar e Divina, por sua cumplicidade na caminhada de tantos anos, compartilhando sonhos, medos, conquistas, vitórias e dedicação afetiva à juventude.

Ao Instituto de Formação, Assessoria e Pesquisa, Casa da Juventude Pe. Burnier, em seus 25 anos de serviço às causas da juventude, construindo “um outro mundo possível”, por sua acolhida desde sempre, apoio e referência para a caminhada.

À memória dos adolescentes e jovens vítimas de toda forma de violência.

O presente trabalho investiga e compreende os sentidos produzidos por familiares de seis jovens e adolescentes de classes populares acerca da Violência Policial. Teve como objetivo identificar mediações psicossociais construídas e utilizadas para lidarem com essa realidade. Para desenvolver essa investigação, foram coletadas informações a partir de denúncias apresentadas por familiares e pela mídia, com respeito a homicídios, desaparecimentos e agressões físicas praticadas por policiais, e casos registrados nos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, no período de 2003 a 2008. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com oito familiares, tendo por referência a sua história de vida e a da vítima, a sua situação de sofrimento e dor vivida e temas relacionados ao papel e atuação de instituições diretamente vinculadas à violência policial. A análise das categorias articula dimensões sociais e culturais quanto às questões institucionais e objetivas e às questões vinculadas às experiências emocionais, afetivas e individuais dos sujeitos. A violência policial é ocultada muitas vezes em sua forma estrutural e mantida por mecanismos de dominação e controle da sociedade. Mas foi revelada de maneira contundente a partir dos sentidos produzidos, que permitiram compreendê-la na contemporaneidade. Como se constatou, as mediações psicossociais construídas revelam a intencionalidade dos sujeitos quanto à superação da situação sofrida, explicitando o quanto são desprovidos de direitos básicos de cidadania. A violência policial é forma de extermínio que tem comparecido como prática defendida através de discursos oficiais ou como ação inevitável e mesmo necessária na “luta contra a criminalidade”, especialmente nos grandes centros urbanos, e impetrados, sobretudo, contra adolescentes e jovens.

Palavras – chave: Violência Policial, Desigualdades Sociais, Produção de Sentidos.

ABSTRACT

This essay investigates and seeks to understand the meanings given by the lower class families of six adolescents and youth regarding police violence. Its objective is to identify psychosocial mediations constructed and used to deal with this reality. In order to develop this investigation information was collected from accusations presented by the families and through the media which spoke of homicides, disappearances and physical aggressions practiced by the police, and cases were registered in the municipalities of Goiânia, Aparecida de Goiânia and Senador Canedo during the time period of 2003 to 2008. Semi-structured interviews were held with eight relatives, focusing on the life history of these relatives and of the victim, their situation of suffering and pain and themes related to the role and behavior of the institutions directly connected to police violence. Analysis of the categories speaks to the social and cultural dimensions related to institutional questions and objectives. Also it relates to questions regarding emotional, affective and individual experiences of the subjects. Police violence is frequently hidden by structural violence and maintained by mechanisms of domination and societal control. It is revealed in a powerful manner from the given meanings, which allows one to comprehend this form of contemporary violence. As thus stated, the psychosocial mediations reveal full intentionality of the subjects regarding their overcoming the situation of the suffered violence, making it clear how much they often have their basic rights as citizens ignored. The issue here is forms of extermination practiced by official discourse, as being an inevitable and even necessary action in the “struggle against crime”, especially in large urban centers, and most often practiced against adolescents and youth.

Key Words: Police Violence; social inequalities; given meanings.

INTRODUÇÃO	14
Capítulo I – VIOLÊNCIA POLICIAL: DESIGUALDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	23
1.1 – Violência: Paradigmas Contemporâneos	23
1.2 – Homicídios, Exclusão e Direitos Humanos	27
1.3 – Infância e Adolescência: Concepções, Marco Legal e Violência	31
1.4 – Violência Policial: Concepções, Controle e Estratégias	34
1.4.1 – Violência Policial em Goiás	41
1.4.2 – Violência Policial: o Caso de Goiânia e Região Metropolitana	47
Capítulo II – TESTEMUNHAS DA VIOLÊNCIA: VIDAS MARCADAS, VIDAS PERDIDAS	51
2.1 – Histórias de Vida e de Morte: Familiares e Vítimas - Retratos do Cotidiano	52
2.1.1 – Tereza, mãe do Marcos	52
2.1.2 – Cândido, pai do Antônio	53
2.1.3 – Magda, mãe do Antônio	53
2.1.4 – Mara, esposa do João	54
2.1.5 – Solange, mãe do Fábio	56
2.1.6 – Mário, irmão do Cláudio	56
2.1.7 – Benedito, pai do Carlos	57
2.1.8 – Nilva, mãe do Carlos	58

2.2 – Vítimas da Violência Policial: Trajetórias de Vida e de morte.....	59
2.2.1 – Marcos, 12 anos	59
2.2.2 – Antônio, 18 anos	60
2.2.3 – João, 27 anos	60
2.2.4 – Fábio, 22 anos	61
2.2.5 – Cláudio, 27 anos	61
2.2.6 – Carlos, 27 anos	61
Capítulo III – MEDIAÇÕES PSICOSSOCIAIS: SENTIDOS PRODUZIDOS POR	
FAMILIARES	63
3.1 – Análise das Categorias: Sentidos da Violência Policial	64
3.1.1 – Dimensões Institucionais	64
3.1.1.1 – Justiça Criminal – Polícias, Ministério Público e Judiciário	65
3.1.1.2 - O Papel do Estado, da Mídia e da Sociedade	71
3.1.2 – Subjetividade e Barbárie	74
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	96
APÊNDICE A – Mapeamento dos Casos de Violência Policial no Período de	
2003 a 2008	97
APÊNDICE B – Famílias Contatadas para Participar da Pesquisa	103
APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semi – Estruturada	104
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e	
Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito	105
APÊNDICE E – Mediações Psicossociais na Produção de Sentidos	109

*“Acontece que até hoje eu não aprendi a viver sem o meu filho. É difícil pra mim, é muito difícil, muito mesmo! Eu não tô dando conta. Tem três anos, são três anos e quatro meses já!”
(Tereza, 2008)*

As manifestações da violência se atualizam cotidianamente na sociedade contemporânea. Dentre suas diferentes manifestações, a violência policial alcança adolescentes e jovens, especialmente os da classe baixa, que são mortos ou desaparecem após abordagem policial. O presente trabalho se propôs investigar e compreender os sentidos produzidos por familiares de alguns desses jovens e adolescentes acerca da violência policial. Nessa perspectiva, a pesquisa objetivou identificar mediações psicossociais implicadas nessa elaboração e os recursos, estratégias psicológicas, sociais, históricas e culturais constituídas e utilizadas por familiares para lidar com a realidade, no âmbito da própria dinâmica familiar ou na relação com a sociedade mais ampla.

Sem a pretensão de esgotar as diversas e múltiplas possibilidades epistemológicas de análise do fenômeno da violência, tampouco da violência policial, buscou-se também, na articulação de conceitos, categorias, discussões e perspectivas teóricas, avaliar as questões institucionais, as práticas das polícias contra adolescentes e jovens pobres, bem como analisar a necessidade de superação das indiscutíveis e repetidas violações dos direitos humanos e sociais.

As questões implicadas nos processos sociais que constituem a violência são complexas tanto quanto sua significação. Zaluar (2001); Minayo (2006); Chauí (2006), ao conceituar a palavra violência, apontam-na como um termo polifônico: não é una, é múltipla. Vem do latim *violentia*, que se refere a *vis*, força, e significa todo ato de desnaturar, coagir, constranger, torturar, brutalizar e violar. Violar a integridade física, psicológica e social de indivíduos em diferentes estratos sociais é tratar a pessoa como coisa sobre a qual se pode impor a vontade e a força, processo em que se estabelece um padrão de relação insensível, mudo, inerte, passivo e desumano: uma brutalidade contra o outro, realizada em relações

intersubjetivas e sociais marcadas por forte opressão, intimidação, medo e terror (CHAUÍ, 2006).

É justamente por meio dessas relações intersubjetivas violentas, desiguais e calcadas na injustiça que é construída a subjetividade subalterna, portanto, edificada sob o jugo do poder, da dominação, do medo e do uso da força, contrapondo-se à vontade, à liberdade e ao livre arbítrio. No interior dessas relações é que se entrelaçam e são tecidas, em um emaranhado de interesses, desejos e poder, as relações, sociais, familiares, parentais, afetivas, econômicas, políticas, institucionais, ideológicas e religiosas, que operam a lógica da produção e reprodução da violência.

Paradoxalmente, conforme Chauí (2006) e Minayo (2006), persiste no imaginário social da sociedade brasileira, ainda que de maneira contraditória, o mito da não-violência, apesar da violência real que avilta reiteradamente o cotidiano das pessoas em qualquer tipo de cidade e no campo, evidenciando a chamada violência estrutural e institucionalizada. Esse mito sobrevive graças a mecanismos fundados em paradigmas ideológicos e políticos de interpretação, principalmente aqueles construídos por imagens unificadas e naturalizadas em cenas cotidianas, que ocultam a violência real a que as populações das cidades estão submetidas. Essa violência oculta pode ser revelada em sua complexidade, entrelaçada às múltiplas situações por meio das quais a perda da vida evidencia a face de relações desiguais, consolidadas e mediadas historicamente no conflito e na contradição existentes na desigualdade e na segregação social fundantes da sociedade capitalista.

Silva (2001), ao discutir a violência institucionalizada e a sua relação com a desigualdade e injustiça, afirma que as relações existentes entre a desigualdade social e a violência denunciam a realidade social e econômica daqueles que estão excluídos e não acessam ou usufruem de bens, serviços e direitos que deveriam ser garantidos a todos os cidadãos.

Assim, embora essa violência em sua forma estrutural possa se ocultar nos mecanismos de produção e reprodução da própria sociedade, é preciso considerar que existem formas explícitas que atingem especialmente a população pobre e produzem realidades diversas que, determinadas histórica e socialmente, têm vitimizado crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias.

Nesse sentido, de acordo com Silva (2001), o papel do Estado e dos governos é questionado à medida que a violência se institucionaliza, se reproduz em toda a capilaridade da vida social, e que sua lógica visa a manutenção do *status quo* de uma elite que tem, historicamente, no aparato policial, um de seus braços de poder e controle das classes e setores empobrecidos.

Historicamente, a violência se vincula à exclusão socioeconômica e, segundo Adorno, S. (2002), encontra-se centrada em torno das mudanças nos padrões de violência e criminalidade, na crise do sistema de justiça criminal e na existência da desigualdade e da segregação sociais. O incremento da violência e da criminalidade é inversamente proporcional à capacidade do Estado em impor a lei e a ordem, principalmente diante da dificuldade do poder público em reverter a situação de monopólio estatal dessa mesma violência. Contudo, Adorno, S. (2002) ainda alerta para o risco de se fazer uma associação mecânica entre pobreza e violência. Apesar de a violência ser um fenômeno que historicamente comparece na sociedade brasileira, foi somente a partir de findado o regime militar (década de 70) que a chamada violência institucional foi evidenciada como uma forma que permaneceu sendo utilizada para conter os crimes.

Embora logo se tenham percebido os problemas pertinentes a essa associação, não há como não reconhecer as relações entre a persistência da concentração da riqueza, das precárias condições de vida para a maioria das pessoas e a explosão da violência letal, diante das elevadas taxas de homicídios especialmente nos bairros periféricos e comunidades pobres. Desigualdades sociais e segregação social que permanecem um hiato entre os direitos civis, sociais e econômicos.

As relações que se podem estabelecer entre o fenômeno da violência letal e as violações de direitos humanos indicam que, já em 2003, no Brasil, o homicídio podia ser considerado a maior causa de morte entre os adolescentes do sexo masculino com idade de 16 a 24 anos e também entre os jovens adultos masculinos. Essas mortes expõem a crueldade das desigualdades de oportunidades no país e cobram um custo humano irreparável que submete a todos.

No Brasil e no mundo, crianças, adolescentes e jovens têm sido apontadas não somente como as maiores vítimas dessa forma de violência, mas também alvo de constantes, severas e graves violações de direitos humanos e sociais.

Essa realidade se contrapõe às muitas imagens construídas na sociedade e veiculadas pela mídia, que associam ações violentas aos adolescentes e jovens, simplesmente pelo fato de estes pertencerem a estratos sociais mais desfavorecidos, e criam a relação estabelecida imediatamente entre pobreza e crime.

Se, para Adorno, S. (2002), essa relação deve ser vista com cautela, como já mencionado, o mesmo já não se pode dizer da associação entre pobreza e vitimização dos pobres. Porque os pobres são vítimas potenciais da violência. Por diversas razões, são eles que habitam as áreas de maior carência social das cidades, em que são grandes os conflitos e cujos desfechos em geral são fatais. Os pobres pertencem, sobretudo, aos grupos desprovidos de proteção e de direitos, sofrem diversas e múltiplas discriminações. As classes populares e, por conseguinte, os adolescentes e jovens pobres, são quase sempre associados à violência e ao crime, alvos preferenciais das agências de contenção (ADORNO, S., 2002).

Portanto, para compreender as intrincadas, complexas e contraditórias situações que associam adolescentes e jovens pobres à violência, é necessário retroceder aos processos que possibilitaram à sociedade brasileira a construção de concepções de infância e adolescência e, por conseguinte, juventude, e que se confirmam no cenário atual com pouca alteração em termos de proteção e garantia de direitos ao segmento infanto - juvenil.

As principais teorias que discutem essas concepções são concorrentes e complementares, influenciando-se reciprocamente. Para Dos Santos (1996), são teorias resultantes de alterações complexas ocorridas nas sociedades frente às novas configurações do mundo do trabalho, à segmentação dos espaços e em decorrência da centralidade atribuída ao papel da escola. No mundo contemporâneo, está posto o desafio de compreender o segmento infanto-juvenil como categoria social implicada na proteção dos direitos da criança, do adolescente e do jovem, sem desconsiderar as situações em que eles são autores de violência. Frente à crescente escalada de crimes e violência, é preciso compreender esse fenômeno distinguindo o que é mito e realidade.

É nesse contexto de exposição e discussão sobre as relações entre violência, jovens e adolescentes e os sentidos produzidos por seus familiares que se insere o debate deste trabalho sobre violência policial, imprescindível na contemporaneidade, tendo em vista as constantes denúncias de violação de direitos humanos praticadas por policiais.

Trata-se de uma violência oficial, constante nas sociedades modernas e contemporâneas, protagonizada por policiais civis e militares, que atingem sobretudo integrantes das classes populares, em sua maioria negros, jovens e pobres. Essa violência, que ocorre predominantemente em áreas urbanas, vem sendo assimilada de maneira diversa, dependendo da classe social a que é dirigida. Enfim, trata-se de uma realidade emblemática da trama de poder que engendra a relação do indivíduo com a sociedade e que tem, no Brasil atual, uma significação expressiva (ALMEIDA, 2000; PAES MACHADO e NORONHA, 2002).

Segundo Mesquita Neto (1999), depois do fim do regime militar (1964-85), a violência policial passou a ser usada para o controle social e o da criminalidade, atingindo não somente os que se opõem aos governos ou regimes políticos, mas sobretudo contra a população empobrecida e marginalizada. Costa (2004) e Mesquita Neto (1999) afirmam que, embora sejam destinadas ao controle social, são as instituições policiais que precisam de maior controle por parte da sociedade. Da especificidade de sua atuação, que permite inúmeros abusos de autoridade, excessivo uso da força e demais arbitrariedades cometidas por policiais no desenvolvimento de suas atividades, decorre a necessidade de se estabelecerem formas de responsabilização. Essa violência atinge predominantemente as classes populares, os membros das famílias pobres que são colocados diante de situações de violência, vulnerabilidade e fragilidade, com direitos sociais básicos negados e/ou negligenciados. Nesse cenário, contraditoriamente, a instituição familiar tem sido cobrada no seu papel e competência enquanto espaço no qual o indivíduo deve ser disciplinado para o convívio social e o respeito às normas e regras exigidas pela sociedade. Essa cobrança constitui uma outra forma de violência contra as famílias pobres.

Considerando tais perspectivas, realiza a presente pesquisa o estudo a respeito da violência policial em Goiás e, particularmente, em Goiânia e seu entorno. Para tanto, objetiva compreender os sentidos produzidos por familiares de vítimas da violência policial em Goiânia, a partir de histórias de vida e de morte minuciosamente relatadas.

O percurso metodológico da pesquisa

A etapa inicial da pesquisa consistiu no mapeamento dos casos de violência e violação de direitos humanos atribuídos a policiais, cujas vítimas, em sua maioria adolescentes e/ou jovens, foram registradas nos municípios de Goiânia, Aparecida

de Goiânia e Senador Canedo, entre 2003 e 2008. As formas de violência policial identificadas no levantamento dizem respeito a casos de homicídios (classificados como execução), de desaparecimentos após abordagem policial e de agressões físicas praticadas por policiais no desempenho de suas atividades. O mapeamento foi realizado inicialmente a partir da análise do levantamento sócio-familiar existente no Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ) ¹, cujas informações são relevantes por se tratar de estudo sobre o perfil de famílias diretamente ligadas à problemática da violência, física, psicológica ou sexual.

Em seguida, foram coletadas informações de denúncias apresentadas por familiares ao Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial (C.G.F.V. P) ² e denúncias levadas por familiares à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás³. Posteriormente, foram levantadas informações publicadas pela mídia, especialmente o conjunto de reportagens veiculadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2008, no jornal *O Popular*, de circulação estadual.

A partir desse levantamento, foi possível dispor o seguinte conjunto de informações sobre o período pesquisado: 73 registros/denúncias de violência policial, com 44 casos de homicídios (execução) – 60,27%; 9 casos de desaparecidos – 12,33%; e 20 casos de agressões físicas – 27,40%.

Desses casos, foram identificados: o nome e a idade da vítima; data em que ocorreu a violência; nome de familiares; região/bairro de residência; vínculo com o mercado de trabalho; e registros anteriores de ocorrência policial envolvendo a vítima⁴.

Neste trabalho, os nomes das vítimas e de seus familiares são fictícios, mantendo-se sua identificação ignorada. Dos 73 casos mapeados (Apêndice A), foi possível verificar, em 48 deles, que 25 vítimas possuíam idade entre 15 e 18 anos; os demais 23, entre 19 e 30 anos, nas seguintes faixas etárias: 12 anos (01), 14

¹ O Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ) foi criado em 1983. Atuando há 25 anos, é referência e apoio aos bairros que constituem a Região Sudeste de Goiânia e seu entorno. Integra o Instituto Dom Fernando (IDF), vincula-se à Universidade Católica de Goiás (UCG). Constitui um programa de extensão que articula diversas ações destinadas ao atendimento psicossocial de crianças, adolescentes e sua família, principalmente aquelas que se encontra em situação de exclusão social.

² Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial é movimento organizado da sociedade civil. Reúne familiares das vítimas de violência policial e entidades que atuam na defesa de direitos humanos.

³ A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa é uma comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Tem como presidente o Deputado Estadual Mauro Rubens e, como vice-presidente, o também Deputado Estadual Fábio Sousa. Disponível no <http://www.assembleia.go.gov.br>, acesso no dia 23/01/09.

⁴ Essa última informação foi obtida através dos familiares entrevistados na pesquisa e/ou por meio de reportagens de *O Popular*

anos (01), 15 anos (06), 16 anos (07), 17 anos (06), 18 anos (06), 19 anos (02), 20 anos (03), 21 anos (02), 22 anos (03), 23 anos (02), 24 anos (02), 25 anos (02), 26 anos (01), 27 anos (03), 28 anos (01), 29 anos (01) e 30 anos (01). Nos outros 25 casos restantes, não foi possível identificar a idade da vítima.

Em todos os casos, a vítima e seus familiares residiam em setores ou bairros periféricos, em geral considerados de difícil acesso e tidos como locais violentos, pobres e carentes de infra-estrutura pública. Quanto ao vínculo com o mercado de trabalho, verificou-se que a maioria desses adolescentes e jovens tinha ocupação, desenvolvendo atividades no mercado informal, fato que está diretamente relacionado aos índices de evasão e abandono do sistema escolar.

Em relação à existência de registro de passagem do adolescente ou jovem pelo Juizado da Infância e Juventude ou por algum distrito policial, verificou-se que, em 53 casos, não havia qualquer passagem, 72,60%. Nos restantes 20 casos, 27,40%, verificou-se passagem em pelo menos uma dessas instituições.

De posse dessas informações, foi possível obter um conjunto de dados que caracterizou a violência sofrida, o perfil da vítima e de seus familiares. Esses dados fundamentaram o processo de seleção dos sujeitos participantes da pesquisa, que revelaram histórias de violência em múltiplas configurações.

Dos casos mapeados, foram selecionados aqueles em que um adolescente ou jovem tivesse sido vítima de violência policial, com registro de homicídio ou desaparecimento. Nesses casos, pelo menos um membro adulto da família foi convidado a participar. Foram selecionados somente casos ocorridos nos últimos seis anos nos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo - região metropolitana de Goiânia. Ficaram excluídos da pesquisa os casos cujas famílias não residissem em uma dessas três cidades, que não tivessem filhos adolescentes ou jovens, que não tivessem sido vítimas de violência policial ou que se recusaram a participar. Das dez famílias contatadas, seis famílias se disponibilizaram a participar da pesquisa (Apêndice B).

Concluído o mapeamento, selecionadas as famílias, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Apêndice C), com, pelo menos, um membro da família, embora tenha havido duas famílias em que mais de um membro colaborou.

Cumpridas todas as exigências éticas necessárias, e considerando os critérios já discutidos de intervalo do tempo em que ocorreu o homicídio, a faixa etária da vítima, as particularidades referidas ao envolvimento anterior do jovem com

a polícia ou o fato de a vítima ter sido declarada desaparecida e o seu corpo não ter sido encontrado, passou-se para a etapa seguinte.

Foi solicitada a adesão ao Termo de Livre Consentimento (Apêndice D) do familiar para participar da pesquisa e o compromisso de pelo menos um membro adulto responder as perguntas. Todas as entrevistas foram marcadas por dois aspectos fundamentais: forte emoção dos entrevistados e ambiente cercado por clima de sigilo e proteção. Havia por parte dos entrevistados ou de outro membro da família a preocupação da garantia de sua integridade física e emocional quanto às informações prestadas.

A análise das categorias partiu do material empírico (Apêndice E) coletado nas entrevistas, que foram realizadas tendo por referência os núcleos temáticos e fundamentadas no referencial teórico utilizado na pesquisa.

Esses núcleos contemplaram questões a respeito da história de vida dos sujeitos e da vítima, da situação de sofrimento e dor vivida pelo familiar e dos temas relacionados ao papel e à atuação das instituições diretamente vinculadas à questão da violência e da violência policial.

Os sentidos produzidos acerca da violência policial foram apreendidos e compreendidos, portanto, em relação às mediações psicossociais construídas pelos sujeitos, particularmente quanto aos sentidos atribuídos à perda do ente querido e imbricados à questão das práticas policiais e violação dos direitos humanos e sociais. Importaram, também, sobretudo, os questionamentos dos sujeitos quanto à elucidação das razões do crime, bem como sua busca por justiça em relação aos autores da violência.

Pretendeu-se, portanto, compreender de que modo “a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação” (OLIVEIRA, 2005, p.26).

Para expor o percurso da pesquisa e de apreensão do objeto, no primeiro capítulo, intitulado “Violência Policial: Desigualdades e Violação de Direitos Humanos”, são realizadas as discussões sobre a questão da violência, desmistificando mitos e revelando conceitos, no sentido de apreendê-la em sua complexidade e multicausalidade, e contextualizando o debate em torno das relações existentes entre violência e pobreza, homicídios e direitos humanos. Também são discutidas as concepções de infância e adolescência, marco legal e

violência, referentes aos processos históricos e culturais por meio dos quais as concepções de infância e adolescência foram associadas à pobreza e delinquência, transformando a criança pobre no Menor visto como um perigo à sociedade. Discutem-se ainda a violência policial, as suas concepções, controle e estratégia de enfrentamento, tendo em vista as constantes denúncias de abusos do uso da força, sobretudo dos homicídios e seus impactos na vida de adolescentes e jovens de famílias oriundas de classes populares.

O segundo capítulo se intitula “Testemunhas da Violência: Vidas Marcadas, Vidas Perdidas”. Nele são apresentadas as histórias de vida dos sujeitos que participaram da pesquisa e a sua trajetória de enfrentamento da situação de violência a que foram submetidos. São oito as pessoas cujas experiências de vida exemplificam a situação vivida, violência que se reproduz cotidianamente nas grandes cidades, vitimando as famílias sob as quais pesam as desigualdades sociais, econômicas e culturais. Também são apresentadas as trajetórias de vida e de morte de seis vítimas da violência policial, histórias interrompidas de maneira drástica, vidas ceifadas do convívio de suas famílias, adolescentes e jovens adultos impedidos, executados ou desaparecidos após abordagem policial.

O terceiro capítulo, intitulado “Mediações Psicossociais: Sentidos Produzidos Por Familiares”, trata da análise das categorias para a apreensão dos sentidos produzidos e das mediações construídas pelos familiares em relação à violência policial, extraídas dos relatos detalhados, minuciosos, mas, acima de tudo, sensíveis, realizados pelos familiares das vítimas (pai, mãe ou irmão) ou em função do vínculo próximo que com ela tinham. Como ponto de partida da explicitação das categorias que se estabeleceram, foram apresentadas as quatro vítimas de homicídios e as duas vítimas de desaparecimento que permitiam maior apreensão das dimensões institucionais e subjetivas elaboradas pelos familiares a partir dos fatos experimentados.

Finalmente, na conclusão, apontam-se os sentidos de violência produzidos pelos sujeitos, que permitiram conhecer categorias sociais e culturais importantes para compreender a violência na contemporaneidade tendo em vista a complexidade desse fenômeno, seu dinamismo e configurações diversas, o que não esgota futuras análises epistemológicas do fenômeno.

1. Violência Policial: Desigualdade e Violação de Direitos Humanos

“Porque eu não posso, vou ser franca (chôro), eu não posso ver uma polícia. Tenho revolta, revolta! Eu me choco com o poder público” (Solange, 2008).

O capítulo busca alcançar e contextualizar a produção recente sobre o tema da violência em geral e da violência policial em especial, particularmente a que atinge segmentos empobrecidos da população.

Para tanto, são discutidos paradigmas contemporâneos que permitem delinear o debate sobre o tema em suas várias dimensões: a questão dos homicídios e a relação destes frente à violação de direitos humanos e sociais. São discutidos aspectos relativos à construção de concepções sobre infância e adolescentes, marcos legais e violência. Finalmente, o debate sobre a ocorrência da violência policial em Goiás, especificamente em Goiânia e seu entorno.

1.1 - Violência: Paradigmas Contemporâneos

Diversas áreas do conhecimento têm buscado, em diferentes contextos, momentos históricos e perspectivas teóricas variadas, compreender a questão da violência. Isso pode ser constatado frente à extensa e diversificada bibliografia que sintetiza estudos, pesquisas e trabalhos produzidos acerca do tema em suas diferentes manifestações e múltiplas implicações.

Zaluar (1999), ao avaliar a produção acadêmica e contextualizar a discussão a respeito da violência e crime no Brasil da redemocratização, aponta que tal contenda é influenciada, principalmente, pelas relações que há entre o campo intelectual e o campo político, dadas não somente pela recente história política do país, mas devido ao papel que tiveram os intelectuais que atuaram em universidades e organizações não – governamentais, frente a um cenário marcado

por profundas mudanças políticas, sociais e econômicas, o que teve significativo impacto nas pesquisas e na literatura produzida.

Não alheio aos diferentes paradigmas que brotam desse debate, “junto à hegemonia indiscutível do paradigma marxista ou da criminologia crítica, a questão institucional predominou de longe sobre a perspectiva sociológica que focaliza a sociedade na sua autonomia” (ZALUAR, 1999, p. 04).

Para a autora, o tema da violência tem relevância política desde o fim da década de 70, o que tem influenciado trabalhos de diversos cientistas políticos, antropólogos e sociólogos.

Para tanto, a compreensão das diferentes violências presentes cotidianamente na sociedade brasileira tem sido buscada no sentido de alcançar as tantas formas, origens e características que são atribuídas a esse fenômeno em sua multicausalidade, na perspectiva de defini-lo e apreendê-lo em sua gênese.

Estudos já mencionados, como os realizados por Zaluar (2001); Minayo (2006) e Chauí (2006), exemplificam o trabalho concretizado por diversos autores em relação ao fenômeno da violência. Seja a violência presente no cotidiano das cidades e no campo, ou aquela que se encobre devido ao modo como é interpretada. Afinal, “o mito da não violência permanece porque, graças a ele, se pode admitir a existência empírica da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida” (CHAUÍ, 2006, p. 346).

Apesar da exposição e da evidência permanente da violência em nosso país, muitas vezes permanece intocado o mito da não-violência, devido aos mecanismos ideológicos de ocultamento e naturalização da exclusão e da desigualdade, que mantêm a ilusão da igualdade jurídica e social necessária à manutenção do mito e da própria sociedade.

Toda a sociedade sente-se vitimizada em relação à violência em geral, que tem gerado medo e insegurança, produzindo e reproduzindo, em seu modo de organizar a vida cotidiana, o isolamento e a segregação dos indivíduos. Assim, é forte e evidente a existência da violência em sua forma estrutural.

Muito disso se deve à ausência do Estado, que revela, em muitos casos, total desinteresse em zelar pela coletividade, em garantir efetivamente políticas públicas. São sempre maiores a concentração da riqueza e o fosso que há entre os mais ricos e os mais pobres. Persistem na sociedade brasileira a exclusão social e as práticas violentas contra os trabalhadores. Várias populações vivem sob risco social

permanente e em condições precárias de proteção aos direitos dos segmentos sociais vulneráveis.

A falta de políticas públicas e a falta de garantia dos direitos humanos caracterizam uma ausência fundamental que afeta a dignidade e a sobrevivência dos setores sociais desprovidos, o que determina as desigualdades e injustiças que estão no horizonte das famílias de classes populares na periferia das cidades (SILVA, 2001).

Silva (2001) reforça que a realidade social e econômica do país pouco se modificou em relação à distribuição das riquezas, mantendo excluídos grandes contingentes da população que não têm acesso e não se beneficiam do que é produzido ou não são contemplados com direitos básicos fundamentais, que deveriam ser garantidos a todos os cidadãos.

Assim, há intrínseca relação entre desigualdade social e aspectos políticos, evidenciando o Estado na questão das políticas públicas, as quais, efetivamente, deveriam atender às demandas e aos direitos garantidos constitucionalmente (SILVA, 2001, p. 247).

Em decorrência mesmo da ausência do Estado e da concentração do capital, estabelecem-se e consolidam-se, explicitamente, o crime organizado, a ação dos narcotraficantes, dos grupos de extermínio e toda ordem de violência que se reproduz de forma a atingir diferentes segmentos da sociedade.

Conforme Arendt (1994), Marx, era ciente do papel da violência na história. Contudo, segundo ele, ela deveria exercer um papel secundário, dadas as contradições próprias da sociedade. Nessa perspectiva, considera o Estado instrumento da violência, atuando a serviço das classes dominantes.

Embora a violência estrutural oculte, por meio de sua própria dinamicidade e mecanismos de produção e reprodução, a violência real, é preciso considerar que existem outras formas de violência que atingem a população nas áreas urbanas e rurais, produzindo sentidos diversos que, articulados às particularidades próprias de cada situação, vitimizam crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias.

Essa violência, ainda que banalizada e escondida pela mídia e indústria cultural, comparece diuturnamente nos noticiários, revelando a fragilidade de vítimas que são violentadas e atentadas em sua integridade física, moral, psicológica e sexual.

São crescentes em nossa sociedade as denúncias de violação dos direitos humanos, torturas, negligência e abandono, como é o caso do abuso e da

exploração sexual de crianças e adolescentes, que tem sido constante, além dos maus tratos e da violência física praticadas muitas vezes por alguém próximo à criança, ao adolescente e ao jovem.

Redes de pedofilia e pornografia envolvendo crianças e adolescentes têm sido desmascaradas. Os índices de homicídios em geral e particularmente de adolescentes e jovens dão conta do confronto étnico, cultural e social existente na sociedade brasileira.

Assim sendo, é preciso não restringir a busca por compreensão da categoria violência como se esta fosse um fenômeno em si, à medida que diz respeito à mais flagrante manifestação do poder, que se manifesta revestido em seus implementos, estratégias, ideologias e recursos tecnológicos, que lhe atribuem potencial de destruição ou justificação de uso frente à resolução de conflitos em ordem variada (ARENDDT, 1994).

Por outro lado, a violência distingue-se por seu caráter instrumental, sendo mesmo considerada recurso extraordinário para a conservação das estruturas de poder. “O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é de legitimidade” (ARENDDT, 1994, p. 41).

Poder e violência são fenômenos distintos, opostos, mas a violência aparece onde o poder está ameaçado e corre risco, o que quer dizer que não é correto pensar o oposto da violência como a não-violência, pois falar de poder não violento é redundante. A violência pode até destruir o poder, mas ela é incapaz de criá-lo. Mesmo sendo a violência racional a alcançar o fim que deve justificá-la, só permanece racional devido ao seu objetivo de curto prazo. Sua prática muda o mundo. Contudo, a mudança mais previsível é a de um mundo mais violento (ARENDDT, 1994).

Ademais, há formas de violência que possuem igual capacidade de vitimização, mas são mantidas de forma velada e oculta no cotidiano das relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Muitas vezes, esse tipo de violência sequer é tema de interesse da sociedade. Tem sua origem e está diretamente vinculada àquela que se revela em imagens repetidas de brutalidade e criminalidade.

Trata-se de uma violência que atua no microcosmo das relações engendradas e estigmatizadas por matrizes de dominação e poder. Tipo perverso, essa violência

suga da sociedade a seiva de esperança a que ela poderia se apegar no sentido da superação daquela violência estrutural e institucionalizada que corrói as estruturas sociais, relega populações inteiras à miséria, à perda da dignidade, à criminalidade e à morte.

1. 2 – Homicídios, Exclusão e Direitos Humanos

Em estudo realizado por Adorno S. (2002), são analisadas as relações que se podem estabelecer, no caso da sociedade brasileira, entre violência e exclusão socioeconômica. Neste caso, as discussões estão centradas em mudanças nos padrões de violência e criminalidade, na crise do sistema de justiça criminal e na existência da injustiça social. Neste último aspecto, o debate se dá em relação às “teses” que sustentam e/ou contestam a chamada violência estrutural.

No caso brasileiro, partindo de contextos históricos mais amplos, os processos sociais vividos desde a conquista da Independência (1822) se consolidaram em bases socioeconômicas e políticas que consistiam basicamente na manutenção da propriedade rural, no perfil agrário-exportador da nação, que só foi abandonado progressivamente entre os anos de 1880 e 1930.

A partir de 1930, inaugura-se a era da indústria e do trabalho livre, gerando, por conseguinte, maior dependência em relação ao mercado externo e ao comércio internacional, razão pela qual se agravam as desigualdades regionais e estende-se a concentração da riqueza, que termina por polarizar e estimular revoltas no campo e greves nas cidades industriais.

Ainda segundo Adorno S. (2002), por volta da segunda metade do século XX é que se aprofunda o capitalismo na sociedade brasileira, com elevado crescimento econômico, sobretudo na década de 1970, e principalmente a partir da cidade de São Paulo com seu complexo parque industrial. Consequentemente, adensam-se as relações de classe, tornando-se mais complexas e desafiadoras as lutas sociais quanto aos direitos. Tem-se uma sociedade cada vez mais inconformada diante da persistência de seus graves problemas, entre os quais persiste a violência urbana cotidiana. É maior o “crescimento das taxas de violência nas suas distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada ao crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas” (ADORNO S., 2002, p 86.).

Atualmente, as taxas de criminalidade violenta em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro superam as das metrópoles norte - americanas. Contudo, observam-se dificuldades quanto aos dados nacionais sobre delinqüência, crime e violência urbana, pois somente estão disponíveis os que dizem respeito a homicídios, que são mortes classificadas como motivadas por causas externas⁵, segundo informações retiradas dos atestados de óbitos, cujo responsável é o Ministério da Saúde.

Está em causa, também, uma crise no sistema de justiça criminal. Essa é constituída pelas agências policiais, o Ministério Público, os tribunais de justiça e o sistema penitenciário. Contudo, é reconhecida a incapacidade do sistema em conter o crime e a violência, mesmo agindo dentro do Estado democrático de direitos.

Alguns aspectos que possibilitaram o agravamento da crise e, conseqüentemente, acabaram por gerar entre a população descrença nas instituições que deveriam ser promotoras de justiça estão diretamente vinculados ao fato de que, nos últimos tempos, ocorreu significativa queda dos investimentos em segurança pública e justiça e elevaram-se as taxas de impunidade, se comparadas a países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Principalmente as impunidades relacionadas a graves violações de direitos humanos, como homicídios praticados por policiais (ADORNO, S., 2002).

Ainda Adorno S. (2002) alerta para o risco de se estabelecerem associações mecânicas entre pobreza e violência. Apesar de a violência ser um fenômeno que historicamente comparece na sociedade brasileira, foi somente a partir de findado o regime militar (década de 70) que se evidenciou que a chamada violência institucional permanecia atuando sob a forma rotineira e organizada de conter os crimes.

A tese defendida até então afirmava as causas da violência nas estruturas de exploração, dominação e exclusão inerentes ao modo de organização capitalista da sociedade brasileira. Estudos confirmavam as correlações possíveis, por exemplo, entre criminalidade patrimonial, desemprego, urbanização e pobreza. A violência urbana se configurava como expressão das lutas de classe. Os considerados criminosos seriam os representantes sociais das vítimas em potencial de um modelo societário fundado na injustiça social. Conquanto, percebe-se que essa correlação

⁵ Corresponde à classificação das violências e acidentes. Diz respeito às lesões e traumas no corpo dos indivíduos, podendo chegar a óbito. Dentre as causas externas, os homicídios têm sido destacados como uma das principais causas de mortes. MINAYO (2006) e CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID).

trazia mais problemas do que soluções para a questão, porque o problema não se encontra na condição de pobreza, mas quando essa é criminalizada.

No entanto, não tem como não reconhecer relações entre a persistência da concentração da riqueza, as precárias condições de vida para bolsões cada vez maiores de pessoas e a explosão da violência letal. São sempre mais elevadas as taxas de homicídios nos bairros periféricos e comunidades pobres do que nos bairros bem atendidos por excelente infra-estrutura urbana. Nesses, há maior oferta de emprego, acesso a lazer e cultura, dentre outros. Desigualdades sociais e segregação social permanecem como um hiato entre os direitos civis, sociais e econômicos (ADORNO, S., 2002).

Sobre este paradoxo se deve debruçar toda a sociedade. Como afirma o autor, a desigualdade social não é vivida e experimentada do mesmo jeito que em décadas anteriores. E a influência da desigualdade social sobre a violência pode se explicar nas significativas restrições de direitos humanos e de acesso às instituições que devem promover cidadania. Principalmente em uma sociedade cujos direitos sociais fundamentais não são garantidos, sequer o direito à vida.

Reforçando esses argumentos, Adorno S. et al (2003), em outro estudo, revelam que o crescimento das taxas de violência, especificamente as de homicídios, tem relação direta com o pouco acesso a direitos econômicos e sociais. Crescimento que vem se dando desde os inícios dos anos de 1960, não somente resultante das constantes mudanças da sociedade brasileira, mas, sobretudo, pela persistência de problemas crônicos não resolvidos há muito tempo.

No Brasil, nem as graves violações de direitos humanos desapareceram com o retorno da democracia, nem o crime violento foi reduzido. O uso abusivo da força letal pelos agentes de polícia, linchamentos executados por grupos de pessoas – estimulados ou não por agentes policiais – e a ação de grupos de execução sumária (grupo de extermínio, esquadrões da morte) sobreviveram à transição e suas ações continuam a ocupar as páginas da chamada imprensa nacional (ADORNO, S. et al, 2003. p. 49).

A violência letal pode ser considerada um fenômeno urbano, não generalizado, contudo muito presente nas áreas metropolitanas. O homicídio configura, já em 2003, a maior causa de morte entre os adolescentes do sexo masculino com idade entre 16 e 24, e entre os jovens adultos masculinos. Mortes que expõem a crueldade da desigualdade social no país, um custo

humano irreparável a que estamos submetidos enquanto nação. Algo que não se pode negar.

Conquanto as relações que se podem estabelecer, quanto à sobreposição da violência letal e a violação de direitos sociais e econômicos não é um fato novo nem exclusivo de áreas metropolitanas brasileiras. Diversos estudos brasileiros realizados há mais de uma década têm contestado essa associação. O que de fato vale ressaltar é que a relação pobreza e desigualdade como fator causador aumenta a violência. No entanto, essa associação é construída fundamentalmente tendo por base teorias que dizem respeito somente aos autores dos crimes e não às vítimas desses.

Conforme analisam Adorno S. et al (2003), é possível que, em contextos como determinadas regiões de cidades como São Paulo, alguns grupos sociais estejam mais vulneráveis e em situação de risco de tornarem-se potenciais vítimas em ocorrências fatais. Isso porque tais grupos possivelmente estão mais expostos à violência e às violações de direitos humanos, com carência de direitos econômicos e sociais (educação, habitação, saúde e o direito a uma vida digna).

Contudo, é preciso superar as dificuldades quanto às informações, registros e construção de dados sobre os crimes de homicídio no Brasil. Crimes dolosos dessa natureza se configuram como fenômeno complexo, pois são estabelecidos a partir de atores sociais diversos, como agressores, testemunhas, opinião pública, agentes de controle da ordem pública e profissionais da área de saúde.

É preciso perguntar de quais relações e atitudes violentas dependem o registro, as estatísticas, a formulação dos bancos de dados e a confirmação dos crimes na forma de notificações. Somente a gama desses mecanismos articulados pode favorecer a compreensão e a superação deste tipo de violência.

Para citar um dado já consolidado em âmbito nacional, segundo Adorno S. et al (2003), no período de 1980 a 2000, foram registrados 6.003 casos de uso abusivo da força por parte da polícia, noticiados pela imprensa nacional, sendo que, para cada ocorrência, se registrou pelo menos uma morte, totalizando 64% dos casos criminosos a partir de 1989.

Um outro exemplo deste esforço é O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros⁶, organizado por Waiselfisz (2008), cujas informações buscam apresentar

⁶ O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 é uma realização da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), do Instituto Sangari, do Ministério da Saúde e do Ministério

para a sociedade o conjunto dos dados consolidados sobre homicídios registrados até 2006. Nele é analisada a evolução da letalidade violenta em todas as unidades da federação, nas 27 capitais e nas 10 regiões metropolitanas.

De acordo com esse Mapa, na última década (1996-2006), o número total de homicídios passou de 38.888 para 46.660, um aumento de 20%, percentagem um pouco superior ao da população que atingiu, no mesmo período, o índice de 16,3% de crescimento.

No *ranking* da violência estão os 556 municípios brasileiros com maior taxa de homicídios na população total. Representam somente 10% do total de municípios, contudo, concentram 73,3% dos homicídios registrados no país no ano de 2006. Tendem a ser de grande porte, concentrando 44,10% da população, o que possibilita indicar o grau em que concentram a violência homicida.

Em termos absolutos, é possível verificar elevada concentração da violência letal em poucos municípios, em (3,6%) do total, representando apenas 47,8% da população destes municípios. Como é o caso dos 200 municípios em que se verifica maior concentração, 8%, com 72 homicídios acontecidos em 2006.

1.3 - Infância e Adolescência: Concepções, Marco Legal e Violência

Na história do Brasil e do mundo, crianças, adolescentes e jovens não são somente vítimas de violência fatal, mas alvo de constantes, severas e graves violações de direitos econômicos e sociais.

Sem deixar de considerar as situações em que são autores de violência, se faz necessário distinguir o que realmente ocorre a esse segmento e o que é mito.

Diversos mitos sobre a criminalidade envolvendo adolescentes e jovens são construídos a partir de imagens veiculadas pela mídia e defendidas por certos segmentos da sociedade, que associam ações violentas cometidas por adolescentes e jovens aos estratos sociais mais desfavorecidos da sociedade, relação imediata entre pobreza e crime.

Segundo Adorno, S. (2002), tal relação deve ser vista com prudência, o que já não se pode dizer da associação entre pobreza e vitimização de adolescentes e

da Justiça. Não se trata de um diagnóstico sobre as causas da letalidade violenta e suas múltiplas manifestações. Busca-se apresentar subsídios estatísticos que facilitem o diagnóstico local e focalizado da realidade da violência letal.

jovens. Porque estes são vítimas potenciais da violência. Por diversas razões são eles que habitam as áreas de maior carência social das cidades, áreas em que são grandes os conflitos cujos desfechos em geral são fatais. Pertencem, sobretudo, aos grupos desprovidos de proteção de direitos humanos e sociais. Sofrem diversas e múltiplas discriminações. Pertencem às classes populares e, por conseguinte, são quase sempre associados à violência e ao crime, alvos preferenciais das instituições responsáveis pela sua contenção.

Isso significa que é necessário retroceder aos processos de construção das concepções de infância e adolescência, para entender por que o cenário atual pouco se alterou em termos de proteção e garantia de direitos ao segmento infanto-juvenil.

Dos Santos (1996), em vasta pesquisa documental que produziu extraordinária reflexão a respeito das principais teorias modernas que discutem a concepção de infância e adolescência, argumenta que todas são concorrentes e complementares, uma influenciando a outra.

Para o autor, as alterações nas sociedades complexas, a nova configuração do mundo do trabalho, a segmentação dos espaços e a centralidade do papel da escola nos colocam, na atualidade, diante do desafio de entender a infância e adolescência como categoria social, por meio da qual a criança, o adolescente e o jovem devem ser cuidados e protegidos em seus direitos, sob o signo de que o presente construirá uma sociedade sem futuro diante da realidade da infância no mundo.

Relativamente à definição das faixas etárias que compõem, às Ciências Sociais importa o papel que as variações socioculturais têm na definição de categorias de idade. Assim, o tempo, a natureza e a cultura são os elementos constitutivos que definem os conceitos e classificam os ciclos da vida.

Nesse sentido, a ausência de ritos institucionalizados e a separação entre o mundo dos adultos e o das crianças são as principais características da concepção moderna de infância e adolescência no Ocidente.

Há diferentes compreensões e definições desse período da vida, sobretudo diante das transformações sócio-históricas vividas na contemporaneidade, por meio das quais é possível discutir com profundidade as características constitutivas desses segmentos.

Dos Santos (1996) reforça que não são apenas a fixação dos limites etários e a definição das mudanças físicas e psicológicas que são relevantes, mas também a

alteração da responsabilização criminal e penal a ser utilizada para efeito de punição do adolescente e do jovem, ou as convenções econômicas, políticas e religiosas, que possibilitam definir as diferenças entre a criança, o adolescente, o jovem e o adulto. Diferentes significados, funções e valores devem ser atribuídos a cada uma das idades da vida de uma pessoa, devendo ser assumidos, em cada época, pela sociedade e pela cultura.

Abreu e Martinez (1997) defendem que não foram poucos os olhares sobre a criança no Brasil. São vários os lugares sociais, os múltiplos discursos e os saberes construídos por diversos atores sociais em diferentes conjunturas dos séculos XIX e XX. Acrescentam por meio de seu estudo que é possível compreender e alcançar, nos processos históricos mais amplos, as imagens construídas sobre a criança.

Segundo essas autoras, uma dessas imagens foi construída a partir do Código de Menores de 1927, lei que sistematizou uma política para regulamentação da infância e permitiu organizar as formas de trabalho, a educação, a prevenção, e a política de recuperação dos “criminosos” e delinqüentes. No entanto, instituiu a ambigüidade entre os conceitos de criança e menor, expressão da Política de Assistência aos Menores.

Desse modo, o menor passa a ser sinônimo de criança pobre, que sofre o abandono material e moral, totalmente desprotegida por seus pais, seus tutores, pelo Estado e a sociedade, situação relacionada às condições econômicas e sociais trazidas pela modernização do país. O que passou a interessar foi o adestramento da família pobre às engrenagens do novo sistema de produção. Associada à pobreza e à delinqüência, a concepção de infância e adolescência foi relacionada a um presente e a um futuro que não lhe reservaram outra sorte senão a de ser tratada como um impedimento à ordem e ao progresso (LONDONÕ, 1991).

Abreu e Martinez (1997) ainda evidenciam outros e diversos olhares e vozes de diferentes atores sociais que devem se somar às problemáticas por que passa o país em relação à infância e juventude.

Os movimentos sociais de defesa de direitos de crianças, adolescentes e jovens apontam para a necessidade de maior fortalecimento da discussão dos direitos desse segmento e dos deveres do Estado, fato que é reforçado pelo que argumenta Adorno S. (2002) em relação aos adolescentes e jovens adultos masculinos procedentes das classes populares urbanas, que têm sido vítimas preferenciais das mortes por homicídios.

Concordando com Adorno (2002), Peres et. al. (2006), em estudo sobre homicídios no Brasil (1980 – 2002), apontam que adolescentes e jovens são as maiores vítimas das mortes por homicídio, terceira causa na classificação das mortes por causas externas. O que confirma esse segmento como grupo de risco e vulnerável à violência fatal.

Segundo Peres et. al. (2006), estudos demonstram que as maiores taxas de homicídios encontram-se entre os considerados jovens adultos com idade de 20 a 39 anos, do sexo masculino. Mas, essas faixas etárias podem ser estratificadas para efeito de análise em três subgrupos: 0 - 9 anos; 10 -14 e 15 -19 anos. Quanto ao gênero, verifica-se significativa distância entre as vítimas do sexo masculino e aquelas do sexo feminino. Essas não são vítimas aleatórias ou ocasionais, apesar de o crime e a violência estarem mais distribuídos entre diversos grupos sociais. Determinados grupos ainda são predominantes e mais vulneráveis e expostos à violência.

Peres et. al. (2006) ainda exemplificam bem a realidade deste tipo de violência que acontece sob a forma de homicídio. Foi registrado, no período de 1980 a 2002, no Brasil, um total de 696.056 óbitos por homicídios. A maioria das vítimas estava na faixa etária de 15 a 19 anos, grupo que concentra 87,6% dos casos.

Na questão dos óbitos por homicídios, a maioria destes totaliza 88,4% entre os adolescentes e jovens do sexo masculino. Quanto ao tipo de arma usada, 59,8% são arma de fogo, 21,1% outras formas e, em 19,1% dos casos, não há especificação. Mortes por homicídio superam as causadas por acidentes de trânsito (PERES et. al., 2006).

Outro dado importante, apresentado no Mapa da Violência dos Municípios Brasileiro, 2008, por Waiselfisz (2008), acrescenta que, em relação aos homicídios juvenis, entre 1996 e 2006, o índice na população de 15 a 25 anos de idade passou de 13.186 casos para 17.312, o que representa um aumento decenal de 31,3%, acréscimo superior ao do crescimento da população total.

1.4. Violência Policial: Concepções, Controle e Estratégias

É nesse contexto de exposição e discussão sobre a violência que se insere a análise sobre violência policial a seguir. Esse é um debate imprescindível na contemporaneidade, tendo em vista as diversas e constantes denúncias

apresentadas diariamente em todo o país por entidades de defesa de direitos humanos, ou divulgadas através de diferentes veículos de comunicação, e as que se obtém por informações oferecidas pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade policial, como são os casos apresentados pelas Corregedorias e Ouvidorias das polícias.

A atividade policial tem sua legitimidade assegurada pela força de lei e suas atribuições garantidas por mecanismos institucionais específicos. Porque destinada ao controle social, quando sua atuação é dirigida contra indivíduos e grupos há um desvio quanto ao seu papel na sociedade. Ao invés da proteção passa-se para uma relação de conflito entre a polícia e a sociedade, num processo de produção de violência e criminalização por parte do agente público, desvirtuando completamente as finalidades de sua atividade.

Esse tipo de violência, a violência policial, é então definida como sendo uma violência contra indivíduos e grupos. É reconhecida como violência oficial, sendo constante nas sociedades modernas e contemporâneas. E as formas de violência protagonizadas por policiais civis e militares atingem, sobretudo, integrantes das classes populares, em sua maioria negros, jovens e pobres. (ALMEIDA, 2000; PAES-MACHADO e NORONHA, 2002).

Sua ocorrência tem sido observada predominantemente nas áreas urbanas, sendo assimilada de maneira diversa, dependendo da classe social a que é dirigida. Quando atinge setores privilegiados da população, há imediata mobilização da sociedade, gerando forte reprovação social e legal inequívoca. Ao atingir os setores historicamente excluídos, produz normalmente reações ambíguas, devido à associação que se estabelece entre exclusão, marginalização e violência. Como resultado desse processo, em muitos casos ocorre a banalização da violência sofrida (ALMEIDA, 2000).

Costa (2004) desenvolve a idéia de que, embora destinadas ao controle social, as instituições policiais têm sido objeto de inúmeros debates nos regimes democráticos, tendo em vista a especificidade de sua atividade e a necessidade de se estabelecerem formas de responsabilização e controle de sua atuação. Isso se verifica porque ainda são raros os policiais punidos judicialmente por seus abusos de autoridade, pelo excessivo uso da força e demais arbitrariedades cometidas.

Sua atividade requer o controle, mas, acima de tudo, o limite no uso da força, principalmente para consolidar os marcos legais fundamentais da Constituição

Federal de 1998 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, conquistas democráticas essenciais à sociedade brasileira.

Assim, devem ser criados mecanismos institucionais capazes de responsabilizar e controlar a atividade policial, “estimulando as polícias a se submeterem ao Estado de Direito e a respeitar as liberdades civis” (COSTA, 2004, p, 174).

Mesquita Neto (1999), ao discutir a violência policial no Brasil, aponta como condição para a efetivação de democracias como a brasileira, que o controle da violência, particularmente o da violência policial, seja exercido de forma imprescindível.

Argumenta que, embora não tenha desaparecido, a violência policial deixou de ser promovida e mesmo tolerada pelo governo federal como recurso de controle político na passagem do regime autoritário para o democrático (Década de 80), após o fim do regime de ditadura militar.

No entanto, a violência continuou sendo usada para o controle social e o da criminalidade, atingindo não somente os que se opõem aos governos ou regimes políticos, mas, sobretudo, contra a população empobrecida e marginalizada.

Acrescenta o autor que, neste contexto, surgiu um sentimento de descontrole e insegurança que dificulta o controle dessa violência e pode mesmo favorecer o seu aumento em outras formas. Porque é um tipo de violência que preocupa diversos segmentos da sociedade, exatamente “porque é praticada por agentes do Estado que têm a obrigação constitucional de garantir a segurança pública, a quem a sociedade confia a responsabilidade” (MESQUITA NETO, 1999, p. 131).

De acordo com a Constituição Federal⁷, a segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos os cidadãos. Deve ser exercida para a manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

No âmbito da sociedade e suas instituições, a segurança pública é de responsabilidade das polícias, cabendo às polícias Federal, Rodoviária e Ferroviária o papel de atuar em nível federal. E às polícias Civas, Militares e Corpos de Bombeiros manterem sua atuação circunscrita ao âmbito dos Estados.

Suas competências e atribuições estão previstas no artigo 144 da Carta Magna, cabendo às polícias civis o papel de atuar enquanto polícia judiciária, apurando as infrações penais com exceção das militares. E às polícias militares atuar como polícia ostensiva e na preservação da ordem pública, ambas

⁷ Ver Constituição Federal, de 1988, art. 144.

subordinadas aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988, p.130).

Ampliando as discussões em relação à violência policial e a formulação e implantação do seu controle, para Mesquita Neto (1999), há pelo menos quatro concepções, entre outras que podem ser utilizadas, visando a compreensão e a redução da violência policial no Brasil.

A concepção jurídica da violência policial é considerada como rígida e restrita. Ela se diferencia das demais do ponto de vista jurídico quanto aos conceitos de força e de violência, pois “são considerados atos de violência apenas aqueles em que os policiais usam a força física contra outra pessoa de forma ilegal. Isso acontece quando policiais usam a força física de forma não relacionada ao cumprimento do dever legal” (MESQUITA NETO, 1999, p.132).

Justamente baseado nesse critério de uso da força é que a violência policial tem permanecido como um problema na sociedade brasileira. Isso porque, baseado nesse critério, são incluídos somente os usos ilegais da força que são passíveis de punição, ficando excluídos aqueles que são ilegítimos e injustos.

O uso da força é a base da segunda concepção da violência policial, a política ou sociológica. Distingue-se da anterior quanto à legitimidade, pois não abrange somente os casos onde há o seu uso ilegal contra pessoas, mas também quando o policial a utiliza de maneira ilegítima e com excessos e atos desnecessários. Assim, os critérios relativos à legalidade e legitimidade precisam ser corretamente articulados e amplamente analisados quando utilizados na avaliação dos atos da polícia, principalmente os considerados violentos.

Esse fato faz com que essa concepção tenha ampla utilização no debate público e acadêmico, além de sofrer forte apelo na explicação jurídica e judicial de atos praticados por policiais quando do exercício profissional, quando estes atos chegam a ser julgados pelo poder judiciário.

Porque é “mais difícil estabelecer de maneira clara e precisa a diferença entre atos de força e atos de violência tomando por base critérios informais e subjetivos, fundamentados no critério de legitimidade do uso da força, do que definidos tendo por base critérios formais e objetivos, referentes à legalidade do uso da força” (MESQUITA NETO, 1999, p.133).

Uma terceira concepção para violência policial pode ser chamada de jornalística. Mais flexível e abrangente, é bastante difundida nos meios de

comunicação social. Considera como atos de violência policial o uso da força física contra pessoas, não apenas os atos tidos como ilegais ou ilegítimos, mas principalmente os que são praticados de maneira irregular e anormal, capazes de chocar e escandalizar a sociedade.

A concepção profissional de violência policial é a última e a quarta dessas concepções. É fundamentada muito mais em critérios de natureza profissional, definidos segundo a experiência dos policiais, do que no uso ilegal, ilegítimo e irregular da força física contra pessoas. Segundo ela, a violência acontece devido a um comportamento considerado anti-profissional, não profissional ou pouco profissional.

Tal perspectiva requer a profissionalização da polícia, sua melhor formação, e o aperfeiçoamento do policial, para se contrapor à necessidade de punição como recurso para o controle da sua violência.

Ainda de acordo com Mesquita Neto (1999), em relação a possíveis explicações para a violência policial, o tipo explicação estrutural dá ênfase às “causas” e preocupa-se mais com a natureza social, econômica, cultural, psicológica e/ou política do problema. Uma explicação funcional enfatiza mais as funções da violência relativas à preservação ou mudança das estruturas sociais, econômicas, culturais, psicológicas e/ou políticas, voltando sua atenção aos problemas às crises dos sistemas.

Finalmente, a explicação do tipo processual centra-se nas razões da violência policial do ponto de vista da organização e/ou do agente de polícia. Volta maior atenção à existência de conflitos de ordem pessoal, social e político no interior ou fora das organizações policiais.

Quanto às estratégias de controle da prática policial, elas podem ser de quatro tipos. A primeira está mais relacionada com a concepção jurídica da violência policial e dá importância a mecanismos de controle externo e formal/legal das polícias, atuando por meio dos poderes executivo, legislativo e judiciário, apoiados pelo Ministério Público. A segunda diz respeito aos mecanismos de controle interno e formal/legal das polícias, atuando através de seus dirigentes e administradores, como ocorre na atuação das corregedorias. A terceira estratégia refere-se ao controle externo informal/convencional realizado através da imprensa, da opinião pública, das universidades, de grupos de direitos humanos nacionais e/ou internacionais. A última e quarta tem sua ênfase voltada para os mecanismos de

controle interno e informal/convencional, preocupando-se com a profissionalização das polícias e dos policiais (MESQUITA NETO, 1999).

Esses mecanismos de controle significam avanços se comparados ao período do regime autoritário. Contudo, o uso dessas estratégias em suas variadas combinações não consegue controlar o uso irregular e pouco profissional da força física por policiais. Tais mecanismos podem sofrer graves limitações quanto à sua existência e funcionamento, mas principalmente em relação à sua efetividade (MESQUITA NETO, 1999).

A tendência, então, tem sido o agravamento da violência devido à ausência de mecanismos capazes de objetivamente controlar o uso irregular e/ou pouco profissional da força física pelos policiais.

Esse agravamento ocorre com freqüência e tem alarmado grande parte da sociedade apesar dos avanços da abertura democrática e política. A Constituição Federal de 1988 diferenciou e separou as funções de segurança pública, delegando aos estados a responsabilidade pela formulação de políticas públicas de segurança em seus municípios.

O cenário, entretanto, não se modificou, mesmo tendo sido atribuído ao Ministério público a função de controle da atividade policial, e, na esfera do poder judiciário, transferida da justiça militar para a justiça comum a competência de atuar nos julgamentos de crimes dolosos cometidos por policiais contra a vida de civis e dos crimes praticados fora de serviço com arma da polícia militar (MESQUITA NETO, 1999, p. 141).

Ainda sobre a atividade policial, Paes-Machado e Noronha (2002) destacam que a variação de comportamento dos governos e da população em geral, tem por referência o grau de tolerância com relação à violência em geral.

Parte dessa tolerância decorre da orientação governamental em relação à segurança pública quanto ao uso de práticas policiais violentas, do grau de consciência de cidadania das pessoas, do nível de aceitação social dessas práticas para resolver conflitos, e do padrão de relacionamento existente entre o governo e população em relação à regulação da cidadania e o controle social.

Paes-Machado e Noronha (2002, p.189) concebem a violência policial como violência oficial, vinculada à violência estrutural, na qual o “aparelho policial participa ativamente na manutenção e reprodução da ordem social, na forma como ele opera e trata populações pobres e não-brancas, dependendo de controles institucionais”.

Com impacto direto na vida cotidiana das famílias brasileiras, esse tipo de violência tem provocado o extermínio de adolescentes e jovens, e submetido a população à ação deste tipo de polícia que atua, na certeza da impunidade, de forma contrária ao que é esperado pela sociedade.

Como afirma Carvalho (2001), essa violência revela e distingue os que têm acesso aos bens materiais, controlam a produção da riqueza nacional e usufruem o aparato do Estado para proveitos de seus interesses e os que estão à margem do sistema de produção das riquezas, despossuídos e excluídos, que sobrevivem mesmo não participando das decisões da riqueza que geram.

Portanto, devem ser consideradas as diferenças e as desigualdades sociais, econômicas e culturais, particularmente quanto à violência policial, tendo em vista que esse tipo de violência atinge predominantemente famílias de classes populares, moradoras das cidades e do campo.

Citado por Abramovay et al. (2002), particularmente em relação à violência em que estão envolvidos adolescentes e jovens, um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura com representação no Brasil (Unesco Brasil) apresenta os dados que apontam o cenário de violência e vulnerabilidade social⁸ a que está submetido esse segmento na América Latina, contextualizando suas condições de vida.

De acordo como o estudo, tem havido agravamento da vulnerabilidade juvenil e são maiores e mais preocupantes os impactos resultantes do incremento da violência tendo os jovens como agentes ou vítimas.

Referindo-se a essa situação, Abramovay et al. (2002) acrescentam:

Assim, a violência tem sido concebida como um fenômeno multifacetado, que não somente atinge a integridade física, mas também as integridades psíquicas, emocionais e simbólicas de indivíduos ou grupos nas diversas esferas sociais, seja no espaço público, seja no espaço privado. Passa a ser concebida “de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais” (Porto, 1997 in Waiselfisz, 1998a: 146), como a violência intrafamiliar contra a mulher ou as crianças e a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou étnicas (ABRAMOVAY, 2002, p. 27).

⁸ “O presente estudo sustenta que a violência sofrida pelos jovens possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social em que se encontra a juventude nos países latino-americanos, dificultando, por conseguinte, o seu acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. O contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, ‘aliado às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos, ocasiona uma grande tensão entre os jovens, que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade (ABRAMOVAY et al., 2002, p. 09)”.

A questão do tráfico de drogas e o consumo de álcool também são apontados nesse estudo como fatores relacionados ao aumento da violência, contribuindo especialmente para a maior ocorrência da violência doméstica.

Portanto, a ausência de controle institucional favorece o incremento dos atos violentos que são potencializados pela deficiência do sistema judiciário, pela desconfiança quanto à aplicação ou cumprimento das leis e pela desconfiança na instituição policial (ABRAMOVAY, 2002).

Está em pauta, assim, a afirmação de diferentes enfoques multicausais como fatores associados. Afinal, nas diferentes formas de violência são observados fatores individuais, familiares, sociais e culturais que podem afetar a conduta social de autores e vítimas.

1.4. 1 - Violência Policial em Goiás

A atividade policial no Estado de Goiás tem sido objeto de reclamações e denúncias por parte do cidadão, como ocorre nos grandes centros urbanos a exemplo de São Paulo ou Rio de Janeiro. Esse fato pode ser verificado nos dados divulgados anualmente pela Ouvidoria Geral de Polícia do Estado de Goiás⁹.

Como órgão de controle social, a Ouvidoria possui competência para receber denúncias e reclamações sobre atos arbitrários, desonestos, abusos de autoridade ou qualquer ação, realizada por policiais, que violem direitos humanos, estando eles ou não no exercício de suas funções.

Embora a Ouvidoria não possua legitimidade para recorrer das decisões administrativas e judiciais, ela pode mobilizar o Ministério Público a orientar as vítimas sobre a quem e como recorrer, principalmente diante do fato de que, em linhas gerais, são diversos os entraves e as dificuldades encontrados frente a uma denúncia realizada.

Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia, reclamação ou apresentar sugestão sobre a atividade policial. A Ouvidoria divulga, anualmente, relatórios dessas atividades.

⁹ A Ouvidoria Geral de Polícia de Goiás foi criada pela Lei nº. 14.383, de 31 de dezembro de 2002, e instalada em setembro de 2003. Suas competências e atribuições foram estabelecidas pelo Decreto nº. 6.161, de 03 de junho de 2005, e Portaria nº. 017/SSP, de 23 de janeiro de 2006.

Segundo o Relatório de Atividades de janeiro a dezembro de 2007 ¹⁰, cabe à Ouvidoria acompanhar a tramitação e a apuração das denúncias, pois possui poder legal para investigar por conta própria e mesmo exigir a observância de procedimentos e prazos por parte dos órgãos correccionais.

Muitas denúncias acabam não sendo satisfatoriamente apuradas, especialmente as anônimas, que se deve a que muitas vítimas ou testemunhas não se dispõem a falar, com receio de represálias por parte dos agressores, no caso policiais que cometeram atos delituosos ou irregulares.

A maioria das denúncias apresentadas à Ouvidoria diz respeito ao uso indiscriminado da força, abusos de autoridade, truculência, violência policial praticada durante abordagens e diligências.

Foi oferecido, em 2007, um total de 406 denúncias à Ouvidoria Geral de Polícia. Destas, 183 (45,07%) diziam respeito a casos denunciados por envolvimento da Polícia Militar (140) e Polícia Civil (43); 12 denúncias (2,96%) se referiam ao Corpo de Bombeiros; 26 reclamações (6,40%) dirigidas à Superintendência de Polícia Técnica Científica; 4 denúncias, (0,99%) referentes à própria Secretaria da Segurança Pública; e 181 denúncias (44,58%) classificadas como atípicas, repassadas apenas por *e-mail* ou *fax* aos órgãos a que competem o conhecimento e as providências pertinentes.

Essas denúncias são analisadas, classificadas e enviadas aos órgãos responsáveis para instauração de procedimentos cabíveis, como pode ser verificado no quadro abaixo, em que são registradas, de acordo com a sua natureza, as denúncias e as reclamações enviadas à Ouvidoria Geral de Polícia do Estado de Goiás.

¹⁰ Disponível em www.ssp.go.gov.br/ouvidoria, retirado no dia 23/11/08.

Quadro 1 – Desvio de Conduta de Servidores Civis e Militares

Especificação da denúncia ou reclamação	Número de denunciados		Total
	Polícia Militar do Estado de Goiás	Polícia Civil do Estado de Goiás	
Abuso de Autoridade – Agressão física	19	02	21
Abuso de Autoridade – Constr. Ilegal	02	00	02
Abuso de Autoridade – Inv. domicílio	01	00	01
Abuso de Autoridade – Outros	10	02	12
Agressão física	02	01	03
Ameaça	09	02	11
Arbitrariedade	00	00	00
Comercialização ilegal de armas	00	00	00
Concussão	01	00	01
Corrupção passiva	07	01	08
Disparo de arma indevido	01	01	02
Extorsão	02	01	03
Falta de Policiamento	02	00	02
Foragido da Justiça	00	00	00
Furto e roubo	01	00	01
Homicídio	16	00	16
Improbidade administrativa	00	00	00
Lesões corporais	00	00	00
Má qualidade do atendimento	17	10	27
Maus tratos	03	00	03
Peculato	00	00	00
Prevaricação	00	00	00
Casa de prostituição infantil	00	00	00
Tentativa de homicídio	00	00	00
Tortura	02	01	03
Venda e uso de drogas ilícitas	07	02	09
Outros	38	20	58
Total	140	43	183

Fonte: Relatório de Atividades das Polícias, janeiro a dezembro de 2007. Ouvidoria Geral de Polícia do Estado de Goiás.

Segundo Waiselfisz (2008), no Mapa da Violência 2008, que consolidou dados sobre a violência no Brasil no período de 2002 a 2006 entre os estados da federação, e a participação de 10% de municípios com maiores taxas de homicídios, o Estado de Goiás ocupa o nono lugar. De seus 246 municípios, 28 deles (11,4%) apresentaram 952 homicídios, o que significa 76,5% no *ranking*.

Já na lista dos 200 municípios do país com maior número de homicídios na população total, destacam-se as sete cidades mais violentas de Goiás.

Quadro 2 - Municípios com Maiores Taxas de Homicídios na População Total

Ranking	UF	Município	2002	2003	2004	2005	2006	Taxa Homic. 2006	Popul. em 2006 (miles)
1º	SP	São Paulo	5575	5591	4275	3096	2546	23,7	1076,2
2º	RJ	Rio de Janeiro	3728	3350	3174	2552	2273	37,7	6025,0
3º	PE	Recife	1312	1336	1352	1324	1375	90,9	1512,8
17º	GO	Goiânia	430	429	435	415	444	36,4	1220,2
61º	GO	Aparecida de Goiânia	132	109	130	136	126	27,6	456,4
101º	GO	Luziânia	52	77	94	116	73	39,1	186,8
119º	GO	Anápolis	46	51	74	82	62	19,4	320,1
134º	GO	Águas Lindas de Goiás	39	27	23	65	55	43,2	127,3
152º	GO	Valparaíso de Goiás	27	33	45	33	48	42,9	111,9
156º	GO	Rio Verde	28	39	41	41	46	32,0	143,5

Fonte: Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, 2008.

Em relação aos homicídios registrados na população juvenil para o mesmo período (2002-2006), entre os 100 municípios brasileiros figuram no *ranking* nacional nove municípios goianos, conforme quadro abaixo.

Quadro 3 - Municípios com Maiores Taxas Médias de Homicídios na População Jovem do País

Ranking	UF	Município	2002	2003	2004	2005	2006	Taxa Homic. 2006	Popul. em 2006 (miles)
1º	PR	Foz do Iguaçu	140	102	134	135	154	234,8	61,3
2º	PE	Recife	563	603	660	625	636	214,3	303,1
3º	MG	Santa Cruz de Minas	1	0	3	2	4	221,8	1,4
32º	GO	Maurilândia	0	1	0	3	5	137,0	2,0
38º	GO	Abadia de Goiás	0	1	2	2	0	134,5	1,1
41º	GO	São João da Aliança	1	1	2	1	3	133,2	1,5
84º	GO	Luziânia	19	31	30	58	31	106,4	39,3
91º	GO	Serranópolis	2	0	0	3	1	103,6	1,3

Fonte: Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, 2008.

A seguir, os municípios com maiores números de homicídios juvenis e os municípios goianos em que foram registrados este tipo de violência, de acordo com os dados apresentados no Mapa da Violência 2008.

Quadro 4 - Municípios com Maior Número de Homicídios Juvenis

Ranking	UF	Município	2002	2003	2004	2005	2006	Taxa Homic. 2006	Popul. em 2006 (miles)
1º	RJ	Rio de Janeiro	1508	1354	1264	1041	879	83,6	1052,0
2º	SP	São Paulo	2339	2349	1695	1082	797	38,3	2078,7
3º	PE	Recife	563	603	660	625	636	209,8	303,1
17º	GO	Goiânia	179	180	172	178	181	67,5	268,2
58º	GO	Aparecida de Goiânia	48	44	61	57	51	52,5	97,2
94º	GO	Luziânia	19	31	30	58	31	79,0	39,3
98º	GO	Rio Verde	6	12	18	18	30	104,0	28,8
116º	GO	Valparaíso de Goiás	12	18	20	18	23	94,0	24,5
122º	GO	Águas Lindas de Goiás	17	6	9	34	22	89,7	24,5
186º	GO	Anápolis	13	16	28	22	13	20,3	64,2
194º	GO	Formosa	14	10	15	15	12	60,8	19,7
195º	GO	Santo Antônio do Descoberto	9	5	8	7	12	94,8	12,7

Fonte: Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, 2008

1.4.2 - Violência Policial: o Caso de Goiânia e Região Metropolitana

Diversas dificuldades metodológicas, políticas e operacionais devem ser consideradas quanto ao registro, acesso e consolidação de dados que se referem à violência policial. Os dados oficiais disponíveis são os oferecidos pelo Ministério da Saúde (SAM), ou consolidados por instituições vinculadas aos direitos humanos.

Contudo, são informações importantes, relevantes, para melhor compreender a violência policial, principalmente em relação a homicídios em que adolescentes e jovens são vitimizados.

De acordo com Abramovay et al. (2002), podem ser observadas, nas principais capitais brasileiras, taxas de mortalidade por violência conjunta, englobando os homicídios, suicídios e acidentes de transporte, que atingem 60% da população na faixa de 15 a 25 anos quando comparadas a taxas de homicídios encontradas na população em geral, que é de 8,7%.

Com relação a homicídios de crianças e adolescentes na Região Centro Oeste, ocorreram, entre os anos de 1980 e 2002, 6.874 homicídios (6%) do total registrado no país. Deste total, no Distrito Federal, ocorreram 2.117 homicídios (30,8%) e, no Estado de Goiás, 2.241 (32,6%). Portanto, no Distrito Federal e no Estado de Goiás, ocorreram, no período, 4.358 casos de homicídios (4%) cujas vítimas foram crianças e adolescentes (PERES et. al., 2001).

A capital de Goiás, Goiânia, e municípios como Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, que ficam na região metropolitana, exemplificam essa situação.

Segundo dados da Delegacia Estadual de Investigações de Homicídios (DEIH)⁹, da Diretoria-Geral da Polícia Civil de Goiânia, chega a 200 o número de homicídios registrados na capital do Estado nos primeiros sete meses de 2007. O perfil quantitativo de vítimas é: 68% são adultos jovens com menos de 40 anos e, destes, 53,5% têm entre 18 e 30 anos; dos 200 mortos, 191 são do sexo masculino.

De acordo com o Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, o Estado de Goiás figura entre os sete estados da federação em que mais ocorrem homicídios cometidos por policiais no Brasil. Esse fato é facilmente verificável por meio das várias denúncias de casos de desaparecimento e execução de pessoas

⁹ A Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios – DEH - disponibiliza seus dados no www.policiacivil.goias.gov.br/homicidios

apresentadas ao Comitê, à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás ou através da mídia, dentre outros.

Criado na capital, o Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial é um movimento da sociedade civil, organizado para reunir e defender vítimas da violência policial e seus familiares. Fundado em 26 de abril de 2006, reúne, atualmente, 23 famílias e conta com o apoio de diversas entidades.

As famílias cadastradas tiveram seus filhos torturados, espancados, executados por policiais e vivem dia e noite, acreditando no lema: “Quando a dor vira resistência”, que se tornou a bandeira de luta do Comitê.

Dentre seus objetivos estão: fortalecer o movimento social que busca mudanças dentro da própria polícia, denunciar, cobrar justiça para os tantos casos considerados desaparecidos e coibir as graves violações de direitos humanos praticados por integrantes da Instituição Policial do Estado de Goiás.

Em geral, as denúncias são apresentadas ao Comitê por familiares ou por pessoas que presenciaram os fatos, que sempre demonstram preocupação em testemunhar, por se sentirem ameaçadas, intimidadas e coagidas.

Os vários casos apresentados não são casos isolados. Aconteceram em contextos e situações diversas, quando das abordagens policiais, especialmente as realizadas pela Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) da Polícia Militar (PM).

Diante desses fatos, familiares vítimas da violência policial, juntamente com organizações de defesa dos direitos humanos, resolveram apresentar à sociedade essa grave situação que ocorre há vários anos.

Assim, o Comitê pretende, além da denúncia dos casos já divulgados, ampliar o seu trabalho, identificando outras situações em que a população encontra-se sujeita às arbitrariedades da ação policial, como é o caso de comerciantes que são saqueados ou extorquidos, de trabalhadores atípicos (ambulantes, catadores e profissionais do sexo), que sofrem agressões físicas e psicológicas no desenvolvimento de suas atividades, e, principalmente, os casos de jovens mais pobres, que sofrem abordagens policiais truculentas, as famosas revistas ou *baculejos* (grifos nossos) ostensivos e violentos. Não raramente, os relatos são de abuso de força policial e de tortura.

Entidades de defesa de direitos humanos em todo o país denunciam que é cada vez mais crescente o número de mortes por homicídios com autoria atribuída a

policiais. De acordo com o Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, no período de pouco mais de dois anos (2006 – 2007), foram registrados em Goiânia e região metropolitana, 117 homicídios cuja autoria foi atribuída a policiais militares.

Está em causa, em média, um assassinato por semana num contexto em que, note-se, 48,7% (57) das vítimas não tinham sequer registro de passagem pela polícia. Um número muito pequeno desses casos recebe punição, devido a uma série de fatores, especialmente a ausência de provas de envolvimento dos policiais. A corregedoria-geral da polícia estima que 40% das sindicâncias são arquivadas por falta de provas.

Outro dado significativo destaca que, nos últimos cinco anos (2003-2008), foram registrados pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa 11(onze) casos de denúncia de execuções, 07 (sete) denúncias de desaparecimento e 18 (dezoito) denúncias de agressões físicas praticadas por policiais, lembrando o tempo da ditadura militar, que, durante mais de vinte anos, registrou oficialmente 15 desaparecimentos.

Portanto, de acordo com os objetivos pretendidos pelo Comitê Goiano de Combate a Violência Policial, o caminho a ser percorrido é grande. Pretende-se que os culpados pela má conduta da ação policial sejam punidos. Para isso, os procedimentos para a apuração e punição dos crimes dolosos praticados por policiais contra civis devem ser realizados pela Polícia Militar, como medida disciplinar administrativa e interna, forma de punir e evitar novas ocorrências.

No entanto, entende-se que tal competência não é exclusiva da PM e seria adequado, para assegurar transparência e isenção às investigações, que os atos ilegais de policiais fossem investigados no âmbito civil (polícia civil), ficando para a Justiça Comum a tarefa de processar e julgar tais crimes praticados contra civis por militares, como previsto na Lei Federal nº. 9.299/96 (NESQUITA NETO, 1999).

Tal preocupação decorre da decisão tomada pela Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás, que, através da Resolução 686/2006/SSPJ, revogou a Resolução 454/2006/SSPJ e atribuiu somente à Polícia Militar a competência para apurar os crimes dolosos, praticados por policiais militares em serviço. Essa decisão, que transferiu a investigação da esfera comum para a militar, fere a democracia, pois é contrária ao previsto em lei. Desse modo, de novo lembrarmos os tempos da ditadura militar, em que, em nome da governabilidade, os agressores das vítimas civis não sofriam nenhuma punição.

Ademais, entende-se também como necessário buscar maior articulação com o Ministério Público e a grande mídia; com os agentes policiais e a Secretaria de Segurança Pública e de Justiça; com o Poder Judiciário, Legislativo e as entidades da sociedade civil organizada. Enfim, buscar soluções concretas para os casos identificados, ampliando o debate com toda a sociedade (C.G.F.V.P, 2006) ¹¹.

No próximo capítulo, são apresentados os sujeitos da pesquisa e sua história de vida, retratos de um cotidiano que revela em profundidade as marcas da violência sofrida.

¹¹ Disponível no <http://www.casadajuventude.org.br>. Acesso em dia 14/10/2008

2. Testemunhas da Violência: Vidas Marcadas, Vidas Perdidas

Vocês mataram meu filho? Aí ele falou assim: - Não, matei seu filho não, matei o cachorro. Acho que eles foram muito desumanos comigo aquele momento. Mas o cachorro na verdade que eles tava falando era meu filho. Ele falou:- Não! Chega de tanta desumanidade! Ela é uma mãe! Aí eles jogaram ele com tanto desaforo no chão! Ele tava com o olho aberto, a boca aberta. Aquilo, assim, parece que tava quebrado, aqui nele assim, ó, a cabeça dele, que parece que fervia (Solange, mãe do Fábio).

Este capítulo faz a apresentação dos sujeitos que participaram da pesquisa e relata as histórias de vida e de morte dos adolescentes e jovens que foram vítimas da violência policial. São retratos de um cotidiano que revela em profundidade as marcas da violência sofrida.

Os sujeitos participantes de algum modo foram destacados entre os membros da família ou por si próprios foi assumindo a responsabilidade, em dar as primeiras providências e os posteriores encaminhamentos em relação à situação vivida.

São pessoas cujo percurso de vida revela a situação de violência a que estão expostas, o que possibilitou perceber como a violência é construída na história de vida desses sujeitos e como lhes parece muito próxima e familiar. Eles pertencem a famílias de classes populares, cujas experiências de proximidade com a violência revelam, de forma contundente, cenas de um dia-a-dia encontrado em diversas cidades brasileiras.

Todos têm sua vida marcada em profundidade e na particularidade por todos os acontecimentos que culminaram no homicídio ou no desaparecimento de um dos membros de sua família. São pessoas que se vinculavam às vítimas por meio dos seguintes laços de parentesco: dois pais (mãe e pai), em dois casos; somente a mãe, em dois casos; esposa, em um caso; e irmão, em um caso.

2.1 – Histórias de Vida e de Morte: Familiares e Vítimas - Retratos do Cotidiano

A história de vida dos sujeitos desta pesquisa foi apreendida a partir de entrevistas realizadas e, em alguns casos, através de informações complementares veiculadas pela mídia, devido à repercussão pública que tiveram na imprensa goiana.

Trata-se de oito histórias de vida, nas quais é percebida a trajetória de pessoas e suas famílias. Em geral, são histórias marcadas por um processo social e histórico particular, que se articula a singularidades e universalidades em sua constituição, especialmente quanto à vivência da violência, da pobreza e da exclusão social, ou seja, marcas de outras violências sofridas em suas múltiplas formas.

A seguir são apresentados os sujeitos da pesquisa e as vítimas da violência policial. Os nomes são fictícios, por critérios éticos pertinentes à pesquisa.

2.1.1 – Tereza, 37 anos, é mãe de Marcos, desaparecido após abordagem policial

Tereza é a mãe de Marcos, que foi dado como desaparecido em 2005. Ela tem 37 anos de idade. Concluiu o ensino médio. É mãe de dois filhos. O filho mais velho está com 18 anos e mora atualmente com o pai. Ela está separada, cerca de quatro anos, de um casamento de quinze anos.

Conta que fugiu da casa de seus pais e casou-se muito nova com o rapaz que lhe prometeu uma vida melhor do que a que tinha. No início de seu casamento, foi enorme o sofrimento e diversas as dificuldades que teve de enfrentar. Relata que, em diversas situações, teve de se sacrificar para manter o casamento.

Tereza relata que era dependente do marido para tudo. Sentia-se “presa a uma cadeira de rodas”. Foi difícil se acostumar a viver sozinha, conquistar a própria sobrevivência. Foi nessa época, com seis meses de separação, que seu filho caçula desapareceu aos 12 anos.

Graças ao apoio de uma amiga, conseguiu um emprego em uma escola para cuidar de crianças. Comenta que é o que a aproxima da memória de seu filho, principalmente quando ele ainda era bem pequeno. O trabalho a tem ajudado um pouco. Agora sai de casa e não fica somente trancada no quarto como antes. Além de sua separação ter sido difícil, seu pai morreu dois meses após o desaparecimento de seu filho. Essas situações têm trazido grande sofrimento para ela.

Vive sozinha em uma casa que adquiriu junto com seu esposo. Essa casa fica próxima à casa de sua mãe e de suas irmãs, o que a tem apoiado. Há cerca de seis meses, sua saúde piorou, porque interrompeu o tratamento psiquiátrico para depressão.

A depressão retornou e precisou voltar ao médico e retomar os remédios. Diz que sente medo de “ficar doida” e que queria sentir-se “normal”, para continuar a busca por seu filho. Sua vida, hoje, se resume em buscar pelo garoto. Ela não consegue se esquecer dele, embora diga que precisa também cuidar do outro filho que tem. Tem medo de ser internada em uma clínica, o que a impediria de continuar buscando Marcos.

Em relação ao pai de Marcos, Tereza acrescenta que sente muita revolta, devido ao que passou no casamento. Mas compreende que para ele a situação também é difícil. Diz que ele era bom pai e muito apegado ao Marcos. Por isso acredita que ele se sente um pouco culpado.

Acrescenta que, se houvesse uma conclusão em relação ao caso de seu filho, mesmo que fosse a notícia de sua morte, “deixaria de sofrer, de sonhar e de esperar”. Diz que “deixaria de sofrer mais. Eu acho que meu sofrimento diminuía. Se eu encontrasse (o corpo) e falasse que é do Marcos. Eu acho que eu deixaria de muita coisa” (Tereza, 2008).

2.1. 2 – Cândido, 51 anos, pai de Antônio, assassinado pela polícia em 2003

Cândido é pai de Antônio, assassinado em 2003. É casado com Magda desde 1983. Ele se casou com 26 anos e ela com 18, depois de um namoro de três meses. Está casado há 25 anos, completados no mesmo dia em que seu filho foi assassinado.

Cândido estudou somente o ensino fundamental (primário). É aposentado, tem 51 anos. Sua saúde está comprometida em decorrência do que aconteceu a seu filho. Já fez tratamento para depressão, tem problemas cardíacos e hoje está debilitado, sem força para qualquer atividade profissional. Demonstra ser um homem simples, humilde e trabalhador. Menciona que a união da família é importante para manter os filhos juntos, aprendendo somente “coisas” boas.

2.1. 3 – Magda, 43 anos é mãe de Antônio, esposa de Cândido

Magda é esposa de Cândido e mãe de Antônio. Estudou somente o ensino fundamental (primário). Trabalha atualmente como doméstica. Tem 43 anos. Após

dois anos de casada, nasceu seu primeiro filho (Antônio), de um total de quatro, sendo dois homens e duas mulheres, todos já maiores de idade. Dois ainda moram junto com eles. Demonstra ser uma mulher sofrida pela dureza da vida. Trabalhadora e de pouca conversa. São muito religiosos, amigos dos vizinhos e orgulhosos por não haver qualquer reclamação contra eles na vizinhança.

Magda afirma que o que aconteceu foi uma tragédia que atingiu toda a família. Algo que os fez desejar ter morrido no lugar do filho. Segundo ela, o que aconteceu com seu filho surpreendeu a família e a comunidade onde moram há mais de quinze anos.

Diz que estão aprendendo a conviver com a tristeza e a dor, porque “a gente não esquece não. A vida se transformou totalmente. É uma parte da gente que falta. É muito difícil, mesmo sabendo. Não é porque eu sou mãe que eu tô falando isso, que meu filho era uma pessoa que não fazia mal a ninguém, uma pessoa que não tinha como isso ter acontecido com ele” (Magda, 2008).

2.1. 4 – Mara, 30 anos, casada com João, assassinado em 2005

Mara tem 30 anos de idade e era casada com João, assassinado em 2005. À época da pesquisa, ela estava concluindo o ensino fundamental e disse querer entrar para a faculdade de Direito. Estava estudando em um cursinho preparatório para prestar o vestibular. É mãe de um menino de 13 anos, filho único, recatado e quieto. Quando o pai dele faleceu, tinha nove anos. O menino também quer fazer o curso de Direito, segundo Mara, para defender o pai nos tribunais. O pai de Mara faleceu em 2007, dois anos depois do esposo. O contato com sua mãe e demais irmãos é regular e sempre recebeu o apoio deles.

Ela teve depressão após a morte de João, ficando com sua saúde comprometida nos primeiros dois anos (2005-2007). Isso a impediu de trabalhar e continuar com sua vida. Relata que enfrentou muitos problemas em consequência do que aconteceu à sua família. Conta que tudo começou assim que teve início o processo de desocupação da área do Setor Parque Oeste, em Goiânia, onde moravam. Além da morte de seu esposo, ocorrida nesse episódio, ela e as demais famílias foram transferidas para uma outra área para viverem em barracas de lona, isso após os vários dias que tiveram de permanecer em ginásios e abrigos, em condições sub-humanas de subsistência.

De acordo com Mara, ela e seu esposo sempre moravam de aluguel, razão pela qual estavam ligados a um movimento de moradia. Já havia oito anos que aguardavam e lutavam pelo direito de ter sua casa própria. Por esse motivo, sua família e as demais se mudaram e construíram suas casas no Parque Oeste. Para Mara, foi um período de enorme aprendizado. Teve de aprender a ajudar seu esposo na construção da casa e diversas outras coisas que pensava não ter capacidade de fazer. Diz que tudo era resultado de um sonho que sempre tiveram. Conquista de muitas lutas e esperanças, tudo era felicidade para a família. Durante nove meses, residiram nesse lugar, saindo somente devido ao despejo que aconteceu em 2005.

Atualmente, na comunidade onde mora com seu filho, Mara pretende construir uma casa, na mesma área em que fica a praça do Setor. Este lugar deverá funcionar como um “memorial” em reconhecimento àquelas pessoas que deram suas vidas na luta por moradia e tantas outras causas sociais. Ela acredita ser uma maneira de preservar a história de lutas e conquistas do povo, um alerta contra a violência. Participa também, regularmente, das reuniões do Comitê Goiano de Combate à Violência Policial e de outros movimentos sociais, onde exerce papel de liderança.

Desenvolve atividades profissionais em um grupo de produção composto somente por mulheres, grupo criado por uma associação de moradores. Trabalha ainda com costura de roupas em sua própria casa. Com essas rendas, complementa a pensão de indenização que recebe mensalmente.

Mara conta que ainda é difícil lidar com o fato de receber essa pensão. Sente que esta usando um dinheiro devido ao “derramamento” do sangue de seu companheiro. A mesma coisa diz sentir em relação à casa que recebeu. Fala que, pelo fato de João ter morrido lutando pela moradia, a lembrança é mais forte.

Menciona que não se esquece de seu esposo e de tudo o que aconteceu. Mas acredita que deve continuar sua vida. Talvez se casar novamente e ter outro filho, pois se considera ainda jovem e seu filho diz que quer ter um irmão ou irmã.

Acredita que irá continuar lutando por justiça. Considera que isso é o que João lhe deixou como herança, um exemplo a ser seguido por ela e seu filho. Um compromisso de determinação em sua busca por Justiça.

Segundo Mara, o que aconteceu é algo muito difícil de esquecer, porque “não tem como esquecer. Vai fazer quatro anos. Não tem um dia desses quatro anos que

eu não lembrasse do que aconteceu. Sempre vem aquela coisa, assim, na minha mente” (Mara, 2008).

2. 1. 5 – Solange tem 45 anos, é mãe de Fábio, assassinado pela polícia em 2004

Solange, 45 anos, mãe de Fábio, assassinado em 2004. Estudou até os seus 16 anos, concluindo a quarta série do ensino fundamental, quando se casou. Demonstra ser uma pessoa animada, muito religiosa e comunicativa. Teve três filhos com o seu primeiro marido, do qual se separou quando as crianças estavam ainda pequenas. Criá-las sozinha demandou-lhe muito amor e sacrifício, sempre batalhando para dar a eles “o bom e o melhor”.

Seu primeiro filho morreu ainda bebezinho. O segundo foi Fábio, que, se estivesse vivo, estaria com 26 anos. O terceiro filho tem 24 anos, já está casado e tem um filho de um mês de idade. Solange, atualmente, vive com um companheiro com quem trabalha no ramo de confecção, pois é costureira desde 1986.

Solange enfrentou muitas dificuldades após a morte de seu filho. Pensou em se matar. Viveu dias de sofrimento e tormento. Demonstra enorme revolta com relação à polícia e ao poder público. Diz que sente uma dor enorme e uma mágoa grande. Antes era uma pessoa alegre, tinha motivo pra sorrir, mas, como ela mesma fala, “eu nunca baixei a minha cabeça. Meu filho é tudo pra mim, porque, se o que fizeram com meu filho, se fosse meu filho que tivesse feito, eu acredito que não tava impune. Tanto que eu me dispus, tanto que eu lutei!” (Solange, 2008).

2.1. 6 - Mário, 30 anos, irmão de Cláudio, assassinado em 2008

Mário é irmão de Cláudio, assassinado em 2008. Ele tem 30 anos, é casado e pai de duas meninas. Porém é separado da primeira esposa. Tem outra companheira, mas ainda não tiveram filhos. Trabalha há vários anos como instrutor de informática em uma instituição de assistência social a adolescentes e jovens. Atualmente, está cursando tecnológico de nível superior na área de informática.

Seus pais se mudaram para Goiânia quando a cidade ainda não era capital do Estado. Diz que eles foram pioneiros em Goiânia, quando a nova capital estava se organizando, sendo construída. Na família de Mário, eles são quatro irmãos: duas mulheres e dois homens.

Somente a mãe de Mário está viva. Seu pai faleceu em agosto de 2000. Ele lembra que, até por volta seus vinte e dois anos, a família tinha um tipo de relacionamento. Mas tudo mudou após a morte de seu pai. A família sofreu uma mudança enorme.

Mário conta que seus pais sempre investiram muito na educação dele e de seus irmãos. Sempre apoiaram as iniciativas no sentido de que cada um fosse crescendo do ponto de vista profissional, para que todos tivessem uma boa formação e um caminho a seguir na vida.

Ele começou a trabalhar logo cedo, com 16 anos. Sempre foi responsável e dedicado aos estudos. Em relação ao seu irmão, diz que “sente muita tristeza”. Ressente-se por ter ficado distante do irmão, principalmente quando ele passou a andar com outras amizades, amigos nos quais Mário não confiava.

Na verdade, Mário considera que diante dessa situação teve que fazer um “sacrifício” e mesmo “abandonar” seu irmão, para tocar sua vida em outra direção. Ressente-se ao avaliar que deveria ter conversado e orientado mais o irmão. Confessa que tinha medo de ficar envolvido nos mesmos conflitos e situações violentas nas quais o irmão estava envolvido. Ficou-lhe uma sensação de culpa e arrependimento.

2.1. 7 – Benedito, pai de Carlos, desaparecido após abordagem policial em 2003

Benedito tem 64 anos, é casado com Nilva e pai de Carlos, dado como desaparecido em 2003. Está casado há 41 anos. Contudo, na época da pesquisa, estava separado, embora vivendo na mesma casa que sua mulher há um ano. Moram juntos, dividem a casa, as responsabilidades, mas não convivem como marido e mulher.

Ele trabalhava na roça, na região onde nasceu e foi criado. Conta que saiu de sua cidade natal e veio morar em Brasília ainda garoto, com 18 anos, para trabalhar na construção da nova capital federal. De Brasília, foi trabalhar em São Paulo, sempre na construção civil. Depois disso, voltou ao Tocantins (Estado de origem), época em que conheceu sua esposa.

Desse tempo em diante, a família decidiu mudar-se para Goiânia, devido à falta de oportunidades de trabalho na sua região e para buscar melhores condições de vida para que seus filhos pudessem ser educados e ter acesso a melhores escolas.

Atualmente, trabalha como serralheiro. Hoje está sendo acompanhado em uma clínica psiquiátrica. Faz o tratamento em consequência do desaparecimento de um de seus filhos. Toma remédios regularmente e tem outras complicações de saúde. Conta que, nos primeiros meses, após o trauma, sua vida consistia em “ficar chorando”. Pensou em cometer suicídio muitas vezes. Diz que sente muito a falta do filho. Pensou até em fazer “vingança com as próprias mãos”. Contudo, tem consciência de que isso não trará seu filho de volta.

“Eu já até falei na delegacia que tinha coragem de fazer até pior, mais isso não resolve nada. Na verdade, isso que eu tô passando é uma dor que eu não desejo para ninguém. Nós tínhamos as nossas divergências, discutia aqui de boca por conta do trabalho, mais filho é filho” (Benedito, 2008).

2.1.8 – Nilva, 65 anos é mãe de Carlos, esposa de Benedito

Nilva está com 65 anos, é a mãe de Carlos, nascida e criada em fazenda. Sua mãe faleceu quando tinha quatro anos de idade. Conta que foi criada por seus avós, com muita obediência e trabalhando em serviço pesado. Sua situação melhorou depois que seu pai a trouxe para a cidade para morar com ele, sua madrasta e os demais irmãos.

Teve de parar de estudar para aprender uma profissão, exigência feita por seu pai. Aos 18 anos, aprendeu a ser costureira, atividade que desenvolve até hoje.

Segundo relata, a situação de desaparecimento ou mesmo da morte presumida de seu filho “é uma dor que não tem comparação ou como explicar”. O fato de não terem achado o corpo faz com que haja, permanentemente, um sentimento de vazio. Avalia que, se não encontram o corpo, fica difícil a luta por justiça, pois onde “não há cadáver não há crime”, como ela mesma disse.

“Porque se tivesse achado meu filho de qualquer jeito, tivesse enterrado meu filho, era difícil mais era o resultado. E é aquela coisa! Quando amanhece o dia a gente fica pensando: hoje eu vou ter alguma notícia boa. Aí, o dia vai passando e nada aconteceu. Tem hora que eu fico pensando: meu filho vai bater na porta. Escuto e nada” (Nilva, 2008).

2.2 – Vítimas da Violência Policial: Trajetórias de Vida e de Morte

A seguir, serão apresentados dois adolescentes e quatro jovens adultos, cujo roteiro de vida se entrelaça à teia do tecido social de famílias de classes populares, nas grandes e pequenas cidades do Brasil e do mundo.

Adolescentes e jovens cuja trajetória de vida e trágico desfecho desnudam com riqueza de minúcias e detalhes a situação de vitimização a que este segmento vem sendo submetido.

A morte e o extermínio de adolescentes e jovens têm comparecido como prática rotineira em grandes conglomerados urbanos, de acordo com o que se vê em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo ou Belo Horizonte, para citar alguns exemplos. E também comparece em cidades como Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, cidades que registram todos os dias um número significativo de homicídios, em que adolescentes e jovens são vitimizados em nome da já tão conhecida luta de combate à criminalidade, muito justificada na legalidade por meio da ação da polícia de maneira geral e das forças policiais chamadas especiais.

Estamos diante de uma sociedade que tem sido cruel e contraditória com sua juventude empobrecida, não lhe oferecendo outra perspectiva que não seja a vida em condição subalterna, ou a morte, minando sonhos, frustrando famílias, e, sobretudo, revelando imensa incapacidade em assegurar, no presente, um futuro digno para adolescentes e jovens.

2.2.1 – Marcos tinha 12 anos quando desapareceu após abordagem policial

Marcos tinha 12 anos e é filho de Tereza. Foi oficialmente considerado desaparecido em 2005. Cursava a sétima série do ensino fundamental. Seu sonho era ser jogador de futebol. Era torcedor do time Vila Nova (GO). Colecionava medalhas que conquistava em campeonatos que disputava. Após a abordagem de oito policiais, foi seqüestrado e assassinado junto com um rapaz suspeito de 21 anos, a quem acompanhara. De acordo com sua mãe, tudo aconteceu no dia em que Marcos foi visitar o pai. Não possuía histórico de envolvimento anterior com a polícia. A família não conseguiu encontrar o corpo do filho para ser velado e enterrado.

2.2.2 – Antônio tinha 18 anos quando foi assassinado pela polícia

Antônio é filho de Cândido, 51 anos, e Magda, 43 anos. Ele foi assassinado aos 18 anos, em 2003, juntamente com outro colega de 23 anos de idade, após abordagem de policiais militares. É o filho mais velho do total de quatro irmãos. Sempre gostou de estudar e estava cursando o ensino médio. Ele não tinha registro anterior de envolvimento com a polícia. No ano que foi morto, havia abandonado a escola para trabalhar como lavador de carros. Tinha planos de retornar aos estudos assim que se adaptasse aos horários do emprego. Sempre gostou de sair de casa e ir a festas em setores próximos ao que morava. Foi em uma dessas saídas, à noite, que se deu o fato de sua morte. Segundo relato de seus pais, ele e um colega foram abordados por policiais quando vinham retornando de uma festa e foram colocados em uma viatura da polícia militar, que desapareceu. Antônio e o colega foram assassinados nesse mesmo dia. O corpo de Antônio foi localizado no IML, dois dias depois dos fatos, quando foi identificado por seu pai e liberado para ser enterrado. O corpo de Antônio não pôde ser velado por sua família, tendo de ser enterrado no mesmo dia devido ao seu avançado estado de decomposição.

2.2.3 – João tinha 27 anos quando foi assassinado pela polícia

João foi assassinado aos 27 anos, em 2005. Era esposo de Mara (30 anos) e pai de um menino que tinha 9 anos quando foi morto. Estudou o ensino médio e estava se preparando para o vestibular. Tinha trabalhado como auxiliar em um supermercado e até tentou “tocar um Pit Dog”. Sempre morou de aluguel desde que chegou a Goiânia, vindo de outro Estado, motivo que o fez participar do Movimento Popular de Moradia. Cadastrado nesse movimento e na espera de conseguir um lote para construir sua casa, tornou-se uma liderança. Foi assassinado durante o processo de desocupação de uma área de posse urbana que ele e várias famílias ocupavam. Ele não tinha registro anterior de envolvimento com a polícia. Seu corpo foi localizado no Instituto Médico Legal de Goiânia, velado e enterrado. De acordo com sua esposa, João era uma pessoa lutadora e comprometida com a comunidade.

2.2.4 – Fábio tinha 22 anos quando foi assassinado pela polícia

Fábio é filho de Solange (45 anos). Foi assassinado aos 22 anos, em 2004. Estava estudando e trabalhava como pintor junto com seu irmão. Gostava do estilo musical Rap e de trabalhar com a arte do grafite. Não era de muita festa, de beber ou fumar. Estava estudando, cursando o ensino fundamental. Em um colégio em que estudava, chegou a ser retirado pela polícia para averigüações. Em outra escola, foi revistado do lado de fora. Os diversos fatos que culminaram com seu assassinato foram decorrentes do que sua mãe classificou como “resultado de perseguição policial”. Fábio tinha registro de envolvimento anterior com a polícia. No caso dele, após o homicídio, a família recebeu o corpo do filho para ser velado e enterrado.

2.2.5 – Cláudio tinha 27 anos quando foi assassinado

Cláudio é o irmão de Mário (30 anos). Ele foi assassinado aos 27 anos, em 2008. Estudou até o primeiro ano do ensino médio, depois de repetidas paradas e reinícios. Era um jovem de muitas amizades, querido pela família e de pouco diálogo em casa. Até a idade de 22 anos, trabalhou em diversos empregos, como estagiário em banco e promotor de vendas, dentre outros. Foi nessa época que, de acordo com seu irmão, conseguiu comprar uma moto. Logo em seguida, abandonou o emprego. Passou a ter amizades diferentes. Ficava o dia todo na rua e, aos poucos, foi se envolvendo com a prática de alguns furtos, que se soube após sua primeira prisão. Nessa fase, Cláudio se envolveu com o mundo das drogas, atuando mais no tráfico do que como usuário. Havia registro seu anterior de envolvimento com a polícia. A família pôde velar e enterrar o corpo do jovem.

2.2.6 – Carlos tinha 27 anos quando desapareceu após abordagem policial

Carlos tinha 27 anos, é filho de Benedito (64 anos) e Nilva (65 anos). É considerado oficialmente desaparecido desde 2003. Aprendeu a profissão de serralheiro com o pai, que o considerava um profissional criativo, arrojado e bom no trato com as pessoas. Eles trabalhavam juntos, tocando o próprio negócio. Carlos estudou até a sétima série do ensino fundamental. Havia morado com uma mulher

por dois anos e já havia seis meses que estava separado. Com ela consegui adquirir uma casa simples, onde moravam. Não chegou a ter filhos. O motivo da separação foram as discussões e os desentendimentos que sempre tinham. Após esse tempo, voltou a morar na casa de seus pais. Por uma dessas discussões com sua companheira, Carlos teve de se explicar na delegacia. Também, em virtude da posse de uma arma, que pertencia a um amigo, outra vez ele foi chamado à delegacia. Nos dois casos, não chegou a ser preso, sendo liberado em seguida. Segundo seus pais, ele era uma pessoa que pode ser considerada de “estopim curto”, mas nunca cometeu qualquer crime por ocasião de suas rixas. Tinha histórico de envolvimento anterior com a polícia. Foi considerado desaparecido, após ter sido abordado pela polícia. Embora as evidências, não foi confirmado a ocorrência homicídio e a família não conseguiu encontrar o corpo do filho para ser velado e enterrado.

Todas essas situações relatadas são vidas que se entrelaçam não somente devido ao vínculo que os sujeitos desta pesquisa tinham com a vítima, mas, sobretudo, por configurarem marcas da violência, exemplos de um cotidiano que insiste em não cessar, transformando definitivamente a vida dos familiares em sua busca por superar a situação vivida.

Os relatos da violência sofrida, bem como, a história de vida dessas pessoas são reveladores de outras violências, marcas e experiências pessoais que se entrelaçam à violência presente na sociedade em sua forma estrutural.

Formas de violências que comparecem historicamente na trajetória de vida dessas famílias e não cessam em decorrência dessas vidas pelo familiar. Como também tende a não cessar, pois, após a morte ou desaparecimento, os familiares continuam vivendo outras violências, sendo perseguidos, ameaçados e intimidados em diferentes circunstâncias em decorrência de sua denúncia e/ou devido a repercussão dos fatos envolvendo agentes públicos, nesse caso policiais militares.

3. Mediações Psicossociais: Sentidos Produzidos por Familiares

“Eu queria justiça? Eu queria não, eu quero! Eu te falo francamente, do fundo do meu coração, nunca é tarde. Quando eu vejo a justiça ser feita de um caso aí, que ontem eu vi na televisão, de uma mãe que lutou durante nove anos e a justiça foi feita. Então é meu caso. Eu não vou cansar de lutar” (Solange, 2008).

Este capítulo se refere à análise das categorias que emergem das entrevistas dos sujeitos, fonte privilegiada para compreender como foram produzidos os sentidos em relação à violência policial e à construção das mediações psicossociais. Os sentidos foram atribuídos devido aos vínculos que esses sujeitos tinham com a vítima e tendo em vista seu engajamento e liderança exercidos frente à situação. Para tanto, a história de vida da vítima tem relevância. Foi a partir dela que os sujeitos que colaboraram com a pesquisa se depararam com a violência policial.

Para entender a partir de quais fatos determinados foi possível a produção de sentido, foram relatadas as histórias de vida dos jovens ou adolescentes pelos sujeitos participantes da pesquisa. Também foram discutidas as circunstâncias que consumaram o homicídio ou o desaparecimento e a situação vivida pela família.

Conhecer a história de vida dos oito sujeitos e das seis vítimas da violência policial permitiu maior aproximação à sua realidade e a apropriação de informações que possibilitaram conhecer a trajetória da vítima, o contexto em que ocorreu o crime e seus desdobramentos na vida dos sujeitos da pesquisa.

Os sentidos e significados produzidos articulam dimensões sociais e culturais, que são apresentadas, nesta pesquisa, por meio de dois núcleos. O primeiro se refere às questões propriamente institucionais e objetivas, o segundo às questões vinculadas às experiências emocionais, afetivas e individuais dos sujeitos.

Portanto, a análise que se segue se refere às mediações psicossociais constitutivas construídas pelos sujeitos buscando atribuir sentido ao que ocorreu e diante da situação enfrentada.

3.1 – Análise das Categorias: Sentidos da Violência Policial

Da análise das entrevistas, no primeiro núcleo, destacam-se a questão da justiça criminal, relacionada à atuação das polícias e do Ministério Público, a questão da atuação do judiciário em relação à punição dos autores da violência policial, propriamente quanto à possibilidade de haver ou não justiça, e ainda a questão do papel do Estado em relação à violência, o papel e a atuação da mídia, e a atitude da sociedade.

No segundo núcleo, destacam-se as categorias que foram concretizadas nos relatos e sua manifestação quanto à culpa; o luto, relacionado ao fato de poder ou não enterrar o corpo da vítima; a esperança/desesperança; a questão da religiosidade à qual se recorre frente ao sofrimento, à perda, à dor, mas, sobretudo quando a “justiça dos homens” falha; os processos psicossociais ligados à necessidade de idealização; e a questão da saúde bio-psico-social dos sujeitos, em relação aos sofrimentos físicos, psicológicos e os desafios de continuar tocando a vida.

Portanto, a análise foi realizada considerando as dimensões sociais e culturais, perspectiva pela qual se concebe a relação do indivíduo com a sociedade. E na convicção de que não deve haver dicotomia e antagonismos entre as categorias, uma vez que são complementares.

A diferenciação e o agrupamento das categorias entre aquelas vinculadas à dimensão institucional e as relacionadas à dimensão da subjetividade foram realizados para que fosse possível captá-las integradas ao movimento que as aproxima e as distancia ao mesmo tempo, distinguindo-as no que lhes é singular, particular e universal, em cada caso estudado.

3.1.1 – Dimensões Institucionais

Integram esse núcleo as categorias relacionadas às questões de ordem institucional e objetivas. Obviamente, elas se aproximam das agrupadas no tópico das dimensões subjetivas, vinculadas às experiências emocionais, afetivas e individuais, pois é por meio da subjetividade que os sujeitos atribuem sentidos à violência policial, não fazendo distinção, em seus relatos, quanto aos aspectos institucionais ou aqueles considerados, neste trabalho, de ordem subjetiva.

A análise a seguir diz respeito à questão da justiça criminal, referente à atuação das polícias, do Ministério Público e do Judiciário, o papel do Estado, da mídia e da sociedade em relação às situações vividas quanto à violência. E foram atribuídas pelos sujeitos com foco em relação à possibilidade de punição dos autores da violência policial, propriamente quanto a haver ou não justiça.

3.1.1.1 - Justiça Criminal – Polícias, Ministério Público e Judiciário

A questão da justiça é uma das categorias centrais em todos os casos estudados. Os sentimentos de injustiça manifestados por todos os sujeitos pesquisados são fortes. Revelam profunda indignação justamente porque se trata de uma violência cometida por um agente do Estado que deveria evitar a violência e não ser o seu autor.

Esse sentimento é geral entre os participantes: um intenso e forte desejo por justiça, posição assumida como um enfrentamento pela não aceitação dos fatos.

Embora agindo de maneiras diferentes, todos não se conformam e se consideram severamente injustiçados.

Não! Eu queria justiça! Eu queria não, eu quero! Eu te falo francamente, do fundo do meu coração, nunca é tarde. Quando eu vejo a justiça ser feita de um caso aí, que ontem eu vi na televisão, de uma mãe que lutou durante nove anos e a justiça foi feita. Então é meu caso. Eu não vou cansar de lutar. Eu quero justiça! Eu luto por justiça, num, num seguinte, que eu quero dizer pra você, num termo assim: não pra amenizar a minha dor, mas pra que evite outras mães sentir essa dor. Porque, igual eu falei várias vezes: Não, gente. Pelo amor de Deus, queta com isso! Eu quero justiça, pra que outra mãe não venha amanhã chorar aqui, da forma em que eu estou chorando (Solange, mãe do Fábio).

Para tanto, para compreender a categoria justiça criminal, foram explorados, dentre os núcleos temáticos, aspectos relativos à atuação das polícias, do Ministério Público e do Judiciário, porque são questões que preocupam à medida que se referem à capacidade do sistema criminal em efetivamente responder à expectativa das famílias quanto à resolutividade do crime.

Tenho revolta, revolta! Eu me choco com o poder público, entendeu? Não todos! Mas, sim, alguns. Porque se o que fizeram com meu filho, se fosse meu filho que tivesse feito, eu credito que não tava impune. E quem fez me vê, às vezes, onde eu entrava, falava sorrindo. Sabe que é isso? Porque eu não tenho dinheiro. Porque se eu tivesse dinheiro, o caso não ficava da forma que ficou (Solange, mãe do Fábio).

Em relação à atuação da polícia, de modo geral o que se espera é que essa atue para proteger o cidadão. Que aja “de acordo com o figurino” como expressou uma das mães. O conhecimento que os sujeitos têm sobre qual deveria ser o papel das polícias é claramente expresso pelos familiares à medida que percebem que, de fato, a polícia que está nas ruas não protege.

Eu acho que a polícia tá aqui é pra ajudar nós, pra proteger nós e não pra fazer o papel que eles fizeram. Eu acho assustador! Teve vinte e oito testemunhas que viram a abordagem da polícia. As pessoas hoje em dia nem gostam de ajudar ninguém, por mais que vê fala que não viu. E teve uma ligação também de um dos polícias. O policial ligou pro outro e falou: - Vem buscar que tem dois passarinhos preso na gaiola. E tem uma fita também de um posto de gasolina. Só que essa fita nunca foi revelada em processo, desapareceram com essa fita que é de um posto de gasolina que tinha lá. Diz que nessa fita tem o carro da Rotam, o Pálio na frente (era o carro que tinha o som e foi encontrado queimado) e outro carro da Rotam (Tereza, mãe do Marcos).

Contudo, apesar do sofrimento, é compreensiva a posição assumida por um dos pais entrevistados. Trata-se de uma concepção construída tendo por referência o comportamento individualizado do policial. Muito provavelmente algo em que ele passou a acreditar baseado em seus conhecimentos da instituição policial.

Na verdade, a polícia tem muita gente boa. Eu tenho várias reuniões lá na Assembléia com o diretor de direitos humanos, já tive a reunião com o secretário da segurança pública, também já expliquei pra ele o que é a polícia. O que nós queremos é viver sem esses bandidos da polícia! Esses bandidos deviam ser eliminados! A polícia tem que ter mais formação, a polícia deve ser mais competente nas nossas ruas. Hoje você vê a viatura da polícia, as mães falam para as crianças: - Corre pra dentro que lá vem os criminosos! Na verdade, a polícia é para ajudar a combater a violência. Não é para marginalizar a polícia. Mas por que a polícia é marginalizada? É porque tem os bandidos dentro da polícia que vive por ai, extorquindo a vida das pessoas. É por isso que a polícia é suja dessa maneira. E por causa dos ruins, os policiais bons ficam como sujos. Na verdade, na polícia tem muita gente boa (Benedito, pai do Carlos).

Em posição diferenciada, porém complementar à anterior, observa-se que, apesar de se posicionar radicalmente contra a polícia, o critério de avaliação é o mesmo. Novamente a avaliação recai nas questões de valores individualizados, algo que dependeria quase que exclusivamente da pessoa e não da instituição.

Para mim, eles são bandidos! Olha até um colega... Eu o tinha como colega, hoje eu acho que ele é bandido. Eu posso até tá generalizando demais, mais eu penso assim: se você é uma pessoa boa, não tem como você

trabalhar na polícia! Eu não dou conta da pessoa falar assim: - Fulano é bom e trabalha na polícia, sabe? Porque você tá lá dentro, você sabe de tudo que acontece, então você não é bom, você continua ali dentro? Ou você abre a boca ou você larga aquilo e não participa, sabe? Porque acaba que você se torna omissos... nesse caso você é bandido tão quanto o outro... não pela questão de ter matado o João, mas porque passei a ver tanta coisa sobre a polícia! (Mara, esposa de João).

Segundo o que demonstra esse sujeito, o que está em causa são questões que dizem respeito muito mais ao fato de que realmente as polícias têm atuado mais de forma a assustar as pessoas do que conforme preconiza a Constituição quanto ao seu papel e missão institucional.

Não raro, sabe-se, principalmente pela mídia, de abusos e excessos cometidos pela polícia. Embora sejam do conhecimento público algumas iniciativas institucionais no sentido de reverter essa imagem negativa, é imprescindível que se invista em políticas de segurança pública, de modo que essas estejam integradas a ações estruturais com ênfase nos problemas sociais, econômicos e culturais.

Justamente em relação à atuação da polícia é dirigida toda a revolta dos familiares, pela incerteza de que haverá justiça. Pode até chocar, paralisar, amedrontar, provocar medo, mas também pode trazer revolta, desejo de lutar, mobilizar pessoas e instituições.

Os sujeitos relatam com intensidade as atitudes assumidas imediatamente em relação ao homicídio. É claro que cada um a seu modo e de acordo com suas possibilidades econômicas e culturais.

Em todos os casos, o familiar procurou o Ministério Público, que prontamente o atendeu. Alguns tiveram mesmo suas denúncias oferecidas ao poder judiciário. Contudo, muitas vezes, o caso acabou caindo no esquecimento ou submerso e entregue ao labirinto da burocracia e à sobrecarga do sistema.

De acordo com os relatos, o processo relativo ao crime no início chega a tramitar rápido. Depois, como foi dito, é sempre a mesma história.

Olha, primeiro a gente foi no Ministério Público umas seis vezes. O primeiro delegado que fez a audiência e investigação completou o inquérito e levou lá pro fórum. Lá do fórum eles retornaram com o processo lá pra delegacia e tirou o delegado daqui, tirou a pessoa da corregedoria, mudou tudo. Lá na delegacia o processo ficou um ano e dois meses parado. Aí que eu fui para o Ministério Público e falei com a promotora que tava tomando conta. Daí pra cá que montou o processo para o fórum. Já teve quatro audiências, uma foi anulada. Então tem a audiência, mas não resolve nada, não! (Cândido, pai do Antônio).

Apesar da relevância que tem tido a atuação do Ministério Público na atualidade, apesar dos esforços dos promotores pelo país afora, ainda prevalecem situações em que, de fato, a justiça não é realizada.

Muita falha do poder público, porque eu recorri a tempo. Porque eu procurei onde eu tinha direito de procurar. E eu acho que foi falha do poder público. Eu acho do poder judiciário, sei lá. Porque se eles tivessem feito justiça... se tivesse uma punição do comandante da polícia, os policiais não teriam feito o que eles fez. A sociedade espera que a polícia aja corretamente, como manda o figurino. Porque é lógico que é um dever deles abordar qualquer cidadão, mas que eles abordem com dignidade. O coronel dizia: - Eles não podem fazer isso. O Tenente também falou: - Não dona Solange, não pode acontecer isso. Jamais eles não podem fazer isso (Solange, mãe do Fábio).

Segundo Solange, de maneira geral, o que aconteceu não tem explicação, ainda que se aceite e se admita a idéia de que a vítima tenha que receber algum tipo de punição em sendo provada sua responsabilidade por algum ato infracional ou crime. São inaceitáveis por parte do familiar o homicídio ou o desaparecimento, sob qualquer circunstância, motivo ou justificativa apresentados formalmente pelo Estado.

Mesmo nos casos em que há efetiva atuação do judiciário, são raros os policiais que realmente chegam a ser condenados. São vários os entraves e as dificuldades encontradas nesse percurso. Primeiro, é necessário que o processo esteja claramente instruído. Em outras palavras, é necessário que todas as provas e etapas anteriores tenham sido realizadas mediante critérios e normas adequados, pertinentes aos objetivos e quesitos exigidos.

O percurso do processo é longo, como extensa é a tarefa da justiça, principalmente em uma democracia que se pode considerar em processo de consolidação quanto a direitos sociais e humanos básicos.

Por isso é complexa e frágil a noção de justiça que se observa nos relatos dos sujeitos da pesquisa. A certeza que se tem é a da impunidade. Ao fim e ao cabo, tudo o que aconteceu acabará impune. No caso de Mara, ela não aceita outra explicação. Assume uma posição consistente e contundente quanto ao que deveria acontecer. Para ela, a questão da justiça está diretamente ligada ao fato de não haver punição aos culpados.

Hoje, o sentimento que eu tenho é de impunidade, de impunidade! Eu costumo falar isso direto. Foi por conta de injustiça, de oportunidade, por conta de muita coisa. Impunidade porque o João foi morto do jeito que foi.

Foi torturado... ele gostava de viver, foi jogado no sol e o povo passando e eles (policia) mostrando e dizendo: - Olha aí um de vocês. O João era muito militante, era muito justo. Então hoje eu vejo assim... se não só os policiais que estivessem presos assim, mas quem mandou apertar o gatilho também, sabe? Não só o caso do João, mas todos, se o caso tivesse sido federalizado, sabe? Se tivesse tido justiça, eu estaria mais aliviada, teria justiça, não tava impune. A impunidade é o que mais lhe acaba com a vida inteira, você não engole, e por saber que tudo caminha para que, você sabe? Que não vai haver solução. Cada dia, cada passo que se dá você vê que tudo caminha pra continuar mesmo impune a vida inteira. Essa é a sensação ruim. (Mara, esposa do João).

A impressão que se tem é de que há duas justiças, como se fossem dois pesos e duas medidas. A justiça de uns, que não se aplica a outros. É claro que hoje em dia é percebida maior preocupação do poder judiciário quanto à sua atuação.

Contudo, o que os sujeitos da pesquisa revelam reforça esse dilema.

Acontece com os mais pobres. É muito difícil acontecer isso com pessoa que é rica. A maioria é com os pobres mesmo. Pega uma abordagem deles (policiais) lá no centro e pega uma noite aqui (na periferia), no lugar mais pobre. Vê como que eles fazem. Eles já chegam é xingando, maltratando, é batendo, é mandando a mão na cara dos jovens, dos pobres, dos pretos. Porque as pessoas mais atingidas é que é pobre e que são pretos. Esses são os mais atingido. E a população que tá mais morrendo é esses aí. Aonde eles vêem pessoa morena, preta, pra eles é suspeita. Já vem chegando é batendo, mata se for preciso. Não quer nem saber quem ele é, não tem informação nem nada, já vem chegando e judiando (Cândido e Magda, pais do Antônio).

A forma como o judiciário funciona revela a enorme insegurança e a incerteza quanto ao processo judicial. Essa situação é percebida pelas famílias da seguinte forma.

Se fosse meu filho que tivesse feito, eu tenho certeza pra você, que, se Deus o livre, o meu filho tivesse matado um policial, eu tenho certeza pra você que ele tava lá preso e o processo tava andando. Mas como foi o inverso, o contrário, o processo da morte dele tá numa gaveta. Acredito eu pra você que ele deve tá num arquivo, né? Quando você vai lá dar uma mexidinha, o trem anda. Você vê: não tem tanto tempo tudo que aconteceu com meu filho, em seguida eles deviam ter me intimado, para depor, pra relatar alguma coisa. Ninguém nunca me chamou! (Solange, mãe do Fábio).

Em outro caso, pode-se verificar que a condição de subalternidade dos sujeitos é reforçada por uma noção de justiça que parte do próprio sujeito, muito baseada em sua formação moral, supostamente uma reserva moral que depende dele.

A gente andava direito, Antônio andava direito, a gente nunca pensava que podia acontecer. Às vezes, ele saía, a gente ficava despreocupado, porque que a gente sabia que ele não era pessoa de fazer coisa errada. Mas acontece com muitas pessoas direitas. O que os pais devem fazer é orientar os jovens. Devem orientar pra não acontecer o que aconteceu com a gente. É uma marca que ninguém tira. (Cândido e Magda pais do Antônio).

É forte a noção de justiça baseada na formação moral do sujeito. Ao não encontrar solução no aparato judiciário, a questão da violência permanece sendo sentida como injustiça. A negativa da justiça em relação à solução para o problema é transferida à dimensão da religiosidade, na crença de que a justiça possível será a divina.

O que eu tenho a dizer é que as pessoas que estão passando pelo que eu estou passando busquem conforto em Deus e ter fé em Deus e pedir pra Deus ajudar, pra isso não acontecer mais. É uma coisa assim, que a gente nem sabe explicar direito diante do que aconteceu. Assim, eu busco conforto em Deus e peço a Deus todos os dias que me dê conforto, inteligência, sabedoria pra gente vencer, porque, se a gente for vencer com mal, não vai resolver nada, tem que ser com o bem mesmo. Confiar na justiça do homem, não. A gente tem que crer na de Deus, porque a do homem é falha (Magda mãe do Antônio).

Como que exauridos, descrentes e se sentindo humilhados em suas peregrinações em busca de solução para seu caso, a dinâmica vivida pela família da vítima revela a inoperância e a incapacidade de resolutividade por parte do sistema judiciário.

Pelo caminho que o processo tá andando, pelo que tá acontecendo... porque o trem morreu. Você sabe que não foi só isso que aconteceu, a forma como ele foi morto não aparece no laudo, tudo foi modificado, só consta que morreu de hemorragia. Ele recebeu três tiros. Apareceu um dizendo que foi no lado, foi perfurado por faca. Sua camisa foi trocada. Aí, quanto mais anos vai passando, eu acredito mais na justiça de Deus e em uma parte assim da bíblia que fala que não há nada nesse mundo que fique encoberto. Os anos podem passar e eu acredito nessa justiça. Quem sabe um policial ou até algum que cometeu tudo isso, que até tem provas, a maioria deles tava filmando, resolva falar. Pesa lá a consciência lá, aí tudo bem. De repente, eu até não esteja viva, o meu filho também, pra poder ver. Poderia, de repente, um caso desse tipo. Caso contrário, acho muito difícil. (Mara, esposa do João).

Como foi possível observar, os relatos reforçam uma preocupação mais imediata da família ao ser exposta à categoria do sistema de justiça criminal. Por isso é que a ênfase foi dada aos aspectos da atuação das polícias, do Ministério Público e do judiciário.

3.1.1.2 - O Papel do Estado, da Mídia e da Sociedade

Os sentidos produzidos pelos sujeitos em relação ao papel do Estado, da mídia e da sociedade são elaborados a partir de uma concepção que entende essas instituições historicamente distantes e de forma separada. Quando se referem ao Estado e à sociedade, por exemplo, não se reconhecem como pertencentes a estes. A sociedade muitas vezes é percebida como o agrupamento próximo, a vizinhança ou alguma instituição de defesa de direitos. Esses sujeitos não se reconhecem constituintes e constituídos, e dizem que essas instâncias e instituições são incapazes de compreender suas reais necessidades em relação à situação de violência.

Quanto à violência policial, o entendimento que têm é que o Estado deve punir aqueles policiais que se desviaram da ética e da norma. Ao frustrar essa expectativa, ele é considerado pelo familiar incapaz de puni-los. Todavia, cabe ao familiar provar a inocência da vítima, marca evidente de um processo de exclusão social, preconceito e discriminação, ao qual o jovem pobre, negro, de baixa escolaridade e desempregado está submetido em sua condição socioeconômica e cultural.

O processo que está aí diz que meu filho foi morto enganado, confundido com outra pessoa do mesmo nome dele. Mais essa pessoa tinha antecedente criminal. A sociedade tem que ajudar e o Estado é o principal, porque, porque o Estado é o que tem o dever de praticar a nossa segurança, pra população, e a população também tem que ajudar, mas, se o Estado não demite os maus, como que vai ter uma boa segurança, com o errado lá continuando? Portanto, o próprio policial que matou meu menino atirou num sargento e, foi pela informação que eu tenho, não foi registrado nada. São os mesmos, os policiais que fizeram isso com o meu menino. Eles falam que corrige e tudo, mas passo a passo eles estão na rua de novo! (Cândido e Magda pai do Antônio).

De outro modo, a mãe do Fábio reforça os argumentos anteriormente apresentados quando se refere ao problema da impunidade e sua relação com a justiça e o papel do Estado.

Pra mim, assim, a gente se sentiu muito humilhado de frente, frente uma nação. Assim, a gente saber que a gente paga os salários deles. Eles são pagos pelos nossos impostos. É tipo você sentir lesado pelo um negócio que você faz. Sinto-me assim, muito humilhada, muito humilhada! Por todo lado que você pensar eu me sinto muito humilhada. Porque nunca esperava isso. Eu esperava que fosse feito justiça. Não injustiça! Porque o que fez com meu filho foi uma injustiça! (Solange, 2008).

Embora a concepção quanto ao papel da polícia, do Estado e mesmo da sociedade seja assumida, internalizada e vivida como norma e padrão de conduta, a experiência do familiar é a do total descrédito e perplexidade quando depara com as evidências dos fatos. Por isso, afirma de maneira contundente.

Então, realmente, o Estado, as pessoas que fez isso vão ser punidas. Por isso vai pagar, porque a vida do meu filho não tem preço. Mas a punição me amenizava um pouco a minha dor. Eu tenho certeza pra você, o dia que eu souber que alguém foi punido, e que o Estado tá cumprindo com o dever dele, eu tenho certeza pra você que essa dor vai aliviar um pouco, ela não vai doer da forma que ela dói. Puni-los. Obrigá-los assim, o Estado assim, a pagar uma indenização pra mim, que pra mim foi danos morais, que eles invadiram minha propriedade, destruiu minhas coisas. Minha casa lá embaixo, que você deve ter visto no jornal, foi detonada. Uma punição para os autores do assassinato. O papel da sociedade em geral é, no meu modo de pensar, lutar. Assim, qualquer coisa que acontecer com você, você deve lutar por justiça, porque se eu cometer um erro, eu não vou pagar por ele? Então. Eu acredito que o Estado cometeu um erro contra a minha pessoa. Eu acredito. Porque (pausa) eu não esperava isso. Acho que a sociedade inteira não esperava isso. Não esperava não! Não espera! A sociedade espera que a polícia aja corretamente como manda o figurino! (Solange, mãe do Fábio).

Em sua condição de subalternidade, considerando experiências anteriores em relação à violência, o que esperar do Estado diante do medo de se expor, de testemunhar e exigir justiça?

O drama familiar é vivido de forma diferente diante da situação em que o corpo da vítima não foi encontrado, está desaparecido. Os sentidos produzidos revelam os sentimentos da família em relação às contradições do Estado e ao seu papel em relação à violência policial.

O mais importante não é ser indenizado financeiramente, mas haver justiça.

Eu não penso em correr atrás de um dinheiro que é da vida do meu filho. Se eu tiver alguma coisa e souber que aquele dinheiro veio disso, eu não dou conta e não quero. Eu queria que os responsáveis pagassem por isso, que tivesse justiça. Assim, eu lutei muito, muito, a minha vida inteira foi lutar por justiça, por justiça. Pra não ver outras mães chorando e sofrendo pelos mesmos motivos. O pai do Marcos, ele não aparece na televisão por que ele é ameaçado, ele é ameaçado. Portanto, ele não tem coragem de aparecer. Mais eu esperaria que tivesse justiça pra mostrar, o cara tá preso ou então os cara afastou, não tá trabalhando mais, saiu da corporação. Eles tá aí fardado, matando. Eu os vi na televisão dando entrevista. um deles, porque eles são oito. Portanto, todas as testemunhas que foi lá foram de cara tampadas, teve que mudar a voz das pessoas, com pano na cara para não amanhecer morto no outro dia. Você vê, isso é uma injustiça! Mais eu não tenho medo e não tenho dúvida também não de que foram os policiais que pegaram meu filho. De que foram eles que fizeram isso com meu filho. Não porque meu filho devia, mais foi pro meu filho não falar. Como ele queria o outro rapaz, foi assim, sumiram com ele pra ele não

falar. Por isso que, às vezes, tenho a esperança de encontrar o Marcos, às vezes, eles podem ter dopado ele ou puseram ele em algum lugar pra ele esquecer do que aconteceu. (Tereza, mãe do Marcos).

O relato anterior revela a situação vivida pela repercussão que o caso teve na imprensa, tendo em vista as características do desaparecimento do filho de Tereza e do rapaz que o conduzia no carro. O carro foi encontrado no dia seguinte totalmente queimado. Nem sempre há grande repercussão na mídia. A maioria dos casos de violência policial sequer chega a ser registrada oficialmente como tal.

A atuação da mídia é vista como ambígua. Ao mesmo tempo em que auxilia, divulgando, provocando a discussão do problema em toda a sociedade, acaba por expor e fragilizar ainda mais toda a família diante do drama que vive.

Se, por um lado, os diferentes meios de comunicação têm o papel de informar à sociedade de fatos tão violentos, eles mesmos, ao se aproximarem dos fatos, acabam por desrespeitar a família, expondo-a em sua fragilidade, principalmente nos casos em que estão envolvidos agentes do Estado. A exposição excessiva acaba por gerar falsa esperança quanto à resolução do crime.

Em geral, pessoas envolvidas lidam com a imprensa de maneira ingênua, acreditando que todos estão querendo colaborar para a solução do problema. As famílias não são previamente orientadas para lidar com a mídia. Perdem grande parte de suas esperanças à medida que evidenciam que seu drama já não é mais notícia.

Essa experiência vivida clarifica que o ambiente no qual a família se vê em evidência, diante dos holofotes de determinadas instituições e veículos de comunicação, lhe possibilita alguma notoriedade, mesmo que essa dure pelo menos enquanto o drama vivido estiver em destaque, conforme trecho abaixo.

Hoje, se você é vítima duma violência, tem onde recorrer. Vai lá à assembléia, que você tem onde você receber apoio e unir com nós. Todo lugar eu tava, todo jornal, livro. Já entreguei pessoalmente livro. Tem gente que pede que eles escreveram sobre a violência e eu tava na página. Eu falei: - Gente, pelo amor de Deus, convoca uma imprensa do Jornal Nacional, por que a mídia é igual! Uma repórter falou mesmo pra mim. Um dia ela me explicou, ela falou assim: - Solange, tudo a senhora tem sucesso enquanto a mídia tá em cima. A hora que a mídia abafa, acaba. É um silêncio. E é verdade! Você vê, nos início, eram vários jornais, todo mundo queria ver entrevista minha. Hoje, ninguém nem fala. Se pode vê que quando tem qualquer coisa na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, ou algum lugar que a imprensa tá em cima, eles me procuram. Por que eles me procuram? Porque é o foco deles vender, vender matéria, porque eu falo, eu desabafo. E a fala ainda fica grande. Eles me põem sempre em destaque. Falo não, eu sofri já muito (Solange, mãe do Fábio).

Essa forma de lidar com a imprensa revela que há confiança nos meios de comunicação, que são parceiros importantes mesmo que por um tempo determinado, conforme relato a seguir.

Tudo que nós podia fazer nós fizemos: nós distribuimos panfletos por todo lado, fizemos matéria na televisão que saiu até na Internet. De vez em quando, chamo a imprensa aqui para fazer uma matéria aqui para lembrar. O que teve pra nós fazer pra meu filho aparecer nós fez tudo, tudo. O que as pessoas falavam: - Faz isso... Eu fazia. Botemos no rádio, na televisão. Batemos em porta de delegacia. Reviremos até cemitério pra ver se não tinha até enterro clandestino. Colocamos 50 pessoas do Corpo de Bombeiros rodando toda a região e outros municípios procurando. Como alternativa, recomendei às pessoas pedindo que trouxesse alguma notícia. Conversei muito com pessoas, eu aqui sou muito conhecido. Mais até hoje nada. Sempre, os especuladores têm muito, o que só machuca a gente mais ainda (Benedito, pai do Carlos).

A articulação das mediações construídas neste núcleo enquanto possibilidade de enfrentamento da violência em relação à dimensão institucional representa para os sujeitos, mediante seus relatos, a esperança de que o aparato institucional esteja a serviço do cidadão indistintamente, como algo próprio e pertinente à cidadania, conquistas do regime democrático. No entanto, o que se revelou foi justamente o contrário em todos os casos pesquisados.

3.1.2 – Subjetividade e barbárie

É possível nuclear os relatos de sentimentos, experiências e situações singulares que cada sujeito enfrentou e elaborou no percurso da produção dos sentidos. Essas situações se concretizam quando eles se referem ao sentimento de culpa que tinham em relação ao ente querido, nas questões que envolveram os momentos do enterro e a dificuldade em elaborar o luto, devido a enterrar ou não o corpo da vítima, na idéia de esperança/desesperança no processo de esquecer, na ausência e presença do seu corpo. Também nas questões ligadas à religiosidade, à qual se recorre frente ao sofrimento, à perda, à dor, quando a “justiça dos homens” falha, nos processos psicossociais ligados à necessidade de idealização da vítima e a na questão da saúde bio-psico-social dos sujeitos, os seus sofrimentos físicos, psicológicos e os desafios de continuar tocando a vida. São categorias que se articulam no esforço de encontrar sentidos ao que é vivido como uma situação avassaladora a que esses familiares foram submetidos, tendo um adolescente ou um jovem assassinado ou desaparecido.

Diante da situação de perda e tendo em vista a forma violenta e abrupta por meio da qual a vida foi subtraída, a culpa surge como categoria, fortemente vinculada à necessidade de responsabilização dos autores da violência, ainda que prevaleça a convicção de que é o Estado o responsável pelo crime. Em algumas situações, a culpa é atribuída à própria vítima; por vezes, dirigida a outros. Os sentimentos nesse campo são contraditórios e, às vezes, antagônicos. Os sujeitos chegam se considerar culpados, imaginando que poderiam ter evitado o a tragédia que não estaria agora sendo vivida.

A culpa, mesmo quando atribuída à polícia, deve ser vista como uma dimensão que articula, na produção do sentido sobre a violência sofrida, mediações sociais e culturais que foram internalizadas pelas agências policiais e pelos próprios familiares.

Ela funciona como explicação socialmente aceita por algo que a própria sociedade produz. Favorece a atribuição de sentido à medida que, diante da materialidade do crime, a responsabilidade é algo que pode ser delegado a pessoas ou situações, algo que permite ao sujeito elaborar sua própria atitude diante do que fez e do que não fez para evitar a tragédia.

Ele (Carlos) teve um desafio com um cara, um capitão aposentado, ali num salão dançante, por causa da mulher dele que morava com ele. Ela é uma grande culpada. Ele deparou com ela sentada na mesa com um cara, ai ele foi e agrediu ela. Ai passou aquela perseguição contra ele. Quando foi um dia de carnaval, levou ele pra delegacia para prestar esclarecimento. Ele tava sendo acusado de bater em uma mulher. Então foi a derradeira vez que meu filho foi visto. Ele desapareceu. E, sem dúvida nenhuma, o culpado foi mesmo o policial que lhe prometeu carona. Ele é o suspeito, esse cara aí. E daí para cá, até hoje, eu não vi meu filho mais! (Benedito, pai do Carlos).

A busca pelo local onde o filho foi executado representa encontrar um sentido para elaborar o sentimento de culpa. A perda do filho é a perda dos sonhos por parte dos pais que vêem seu próprio projeto de vida interrompido.

Nós fomos ao local onde mato eles lá. A gente viu lá. Às vezes, eu estou deitado, pensando, fico pensando naqueles momentos que ele passou. [...] A gente tem a consciência limpa que ele sempre foi uma boa pessoa. Ele nunca foi de fazer coisa pra deixar a gente triste. Sempre na vida que ele teve a gente, sempre viveu sempre alegre com ele, satisfeito. Ele viveu 18 anos com nós, não temos que reclamar, não. Graças a Deus, as coisas eram muito boas. A gente pensa muito nele, sente falta demais dele, uma coisa que num queria ter passado. Eu queria que ele tivesse aqui, né, pra casar, ter os filhos dele, ter meus netos, construir uma família! (Cândido, pai do Antônio).

Na fala que se segue, o familiar revela uma contradição em relação às suas atitudes, quando relata que se esforçou para cumprir adequadamente seu papel, que tem a “consciência limpa” e que, diante de situações complexas, foi necessário fazer escolhas.

Eu fico com a sensação de culpa, de ter distanciado dele, não estar próximo quando ele morreu. Mais eu penso assim: minha vida é totalmente diferente da dele. Eu tenho duas filhas, eu pensava muito nelas. Eu andava com elas com medo de que algo de ruim que acontece com ele, acabasse acontecendo comigo também. Aí, isso me obrigou a tomar certa distância dele, tanto que até a adolescência, até os vinte anos, nós chegamos a sair junto lá pelo setor. O ano passado nós chegamos a sair junto uma vez e eu faço muita lembrança disso. Foi o último encontro nosso, aproveitamos muito e divertimos muito. Eu fico muito triste, eu penso, tenho tanto amigos que, se for analisar, é o irmão próximo que eu não tenho. Tanto que eu até classifico alguns amigos como irmão (Mário, irmão de Cláudio).

A questão da responsabilização individual diante do crime transita pela busca de um culpado. Embora seja atribuída a culpa ao Estado cujos agentes atuaram com autores da violência, a questão da culpa é algo que não se resolve somente ao ser atribuída ao outro ou ao próprio sujeito. Nesse caso, a mãe atribui inicialmente culpa ao marido, embora também se culpe:

E porque que eu tinha que pagar por isso? Se tiver algum que tinha que pagar não era eu. Porque o pai dele já matou uma pessoa também, sabe. E, no início, o pai desse menino (que foi assassinado) falava que ele ia pagar, que ele ia tirar uma coisa que ele mais amava na vida. Então, eu penso nisso também, entendeu, porque na época (na qual o Marcos sumiu) o pai desse menino tava preso e ele era ruim. Ele sempre falava que o pai do Marcos ia pagar por isso. Eu falei quem sabe é o pai dele que tá pagando, mas por que que eu tenho que pagar. Eu acho que o pai do Marcos sente mal também. Eu acho que ele sofre também, que ele sofre. Ele tinha muito defeito, mas com os meninos ele era muito bom. Ele era bom pai e ele era muito apegado ao Marcos. Eu acho assim, que ele sente um pouco de culpa com o que aconteceu. Ele cobra muito de mim em relação a nosso outro filho. Para ele, tudo que acontecer eu que vou ser culpada, apesar de que eu não o culpei, nunca joguei na cara dele. No começo, ele me ajudava muito. (Tereza, mãe do Marcos).

A idéia de confiar no Estado, representado pela polícia, acaba por gerar um tipo de segurança que não produz de fato segurança e proteção. Uma relação ambígua com a polícia e demais instituições é vivida pelos familiares.

Eu sou a favor da polícia. Mais o que tem muito é cooperativismo dentro da polícia. Coitado da pessoa que tiver um caso com a polícia, que precisar da justiça, coitado dessa pessoa! Então se torna dessa maneira. Justamente o que eu estou falando: é preciso dar maior punição pra esses policiais. Porque remuneração não resolve. É fazer uma devassa na polícia, ter

punição. A sociedade hoje não tem voz ativa diante da polícia. Não sei se é falta de grandes aglomerações de pessoas. Quem foi vítima da violência tá totalmente indignado, revoltado, não adianta e fica por isso mesmo. Mais porque tem um caso envolvendo a polícia o pessoal não quer mexer, pois eles matam mesmo! (Benedito, pai do Carlos).

Se o próprio Estado produziu a morte e tal situação não foi esclarecida, mesmo que a justiça tenha dado resposta em um primeiro momento, os sentidos produzidos geram a falsa confiança e a falsa esperança de que ela ocorrerá. Na verdade, revelam, de forma cindida, que não há possibilidade de esquecer, e o sentimento de injustiça é revelador dessa impossibilidade.

Nós registramos a ocorrência policial do desaparecimento dele, percorremos todas as etapas do processo para tentar localizar ele. Inclusive a delegacia de homicídio, eles entravam em contato com a gente sempre que aparecia uma ossada, eles nos ligavam para gente ir verificar. Eles nos instruíram que nós fôssemos cobrar das outras autoridades responsáveis pelo caso e esperar um tempo. Se não tivesse solução, a gente devia ir à televisão, porque eles não gostam de escândalo. E assim nos fizemos, até eles concluiu o inquérito e arquivou porque não tinha prova. (Nilva, mãe de Carlos).

Embora a tragédia vivida anuncie um enredo repleto de cenas de horror, sofrimento e dor, o fato de a família receber o corpo da vítima para enterrá-lo revela outras possibilidades na produção sentidos diante do infortúnio. Nos casos em que não há a presença do corpo, casos de desaparecimento, mesmo diante das evidências de que se trata de um homicídio, a ausência inviabiliza a concretização de sentidos diante da violência.

De maneira avassaladora, é sentida, por parte do familiar, a ausência de qualquer compaixão nas atitudes dos autores em relação ao corpo da vítima, sendo mesmo execrável a forma como tratam o corpo.

Mesmo já sem vida, o que se espera é que o corpo seja preservado em sua integridade física, tratado com dignidade e respeito. O relato a seguir revela que se procede justamente ao contrário.

Vocês mataram meu filho? Aí, o policial falou assim: - Não, matei seu filho não, matei o cachorro. Nossa! isso dói. (Pausa – chorando) Jesus! Parecia um cavalo! Acho que eles foram muito desumanos comigo aquele momento. Quando o tenente chegou, eu esperava que eles fossem me deixar entrar pra vê meu filho. Eles não deixaram: - Não! Vai ver não! Lá dentro tem um cachorro. Um cachorro, um cachorro morto, mais outro cachorro. Mas o cachorro na verdade, que eles tava falando, era meu filho, sabe? (chora) (Solange, mãe de Fábio).

Com isso, duas situações marcam profundamente a família da vítima na questão do luto. Elas estão diretamente relacionadas às condições em que o corpo da vítima foi encontrado, quando foi possível realizar o velório e o corpo foi enterrado, e aos casos em que isso não foi possível.

A primeira situação é aquela que, diante do homicídio, ao localizar o corpo da vítima em geral no Instituto Médico Legal, as condições físicas do cadáver chamam a atenção, causam espanto e indignação. Segundo os relatos, os corpos das vítimas apresentavam marcas de violência física, como tortura, espancamento e perfurações por arma de fogo.

Para a mãe de Antônio, o que ocorreu com seu filho foi mesmo uma ação da polícia e revelada pela forma como o corpo estava.

E ele foi muito machucado! As costas, meu irmão que viu ele, diz que tava muito machucada. Meu irmão disse que bateu demais nele e a gente num sabe por quê. Sei que diz que meu filho foi torturado, tava muito machucado, nas costas, no braço dele. O pescoço dele tava muito inchado e deslocado. Meu filho levou um tiro na nuca, que saiu aqui no pescoço. O outro rapaz que tava com ele levou seis tiros. E tudo indica que foi a polícia. E eles negam. No começo, eles negaram. Eles disseram que só tinha abordado os meninos, que eles não tinham matado. Se eles abordaram os meninos, colocaram no carro e horas depois aparece mortos, quem poderia ser? Só poderiam ter sido eles, né? Num foi outra pessoa. (Magda, mãe de Antônio).

Já Solange, mãe de Fábio, relata quando o corpo de seu filho estava sendo encaminhado ao IML. Para ela, uma situação perturbadora, angustiante e incompreensível. O detalhamento feito em seu relato diz respeito também a como o jovem foi executado.

Eles queria já empurrar ele dentro do carro do IML. O tenente da PM falou: - Não! Chega de tanta desumanidade! Ela é uma mãe! Respeita o direito dessa mãe! Ela não tem o direito de ver o filho assim. Aí eles jogaram o corpo com tanto desaforo assim no chão. Meu filho tava com o olho aberto, a boca aberta. Me olhando, assim. Aquilo, assim, parece que estava quebrado, aqui nele assim, ó, a cabeça dele, que parece que fervia. Sabe quando uma água tá fedendo (chorando)? Aí eles me falaram que era o cérebro dele. Não sei. E aquela bala tava estufada aqui assim, ó. Um, uns dois dedo, assim, ó, fora com o coro espichado, assim, sabe? Ficou o buraco, assim, ó, no cimento. Tem o buraco. Assim, eu, como mãe, que eu acho que o instinto de mãe não engana, eles executou meu filho deitado, entendeu? (chorando). (Solange, mãe de Fábio).

Particularmente quanto à forma em que ocorreram os homicídios, registra-se que todos foram realizados por arma de fogo, e, dada a localização das perfurações, sabe-se que muito provavelmente a vítima não teve qualquer possibilidade de reação.

Vejamos o relato abaixo que indica detalhes de como ocorreu o duplo homicídio de dois jovens.

Tudo indica que os dois foram mortos algemados. O corpo do meu filho tava de bruços. Com dez dias depois, nós fomos ao lugar onde eles tinham sido mortos, colocar uma cruz lá. Dois policiais que estavam lá fazendo ronda mostraram como os corpos foram encontrados. Disseram: - Olha, o rapaz mais branquinho - que era meu filho - ficou com pouca distância do outro. Aí o policial falou: - O rapaz mais branquinho foi o que levou o tiro aqui (aponta para a nuca), e varou aqui, que a bala ficou no chão. Meu irmão até pegou a bala, e eu levei e entreguei pro delegado. Tudo indica que eles tava algemado. Pegaram os meninos bem aqui, levaram eles para a saída de Bela Vista, na fazenda, que é um lugar tão longe. Vê a distância que eles mataram os meninos (Cândido, pai do Antônio).

A segunda situação se diferencia da primeira fundamentalmente pelo fato de que não há corpo. Apesar de fortes evidências de que muito provavelmente nestes casos também tenha havido homicídio, o corpo da vítima desapareceu após ter sido abordado pela polícia. Desse modo, a relação do familiar com a vítima foi interrompida. Tudo o que veio a acontecer com a vítima posteriormente são fatos não esclarecidos.

Vejamos um caso em que a vítima foi dada oficialmente como desaparecida mesmo sem qualquer envolvimento com a polícia.

Aí vem e tira o menino de mim, assim do nada. Todo mundo acha os outros, todo mundo acha os outros, só eu que não vou achar? O tanto que eu lutei, eu lutei tanto, eu passei quase um ano da minha vida no meio do mato procurando esse menino pra ver se eu achava alguma coisa. Ia ao IML, não podia saber que tinha um corpo lá que eu ia procurar. Sempre quando chegava, descobria que não era ele. Eu fico pensando: Será que nunca mais eu vou achar meu filho, nunca mais? (Tereza mãe do Marcos).

A mesma situação é vivida por outra família, que teve seu filho adolescente dado como desaparecido. Causa perplexidade o fato do desaparecimento, pois enterrar o próprio filho é algo de que, em hipótese alguma, o familiar abre mão.

Como eu disse ao coronel: - Ó coronel, se eles queriam tirar a vida de meu filho, que eles deixassem aí num lugar pra gente achar, pra fazer o enterro, como todo ser humano tem direito. Agora, sumir com ele é muita covardia. Eles sabem que a corda só rebenta do lado do mais fraco mesmo! Eles podiam, assim não, nunca alguém ia saber que ele tinha matado, porque os crimes que aparece, pessoa que é encontrada, nunca foi achado o assassino. Talvez ele também poderia não ser encontrado, mais pelo menos a gente tinha uma certeza aonde foi deixado seu filho, entendeu? Agora, nós ficamos nesse sofrimento, nós perde noite de sono. (Benedito pai do Carlos).

Culturalmente, a relação com o corpo da vítima passa pela questão de crenças e valores religiosos, mas, fundamentalmente, há forte significado psicossocial para aqueles que perderam a pessoa querida. O fato de poder ou não vivenciar todo o ritual, de velar e enterrar seus mortos, é percebido como imprescindível.

As experiências revelam em riqueza de detalhes a maneira como o corpo foi tratado por seus algozes. Desnadam uma relação perversa de total desprezo pela vida desses jovens, uma violência concebida em sua forma corriqueira como justificável por aqueles que são os detentores da chamada violência legítima ou oficial.

Também reforçam os altos índices de casos que não chegam sequer a ser registrados como violência policial, o que possibilita o incremento da quase certeza da impunidade por parte dos agentes públicos,

Quanto ao sentido oculto dos ritos mortuários, segundo Bayard (1996), desde tempos antigos e em todas as civilizações, as cerimônias, os rituais e o culto aos mortos conservam valores sagrados. Pois os ritos fúnebres se prestam a “acompanhar a memória daqueles que deixam o nosso mundo” (p.31).

Para o autor, o sentido mais profundo e primordial dos ritos fúnebres para os vivos consiste em dominar de maneira simbólica a morte. Um real desejo de, ao negá-la, tornar possível atenuá-la e ultrapassá-la. Assim, chama a atenção para o fato de que são ritos de vida cuja finalidade é desculpar, confortar, revitalizar, enfim, esperar.

Começam com a agonia, o lamento, o choro incontrolável e a dor indizível. Seguem-se ao lamento o velório e os ritos próprios de cada religião, as exéquias, as indulgências, condolências e o luto público e social. Por fim, embora se modifiquem muito, especialmente nas sociedades industrializadas, os ritos fúnebres prolongam-se por meio do culto aos mortos, que pode se dar pela simples visita ao cemitério.

Quanto ao luto, acrescenta Bayard (1996), é um estado fora do normal para os vivos. Ele marca uma prática de isolamento. Uma tristeza ou sentimento de pena muitas vezes de si mesmo em decorrência da perda da pessoa querida. É um processo de sofrimento que precisa ser bem compreendido para o restabelecimento da saúde psíquica da pessoa. Como reagimos irá depender de diversos fatores, o que pode favorecer o sentimento de dor.

Aprender a conviver com a perda pode ser o melhor caminho para atenuar sentimentos, como culpa, ansiedade excessiva, medo, depressão e demais problemas de saúde.

Portanto, não poder enterrar o corpo, sabendo que esse corpo foi tratado como o de um cachorro, mutilado e humilhado em sua dignidade, representa um dos maiores tipos de crueldade e total desprezo pela vida.

Ainda que o sufrágio dos familiares ecoe em toda a sociedade, estes ficam impedidos de elaborar o passado, devido ao fato de que aquilo que traz sofrimento não cessa. A ausência de respostas conclusivas os faz reviver a agonia e a violência sofridas.

Não podendo esquecer, não há como ter esperanças. Mesmo que os outros esqueçam, em um sentido único não dá para esquecer.

Então, é igual eu falei pra minha amiga: - Eu nunca, eu vou ser franca pra você, eu nunca vou esquecer meu filho. Eu ia tirar minha vida. Parei. Porque eu não posso, vou ser franca (choro), eu não posso ver uma polícia. (Solange, mãe do Fábio).

A mãe demonstra que, diante da certeza de que nunca será possível esquecer o filho que morreu, pensamentos e sentimentos negativos em relação à própria vida surgem como tentativa de esquecer.

Indica que são sentimentos que paralisam, causam sofrimento e dificultam a continuidade da vida.

Sabe, minha vida mudou, mudou todinha. Parece que minha vida parou ali, todo dia é igual. Se eu tivesse uma notícia, mesmo que fosse o pior, pelo menos acabaria essa angústia minha. Que eu sei se tivesse acontecido ele tava com Deus, ele tava melhor do que eu, pelo menos não tava sofrendo. Eu quero mudar, eu quero viver, sabe? Veja: três anos eu não vivi, minha vida parou. Então eu queria viver, ter sonho igual todo mundo tem. Pensar “amanhã vai ser diferente, amanhã eu vou fazer isso eu vou fazer aquilo”. Nossa! É muito difícil! Eu quero mudar. Eu peço “meu filho me ajuda a viver sem você”, eu quero viver, porque eu acho que nem eu vivo e nem deixo ele, onde quer que ele esteja. Eu quero parar de sofrer, não agüento mais, chega! É o tempo todo, o tempo inteiro, uma coisa só (Tereza, mãe do Marcos).

A dor e o sofrimento provocam desolação e desesperança, marcam a experiência dos sujeitos. Essa situação é percebida pelo grupo familiar como complexa, que deve ser esquecida devido à forma como ocorreu o homicídio: pela fragilidade do jovem diante de inúmeros fatores de risco ou devido ao crime envolver um ente do Estado.

A imaterialidade do crime, evidenciada pela ausência do corpo, coloca o familiar diante de uma questão crucial: como ter esperança diante de tantos sinais de desesperança?

A esperança de reencontrar o filho faz com que ele não seja esquecido.

Eu acho que eu deixaria de sofrer! Eu deixaria de sofrer mais! Eu acho que meu sofrimento diminuía. Se eu encontrasse e falasse que é do M., eu acho que eu deixaria de muita coisa. Eu deixaria de sonhar, sabe, eu deixaria de esperar ele, eu sabia onde ele tava. Eu ia lá vê ele, eu sabia que ele tava ali, naquele lugar, que era ele que tava lá. Aí eu acho que meu sofrimento passava um pouco porque eu deixaria de ter muitos sonhos que eu tenho de manter as coisas no mesmo lugar, de deixar as coisas dele guardadas, esperando ele chegar, mesmo que não sirva mais pra ele, se ele fosse encontrado. Mais mostrar pra ele que eu não tinha esquecido ele, que tava lá as coisas dele, porque eu tava esperando, porque eu tinha esperança, porque eu tinha fé que ele voltava. (Tereza, mãe do Marcos).

Como esquecer, no entanto, se a situação de violência é tecida na história de vida dessas pessoas como muito próxima, algo que lhes é “familiar”? Como uma morte anunciada pela condição de subalternidade de classes desses familiares, que buscam reagir a tudo isso, ainda encontra a esperança?

É uma dor assim que não tem nem explicação, porque se ele (referindo ao esposo) tivesse achado meu filho de qualquer jeito, tivesse enterrado meu filho, era difícil, mais era o resultado. E é aquela coisa: quando amanhece o dia a gente fica pensando “hoje eu vou ter alguma notícia boa”. Aí o dia vai passando e nada aconteceu. Tem hora que eu fico pensando “meu filho vai bater na porta”. Fico escutando e nada (se emociona muito). Mais enquanto tem Deus na vida, a gente tem uma esperança. A única certeza que eu tenho é que um dia eu vou achar, esteja ele da maneira que ele estiver, eu vou achar, porque nesse chão nada fica escondido e uma hora a ficha vai cair, mesmo que não traga meu filho de volta! (Nilva mãe do Carlos).

A experiência de proximidade com a violência permite apreender, de forma incisiva, as cenas de um cotidiano marcado por um contexto de insegurança e medo quanto ao que pode acontecer. O que angustia e traz revolta é, acima de tudo, requerer-se, a todo o momento, que o familiar esteja atento às ameaças em relação à integridade moral e ética do adolescente ou jovem, de acordo com o trecho abaixo.

Aí, eu falei assim ao Fábio: Hoje, lá no ponto de ônibus, eu fiquei sabendo que mataram o filho da vizinha. Eu falei: - Fiquei sabendo, pois é, meu filho, vai embora daqui também. Vai, meu filho. Olha, meu filho, você imagina, meu filho, se você cair preso por uma coisa que você não deve! Não é justo! Esse povo, o tenente, já falou que eles podem arrumar uma ‘*casinha*’, uma coisa pra você cair. Qualquer coisa ele arrumaria pra ele cair de gaiato. Mas chega um ponto que você não dá conta! Eu saía, deixava ele trancado!

Aqui, dentro de casa, eu o deixava no quintal, mas o portão eu deixava trancado. (Solange, mãe do Fábio).

De outro lado, a situação de ausência provoca uma angústia de forma irreparável, levando a mãe ao delírio. Cria uma realidade de vazio e falta total de sentido diante da perda implacável. Isso fica evidente nas atitudes dessa mãe, que mesmo diante dos apelos de seus familiares, reage como se segue.

Eles falam pra mim sair da casa. Eu falo: - Gente, eu gosto daqui, é aqui que me sinto bem porque aqui tem a presença dele. Eu fico doida! Eu pego a cama dele e ponho perto da minha, lá no meu quarto (chorando). É complicado demais, nossa! Eu pego as fotos dele e ponho na parede, depois eu vou e tiro tudo de novo, fica aquela coisa ruim. Esses dias que eu fui lavar a coberta do Marcos eu senti o cheiro dele no cobertor. Eu falei: - Mais gente, isso é coisa da minha cabeça! Não estou sentindo isso não! Pra mim, o cheiro dele tava no cobertor, mais o povo falava que não. Aí vem e tira o menino de mim assim do nada. Todo mundo acha os outros, todo mundo acha os outros, só eu que não vou achar?(Tereza, mãe do Marcos).

A procura aumenta o sofrimento e revela a dor a ausência do corpo. Provoca enorme frustração. A repetição cria uma falsa esperança ou uma desesperança e conduz a mãe a uma situação de total desespero. Encontrar o corpo para ser enterrado poderia ajudar a aliviar o sofrimento.

A impossibilidade de resolução coloca a pessoa diante de um dilema existencial: tudo fica parado.

Eu tenho que aprender a viver sem ele, eu tenho que aprender! Eu fico vendo os outros e olhando os meninos e acabo “vendo” o Marcos nos meninos. É muito difícil! O Marcos não está do mesmo tamanho mais. O Marcos não está com doze anos, está com dezesseis, é homem hoje. Se eu achasse, eu acho que muita angústia minha passava, muita mesmo! Eu quero parar de sofrer, não agüento mais, chega! Quero dar continuidade à minha vida. Minha vida parou. É o tempo todo, o tempo inteiro, uma coisa só! (Tereza, mãe do Marcos).

Outro aspecto importante, enquanto possibilidade de resolução subjetiva, é a questão da religiosidade, fortemente associada à questão da justiça. Na experiência dos familiares, há a certeza e a convicção de que a justiça será feita somente com a intervenção divina e por sua confiança no sagrado, em Deus. Fonte de esperança, a justiça divina é um recurso a que se recorrer diante da impossibilidade, principalmente em famílias das classes populares, de ocorrer a justiça institucional “dos homens”.

De acordo com o relato de uma mãe, a única esperança da verdadeira justiça virá por meio de suas orações, de sua fé, em que busca conforto e explicação para tanto sofrimento.

Então, eu quero justiça! Eu sei que nunca será tarde. O dia que Deus ver e verdadeiramente me enviar essa justiça, eu quero um esclarecimento. Eu te juro por Deus, eu oro todos os dias, meus joelhos tão calejados de orar e pedir a Deus! Eu queria que Deus passasse assim, ó (chora), limpando a minha mente, (pausa) que eu esquecesse (chora). Apesar de tudo (chora longamente), tem a foto dele que tirou quando estava no caixão. Você se ver como que estava as escoriações. Quem que segura pra mim? (emociona). Eu tenho que ser muito forte, eu seguro na mão de Deus todos os dias. Eu sempre ergui a minha cabeça, que eu sou uma pessoa muito, mas muito, muito, muito, muito fiel a Deus. Sou crente a Deus o tanto que você pensar. Então, todos os motivos que eu tenho passado, lá na palavra de Deus diz o seguinte: “Da árvore não se cai uma folha sem a permissão do pai”. Eu acredito que Deus permitiu que acontecesse isso com meu filho. Deus me deu esse fardo, porque viu que eu era suficiente para carregar. (Solange, mãe de Fábio).

O mesmo sentimento é re-apresentado e sustentado na descrença do aparato jurídico, pois o sistema de justiça, que deveria dar solução ao caso, muitas vezes é percebido como inacessível, uma instituição que não funciona de acordo com as necessidades dos cidadãos, com a qual não se pode contar.

Não é falta de a gente lutar por justiça. Eu bati nas portas (se referindo às delegacias, comando da polícia militar e entidades de defesa de direitos humanos), mais, na verdade, não tivemos nem um resultado, porque acabou e interrompi todas as minhas entradas. Eu fiquei totalmente de braços cortados. Mais, como diz, como aconteceu isso aí, eu entreguei na mão de Deus: - Meu Deus faz o seguinte: se ele tirou a vida de meu filho, com certeza a justiça de Deus vem e cobra dele. Se ele faz um benefício para ele, pois ninguém sabe o que aconteceu, se ele está vivo ou se está morto, Deus vai dar a recompensa pra ele, do jeitinho que ele fez com meu filho Deus vai cobrar com certeza. Então, creio desse jeito. Pela justiça nossa aqui eu procurei, fiz tudo até não ter mais jeito. A única coisa que eu tenho certeza é que Deus não vai me desamparar e vai me dar força, e ele também não vão me tirar daqui que eu vou ficar para esperar, achar, resolver a situação, porque Deus não me deixa sem a solução. (Benedito, pai do Carlos).

A mesma situação é vivida, apesar de, momentaneamente, a relação com Deus e a religião possam ser questionadas.

A dor é tão grande que você passa até ser ateu na vida. Sabia que eu, se você falar assim: - E sua religião? - Eu não tenho religião! Se perguntar: - E seu Deus? Que fé que você tem em Deus? Eu vou falar: - Nenhuma. Você passa a ser um, sei lá. Hoje não estou acreditando nem em Deus! Onde Deus tava numa hora dessas, sabe, pra ter deixado acontecer isso com

meu filho? Porque, no mesmo instante que eu penso que ele tá bem, ele pode ter partido dessa pra outra. Desse jeito, e porque que ele foi desse jeito, um inocente de doze anos, aí eu penso “onde Deus tava nessa hora pra deixar meu filho ir desse jeito?” (Tereza, mãe do Marcos).

A racionalidade que permitiria compreender a realidade objetiva dá lugar à crença de que, na relação com o transcendente, haverá paz, será possível esquecer, mesmo que por algum tempo, o episódio vivido. Em Deus, a esperança se renova; em Deus, é possível acreditar na vida superando os sentidos produzidos pela morte.

Para além da extensão da realidade humana e os desígnios de Deus, uma outra forma produzida pelas famílias para suportar a ausência do ente querido e, de certa maneira, conviver com a violência, é o processo psicossocial que tem por objetivo idealizar a vítima. A história de vida da vítima é elaborada pelo familiar como argumento que tem por função resgatar e projetar idealizadamente aquele que morreu, e também se contrapor à concepção, que ainda prevalece na sociedade, de que o adolescente ou jovem pobre e negro, pertencente a famílias de classes populares, especialmente os que residem em periferias e favelas, são propensos à criminalidade.

Assim, ao relatar a história de vida da vítima, o familiar tende a dar maior ênfase aos aspectos relacionados a valores, atitudes e comportamentos do adolescente ou jovem, que, de alguma maneira, possam dirimi-lo de culpa ou mesmo eximi-lo de atos infracionais e ou criminais. Enfim, dessa forma, a família se contrapõe àquelas razões que, em geral, a sociedade, a mídia e as forças policiais utilizam quando justificam mortes de jovens, afirmando tratar-se de delinqüentes, marginais e que a morte ocorreu em decorrência de suposta troca de tiro que justificaria a defesa da própria sociedade.

Segundo o que relata essa mãe:

O sonho dele era trabalhar com carteira assinada. Já tava com os documentos dele, tava tudo pronto. Então, pra gente, ele só deixou assim coisa boa e muita saudade. Um rapaz que nunca chegou reclamação dele aqui em casa, nunca teve passagem por polícia nem nada, nunca chegou um vizinho, nada reclamando. Eu, como pai, vou fazer cinquenta e um anos agora, na minha casa nunca entrou uma arma de fogo, nem minha, nem de filho meu. Se eu falar que eu já peguei numa arma de fogo, num revólver, eu estaria mentindo. Então, isso eu passei pra ele, graças a Deus, até o dia que ele viveu. Ele nunca fez esse tipo de coisa, nem possui, nem andava armado. (Cândido, pai do Antônio).

Idealizar não significa para o familiar negar defeitos, dificuldades e falhas cometidas pelo adolescente ou jovem. Até porque esse já foi morto ou desapareceu. Assim, não se trata de mascarar a realidade, mas de refutar veemente tudo que possa estigmatizá-lo, principalmente por sua condição socioeconômica e cultural. Trata-se de ir contra a idéia de uma culpa presumida, lógica, por meio da qual o agente policial primeiro atira, depois procura saber quem era a pessoa, o que realmente fazia e quem são seus responsáveis, principalmente em relação aos jovens que já atingiram a maior idade penal.

Quando penso em meu filho... Ele era uma pessoa humilde, muito humilde, nosso Deus! Uma pessoa assim, que nunca foi agressivo dentro de casa, nem comigo nem com o irmão dele, tinha um espírito de paz, de amor mesmo, sabe? Muito estudioso, nossa meu Deus, nosso Deus! Se você vê as coisas que ele desenhava e grafitava! Gostava de rap, meu Deus ele era fã de um rap, tanto faz religioso, que rap doidão, funk, mas ele não era de festa. Ele não gostava de festa. Nunca lembro de ver meu filho numa festa ou dançando. E não bebia. Às vezes ele fumava. Por esporte, às vezes, ele fumava, mas não tinha vício em fumar. (Solange, mãe do Fábio).

Uma vida interrompida justamente em uma fase em que sonhos, projetos e possibilidades de realizações e conquistas são postos pela sociedade aos jovens, ao menos para os das classes média e alta. E isso dificulta enormemente para o familiar aceitar a situação, estando mesmo convencido de que não havia qualquer possibilidade de envolvimento de seu filho em atos que justificassem tal barbárie. Algo inaceitável.

É uma coisa que ninguém acredita. Acho até que todo mundo acha que meu filho era bandido. O meu filho estudava, jogava bola, era o sonho dele. Tinha cinco anos que ele estudava lá na escolinha de futebol. E ele era muito ligado no pai dele, sabe? O pai dele saiu de casa e ele não conformava. Ele era muito dependente, mais era muito companheiro. Na minha separação, eu sofri muito, ele era muito amigo. Eu não podia nem respirar que ele já estava em cima de mim: - Mãe o que foi, não sofre, não. Nós vamos ser felizes ainda. Ele jurava que nós íamos ser felizes, sabe? (Tereza mãe do Marcos).

Diante da situação vivida, a saúde do familiar fica comprometida e a violência cobra seu preço ao corpo. Gradativamente, há o processo de adoecimento. Diversas complicações físicas e psicológicas passam a fazer parte do dia-a-dia, ao receber a conta da carga emocional de enfrentar conflitos de toda ordem, confrontar-se desigualmente com as autoridades, questionar a situação da perda do membro da família.

Hoje, estou numa clínica psiquiátrica, conseqüência disso. Hoje eu estou bom, mais teve uns tempos, aí pra trás aí, que estava fazendo tratamento, tomando remédio. Mais minha vida era chorar e não dormir. Já pensei até em suicídio muitas vezes! Mais eu pensava assim “vou fazer assim, assim”, mais não dava certo. É incomparável a falta de meu filho. Eu não concordo nunca na minha vida! Na verdade, isso que eu tô passando é uma dor que eu não desejo pra ninguém. Na verdade, hoje eu estou mais, não digo é conformado, eu estou naquela balança, certo? (Benedito, pai do Carlos).

Tem uns dias que você pede assim pra Deus pro dia passar pra você dormir e não vê. Minha vida acabou! Eu não tenho mais alegria de ir a uma diversão qualquer. Hoje, meus irmãos vem me visitar, mais não tem aquela alegria, porque é como que uma parte da minha vida foi embora, porque um filho seu é um pedaço seu, não é um parente, não. A dor de filho é diferente de marido, de pai e de irmão e a dor mais doída é do filho. Mais a vida é assim mesmo! (Nilva, mãe do Carlos).

E esse processo não termina, não se resolve, parece que não acaba nunca.

Acontece que até hoje eu não aprendi a viver sem o meu filho, sabe? Eu não tô dando, tem três anos e quatro meses. Outra que eu tenho que trabalhar, que se eu não trabalhar eu não vivo. De seis meses pra cá, parece que tudo tá piorando com minha saúde. Eu tava falando uma coisa aqui com você, na mesma hora eu esqueço o que tava falando; se eu vou pegar um ônibus para o centro, já tava passando até do ponto, sabe? E eu já tava me sentindo prensada, uma prensa em minha cabeça, assim ô, que parece que está me incomodando. Quando chegava de tarde, parecia que eu tava vendo vagalume um monte de trem na minha frente, aquelas coisas. Falei: - Eu vou ter que procurar novamente um médico, porque se não eu vou ficar doída! Uma hora um carro vai me atropelar. Eu tava comprando os remédios por conta própria sem voltar no médico. Nas minhas férias, me deu uma depressão devido ter ficado somente em casa. Eu fiquei doidinha! Eu não saía, não tava comendo, só deitada em uma cama chorando. Perdi cinco quilos em um mês. Eu tenho medo de ficar doída. Eu não queria ficar, sabe? Eu queria ser normal! Eu queria continuar em busca do meu filho. Eu não quero ficar assim internada em uma clínica, ficar lá doída sem saber o que estou fazendo. Queria seguir minha vida! (Tereza, mãe do Marcos)

Portanto, em seu conjunto, essas categorias articulam os sentidos, que se enredam à trama vivida pelo familiar para superar a morte e a perda do adolescente ou do jovem. Algo sentido como uma realidade de difícil aceitação, que os houvesse “pegado” de surpresa”, cujas conseqüências marcam toda a sua vida. Uma ferida dolorosa que custa a sarar.

Por isso, para finalizar essa análise, vale uma palavra última da vida que precisa continuar apesar de tudo.

Que cada vez que a gente toca no assunto, vou ser franca de falar pra você, é uma coisa que mexe na ferida profunda. Realmente, é só revolta. Eu não tive tratamento psicológico até hoje. Com isso, eu sinto, eu sinto uma mágoa tão grande, uma dor tão grande! Tem dia, assim, que me dá vontade (pausa) de me isolar, mas eu penso “meu Deus”! Se imagina meu marido

não pode ver que eu chorei, já fica preocupado. A gente vive muito bem, graças a Deus. Meu filho não pode nem em sonho saber que eu chorei. Você não imagina o quanto ele fica transtornado, sabe? Diante disso a minha vida mudou muito. Por exemplo, eu vou te falar: a minha vida mudou da água pro vinho. Que antes eu era uma pessoa alegre, tinha motivo pra sorrir. Hoje eu não sou uma pessoa alegre, não tenho motivo pra sorrir. Minhas vizinhas, meus vizinhos todos são muito assim preocupados comigo, lembram muito bem. Eu era uma pessoa diferente do que sou hoje. Só que eu nunca baixei a minha cabeça. Porque eu tinha uma vida completa. Eu vou te falar, hoje eu tenho a metade de uma vida! E meu filho é tudo pra mim! Tudo! Tudo que você pensar um filho é pra uma mãe! (Solange, mãe do Fábio).

As categorias referentes às questões propriamente institucionais e objetivas e as categorias que dizem respeito às questões vinculadas às experiências emocionais, afetivas e individuais dos sujeitos sintetizam-se e concretizam-se nos seus enfrentamentos travados no âmbito da justiça criminal, uma vez que, diante do profundo sentimento de injustiça, o que lhes resta é questionar a atuação das polícias e do Ministério Público, do sistema judiciário.

De outro lado, as questões que vêm à tona em relação ao Estado, a mídia e sociedade revelam como esses sujeitos concebem tais instituições. Para eles, elas pertencem a uma realidade distante, separada do próprio sujeito e são incapazes de compreender as reais necessidades do familiar em relação à violência. Isso é o que ficou demonstrado na manifestação de sentimentos de raiva, revolta, frustração e certeza da impunidade diante da incapacidade destas instituições em lhes fornecer apoio.

Já as categorias de sentimento de culpa, a questão do luto e os aspectos relacionados a poder ou não enterrar o corpo, mesmo se sentidas em relação a ter ou não esperança, oportunizam aos sujeitos externalizar e materializar sentidos que lhes possibilitam elaborar seu sofrimento, sua dor diante da perda, recorrendo e se apegando à religiosidade. Afinal de contas, a “justiça de Deus não falha”.

Por fim, os processos psicossociais elaborados permitem aos sujeitos concretizar sentidos vinculados a sentimentos de frustração e arrependimento, em virtude de terem “falhado” em relação à vítima, o que é compreensível diante da necessidade que têm de idealizá-la, de buscar por restabelecer sua própria saúde. Aos sujeitos resta o desafio de continuar tocando a vida, enfrentando as contradições e as ambigüidades da violência. Em síntese, esse não é um evento isolado em sua trajetória de vida e, possivelmente, não será o último a ser superado, redescobrimo novos sentidos para continuar vivendo em família.

Todas essas dimensões sociais e culturais não são apresentadas desprovidas de intencionalidades e sentidos. Pelo contrário, cada categoria, toda mediação construída a seu modo, tempo e profundidade revela clara intenção dos sujeitos, que as articulam às vezes de maneira contraditória e até confusa, mas as impregnam dos mais autênticos desejos de superação diante da dolorosa situação de violência policial. São dilemas e circunstâncias que necessitam ser esclarecidos, ao menos como forma de consolar as mães, pais, irmãos, esposas e filhos que estão infelizes, choram e se sentem entristecidos no cotidiano de suas vidas.

A violência policial, embora muitas vezes ocultada pela violência estrutural, institucionalizada, mantida por mecanismos de dominação e controle da sociedade, é revelada de maneira contundente nesta pesquisa por meio dos sentidos produzidos por familiares que tiveram adolescentes e jovens assassinados ou desaparecidos após abordagem policial.

A violência letal é definitiva e se configura no ocultamento que se perpetua em contextos e situações diversas e opera na lógica tida como oficial, incorporada a discursos ideológico-político, que a defendem como necessária, justificada e legitimamente impetrada, especialmente contra os pobres, como recurso institucional de segurança pública.

Sentidos de violência produzidos que permitiram tomar conhecimento de categorias sociais e culturais importantes, que possibilitam compreender a violência na contemporaneidade em suas múltiplas configurações, o que não esgota futuras análises epistemológicas do fenômeno. Como se constatou, as mediações psicossociais construídas pelos sujeitos revelam a intencionalidade desses quanto à superação da situação sofrida.

Nesse sentido, as categorias puderam explicitar o quanto os sujeitos muitas vezes são desprovidos de aspectos fundamentais da cidadania. Ainda que, em um primeiro momento, eles até tenham acesso a ela, eles não a acessam em igual condição de oportunidade. A violência é assimilada de maneira diferente dada a condição de classe social, econômica e cultural dos sujeitos.

Os sujeitos da pesquisa, por pertencerem a classes populares historicamente excluídas e estigmatizadas, têm seu dia-a-dia atravessado por singularidades que se universalizam particularmente por sua condição subalterna de moradores de áreas urbanas em que se concentram os maiores índices de uma violência, constituinte de tantas outras.

Paradoxalmente, a particularidade dos sujeitos pesquisados e suas famílias diz respeito justamente à forma de estabelecer estratégias diante da tragédia vivida: assegurar maior proximidade entre seus membros, reforçando valores de confiança, partilhando esperanças e o desejo de seguir com a vida apesar da dolorosa perda.

Alguns familiares expressam, mesmo diante da dor, seu desejo e esperança de que a família permaneça unida, cultive a amizade, possa restabelecer laços que se estremeceram diante da morte ou do desaparecimento. Dizem querer superar o sofrimento, a dor e buscar se fortalecer em busca de justiça. A família é, sem dúvida, para eles, o espaço de possibilidades, o lugar de possibilidades para que possam encontrar outros sentidos para viver.

Os sujeitos não tiveram medo de expor suas experiências, emoções e afetos. Revelaram-se desnudos, desarmados, abertos, sensíveis e sedentos por encontrar possibilidades de uma esperança que se mistura aos sentimentos de culpa, fuga às vezes na religiosidade. Mas revelam biografias, histórias de vida construídas pela cadência e pelos movimentos que lhes são próprios e que disseram de uma trajetória marcada pela pobreza, desigualdade e segregação social.

Quando demonstram resignação, o fazem por que lhes foi negado o direito de velar seus mortos, de cuidar do seu corpo, velá-lo, enterrá-lo, viver os ritos próprios ao luto, a possibilidade de despedida daquele que se foi. Quando não há sequer o corpo para ser preparado, cuidado, velado e enterrado, a dor é aguda, incontrolável, muda e não cessa. Dolorosa impossibilidade de concretizar a violência sofrida, a angústia existencial, a despedida impossível.

A esperança e a desesperança vivem em conflito permanente na tentativa dos sujeitos de externalizar o drama vivido para que seja possível concretizar e materializar sentidos que lhes possibilitem elaborar seu sofrimento, sua dor diante da perda, mesmo que para tal seja preciso recorrer à acessível e sempre útil religiosidade.

Por fim, os processos psicossociais constituídos e elaborados cumprem com a tarefa de livrar os sujeitos da frustração e do arrependimento, caso tenham “falhado” em relação à vítima. Sentimento que é aceitável frente à necessidade que eles têm de idealizar a pessoa que foi vitimada.

É preciso seguir em frente, tocar a vida, superar os problemas e restabelecer a saúde. Nada justifica que adolescentes e jovens negros em sua maioria sejam executados ou desapareçam, principalmente pelo fato de serem pobres. São mortes que expõem a crueldade da diferença de oportunidades no país e cobram um custo humano irreparável à juventude.

São formas de extermínio que têm comparecido enquanto prática defendida pelos discursos oficiais. Ação tida como necessária no combate ao crime e a

marginalidade, notadamente nos centros urbanos. Violência em que adolescentes e jovens estão sendo mortos, o que revela, com detalhes, o processo de vulnerabilidade e vitimização a que estão submetidos em nossa sociedade.

Essa realidade é vivida nos seis casos estudados desta pesquisa e exemplificam o que vem ocorrendo em cidades, como Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, em que é registrado, em média, um assassinato por semana, num contexto em que, segundo o Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, 48,7% (57) das vítimas não têm registro de passagem pela polícia. Somente em dois anos, 2005 e 2006, ocorreram 359 homicídios, o que coloca o município de Goiânia na 17ª posição entre os municípios brasileiros com maiores índices de homicídios juvenis.

Estamos diante de uma sociedade que tem sido cruel e contraditória com sua juventude empobrecida, não lhe oferecendo outra perspectiva que não seja a vida em sua condição subalterna, ou a morte, minando sonhos, frustrando famílias, e revelando imensa incapacidade em assegurar, no presente, por meio de políticas públicas de educação, cultura e trabalho, um futuro digno para adolescentes e jovens.

São graves as violações de direitos humanos e sociais, pela incapacidade do Estado de conter o monopólio estatal da violência. Assim, é urgente que o combate à violência policial seja impetrado por ações que possibilitem o real controle interno e externo dessa atividade, que tem por prerrogativa o uso legítimo da força. O que se espera é que sejam coibidos não apenas os atos tidos como ilegais ou ilegítimos, mas, sobretudo, os que são praticados de maneira irregular, truculenta, arbitrária e anormal.

Deve-se investir em melhor remuneração, em formação e adequada qualificação profissional dos integrantes das agências policiais, principalmente para que sejam defensores de direitos humanos e não os seus infratores.

A única certeza que os sujeitos da pesquisa manifestam é de que estão sendo injustiçados, o que provoca profunda indignação, justamente porque se trata de uma violência praticada por um representante do Estado. A certeza que se tem é de que a polícia realmente não protege.

Nos casos de violência policial, o que mais prevalece é a situação de impunidade. Muitas denúncias de abusos, agressão e violação de direitos chegam a ser registradas. A experiência que fica forte é a de que existe a justiça que é ágil e

eficiente para “uns” e para “outros” não funciona, praticamente não existe. Ao mesmo tempo, comparece em todos os casos, dos sujeitos entrevistados um sentimento forte e intenso que os impulsiona a lutar e reivindicar por justiça, pela não aceitação dos fatos.

É preciso que a sociedade assuma uma perspectiva de educação para a paz, que sejam repensadas as formas de controle da atividade policial. Que os casos de violência policial sejam julgados e seus autores responsabilizados e que se superem as graves e constantes violações de direitos humanos e sociais. Que se controle a violência e se superem as disparidades sociais, econômicas e culturais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. (org.). *Juventude, violência e vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRANTES, A. A. et al. (org.). *Método Histórico – Social na Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ABREU, M.; MARTINEZ, A. F. Olhares sobre a criança no Brasil – Perspectivas Históricas. In: RIZZINI Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil. Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1997.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: *Sociologias - Violências, América Latina*. Nº. 8. Porto Alegre, Jul./Dez, 2002.

ADORNO, S.; CARDIA, N.; POLETO, F. Homicídio e violação de Direitos Humanos em São Paulo. In: *Estudos Avançados*, Nº. 47, São Paulo, 2003.

ARENDT, H. *Sobre a violência*: tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1994.

BAYARD. J. *Sentidos ocultos dos ritos mortuários*. São Paulo, Paulus, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Iracema Almeida Valverde, Carlos Sampaio, Dilene da Paz Gomes e Rosanie Martins da Veiga. (org.) 2ª Ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

CARVALHO, J. J. As tecnologias de segurança e a expansão metonímica da violência. In: OLIVEIRA, D. D.; SANTOS, S. A.; SILVA, V.G.B. (org.) *Violência Policial: Tolerância zero?*. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

CHAUÍ, Marilene. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, A. T. M. Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque. In: *Sociedade e Estado*, v.19, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 11/10/2007.

DOS SANTOS, B. R. *A concepção moderna de infância e adolescência*. Mapeamento, documentação e reflexões sobre as principais teorias, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, M. D. (org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MACHADO, E. e NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, v. 7, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 28/11/2007.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: *CIDADANIA, justiça e violência*. Dulce Pandolfi (Org.) Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 14/01/2009.

PAES-PERES, M. F. T.; CÁRDIA, N.; SANTOS, P. C. *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980 – 2002*. Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo. São Paulo: NEV/USP, 2006.

SILVA, V. G. B. A violência institucionalizada na encruzilhada da desigualdade e da injustiça. In: OLIVEIRA, D. D.; SANTOS, S. A.; SILVA, V.G.B. (org.) *Violência Policial: Tolerância zero?*. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008*. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <http://www.ritla.net> . Acesso em 19/12/2008.

ZALUAR, A. M. Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. In: *São Paulo em Perspectiva*, v. 13, São Paulo, 1999.

APÊNDICE A – Mapeamento dos casos de violência policial - período de 2003-2008

Ord.	Identificação	Idade (Anos)	Data Homicídio	Bairro/região	Situação c/ polícia	Forma violência policial	Fonte
1	Vítima	23	28/01/2008	Jardim Goiás	Processo criminal por roubo	Execução com tiros na cabeça	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 30- 01-08
2	Vítima	15	24/01/08	Santa Cruz	Não informada	Executados com tiros na cabeça – estava grávida de dois meses – acerto de contas drogas	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 25- 01-08
3	Vítima	19	24/01/08	Santa Cruz	2 passagens: Delegacia de Homicídios - furto e assalto	Executados com tiros na cabeça – acerto de contas drogas	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 25- 01-08
4	Vítima	16	24/01/08	Santa Cruz	Não informada	Executados com tiros na cabeça – acerto de contas drogas	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 25- 01-08
5	Vítima	20	29/01/08	Parque Oeste	Não informada	Violência Policial Troca de tiros policiais do Batalhão de Choque da PM	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 30- 01-08
6	Vítima	20	29/01/08	Parque Oeste	Não informada	Violência Policial Troca de tiros policiais do Batalhão de Choque da PM	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 30- 01-08
7	Vítima	25	28/01/08	Jardim Novo Mundo	Não informada	Execução com tiros na cabeça	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 30- 01-08
8	Vítima	16	24/02/07	Não informada	3 passagens: furto e ameaça	Alegação - confronto com policiais	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
9	Vítima	18	Não informada	Não informada	6 passagens: invasão de domicílio, furto, tentativa de roubo e lesão corporal	Confronto c/ policia militares	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
10	Vítima	19	29/01/08	Jardim dos Ipês	Não informada	Execução com tiros na nuca	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 30- 01-08

Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais – DEPAI

Ord.	Identificação	Idade (Anos)	Data Homicídio	Bairro/região	Situação c/ polícia	Forma violência policial	Fonte
11	Vítima	16	Setembro ou Novembro/04	Não informada	4 passagens pela Dpai	Não informada	<i>O Popular</i> 05-02-08
12	Vítima	17	Não informada	Não informada	4 passagens – furto e roubo	Confronto c/ Rotam	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
13	Vítima	18	Março/05	Não informada	1 passagem – tentativa de furto	Troca de tiros com policiais da Rotam	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 05- 02-08
14	Vítima	14	Não informada	Não informada	3 passagens – furto	Confronto c/ policiais civis	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
15	Vítima	15	Não informada	Não informada	2 passagens– furto	Familiares dizem que o adolescentes foi levado por policia militares	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
16	Vítima	15	Maió/07	Não informada	1 passagem – perturbação do sossego	Troca de tiros com policiais da Rotam	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
17	Vítima	18	Não informada	Não informada	1 passagem – furto	Confronto c/ policiais da Rotam	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
18	Vítima	15	Não informada	Não informada	1 passagem – não identificada a razão	Troca de tiros com policiais militares	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
19	Vítima	16	Não informada	Não informada	1 passagem – roubo	Troca de tiros com policiais militares	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
20	Vítima	15	Não informada	Não informada	2 passagens – roubo e furto	Confronto c/ Rotam	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08

Ord.	Identificação	Idade (Anos)	Data Homicídio	Bairro/região	Situação c/ polícia	Forma violência policial	Fonte
21	Vítima	17	Não informada	Não informada	5 passagens – furto, furto qualificado e arrombamento	Confronto c/ policiais da Rotam	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias)
22	Vítima	18	Não informada	Não informada	Não informada	Troca de tiros com policiais da Rotam	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
23	Vítima	29	21/02/2008	Não informada	Não informada	Espancamento – Grupo de Operações Especiais (GOE)	<i>O Popular</i> 22/02/2008
24	Vítima	18	Não informada	Não informada	Não informada	Morto por policiais da Rotam num barracão que seria boca-de- fumo	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
25	Vítima	22 - 25	11/02/2008	Jardim Goiás	Não informada	Desaparecido após ter sido abordado pela Rotam	<i>O Popular</i> 14- 02-08
26	Vítima	17	Não informada	Não informada	1 passagem – roubo	Confronto com policiais militares	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
27	Vítima	18	Não informada	Não informada	Não identificada	Morreu após ter sido detido pela polícia militar	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
28	Vítima	16	Agosto/05	Não informada	4 passagens – roubo e latrocínio	Confronto c/ policiais militares	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
29	Vítima	17	Não informada	Não informada	1 passagem – por ameaça	Familiares relatam que o jovem recebia ameaças de policiais militares	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
30	Vítima	16	11/02/2008	Setor Santa Fé	Não informada	Tiros na cabeça e mãos amarradas	<i>O Popular</i> 13- 02-08
31	Vítima	27	18/04/08	Setor Vila Pedroso	Não informada	Execução a Tiros	CGVP
32	Vítima	27	03/03/2003	Jardim Itaipu	Não informada	Desaparecido após abordagem da PM	CGFVP/CDH

Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial – CGFVP

Comissão Direitos Humanos Assembléia Legislativa do Estado de Goiás - CDH

Ord.	Identificação	Idade (Anos)	Data Homicídio	Bairro/região	Situação c/ polícia	Forma violência policial	Fonte
33	Vítima	17	Março/07	Não informada	22 processos no juizado	Um tiro na cabeça	<i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
34	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Executado pela PM	CDH
35	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Executado pela PM	CDH
36	Vítima	27	02/04/	Bairro Capuava	Não informada	Lesão corporal	CGVP
37	Vítima	21	05/01/2006	Setor Coimbra	Não informada	Desaparecido após abordagem da PM	CGVP/CDH
38	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Executado pela PM	CDH
39	Vítima	16	Não informada	Não informada	1 passagem – receptação e porte de arma de fogo	Confronto com policiais militares	CGV/CDH <i>O Popular</i> (Dpai e famílias) 11- 02-08
40	Vítima	22	03/09/2004	Setor Buriti Sereno	Não informada	Executado dentro de casa, pela PM, com tiros na cabeça	CGVP/CDH
41	Vítima	30	27/01/2006	Vila São José	Não informada		CGVP
42	Vítima		Não informada	Não informada	Não informada	Executado pela PM	CDH
43	Vítima	12	24/04/2005	Não informada	Não informada	Desaparecido após abordagem da PM	CGVP/CDH
44	Vítima	17	11/02/2008	Setor Santa Fé	Não informada	Tiros na cabeça e mãos amarradas	CGVP
45	Vítima	28	16/02/2005	Parque Oeste	Não informada	Executado pela PM após despejo	CGVP
46	Vítima	20	24/03/2005	Vila Nova	Não informada	Executado pela ROTAM	CGVP/CDH
47	Vítima	25	Junho/ 2003	Não informada	Não informada	Executado pela PM	CGVP/CDH
48	Vítima	22	16/02/05	Parque Oeste	Não informada	Executado pela PM durante o despejo	CGVP
49	Vítima	18	Junho/2003	Jardim das Oliveiras	Não informada	Executado pela PM	CGVP/CDH

Ord.	Identificação	Idade (Anos)	Data Homicídio	Bairro/ região	Situação c/ polícia	Forma violência policial	Fonte
50	Vítima	24	08/12/2004	Não informada	Não informada	Executado pela ROTAN	CDH
51	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
52	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
53	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
54	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
55	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Executado pela PM dentro de um quartel	CDH
56	Vítima	Não informada	06/06/2007	Setor Balneário	Não informada	Desaparecido após abordagem da P-2	CDH
57	Vítima	Não informada	12/04/2006	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
58	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
59	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
60	Vítima	24	16/08/06	Não informada	Não informada	Não informada	CDH
61	Vítima	Não informada	06/06/2007	Setor Balneário	Não informada	Desaparecido após abordagem da P-2	CDH
62	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
63	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
64	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH

Ord.	Identificação	Idade (Anos)	Data Homicídio	Bairro/região	Situação c/ polícia	Forma violência policial	Fonte
65	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Desaparecido após abordagem da ROTAN ou GPT	CDH
66	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
67	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
68	Vítima	23	Não informada	Jardim Novo Mundo	Não informada	Executado pela ROTAN	CDH
69	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
70	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
71	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
72	Vítima	Não informada	Não informada	Não informada	Não informada	Agressões físicas praticadas por policiais	CDH
73	Vítima	21	24/04/2005	Não informada	Desaparecido	Desaparecido após abordagem da ROTAN ou GPT	CDH

APÊNDICE B – Famílias contatadas para participar da pesquisa

Nº.	Identificação	Idade (Anos)	Data Homicídio - desaparecimento	Familiar	Bairro/região (Município)
1.	Vítima 01	18	2003	Pai: Cândido* Mãe: Magda*	Senador Canedo
2.	Vítima 02	25	2003	Irmã: Vera	Senador Canedo
3.	Vítima 03	27	03/03/2003	Pai: Benedito* Mãe: Nilva*	Jardim Itaipu Aparecida de Goiânia
4.	Vítima 04	22	03/09/2004	Mãe – Solange*	Setor Buriti Sereno
5.	Vítima 05	12	24/04/2005	Mãe: Tereza*	Papillon Park Aparecida de Goiânia
6.	Vítima 06	22	16/02/05	Mãe – Creuza	Monte Carlo Aparecida de Goiânia
7.	Vítima 07	27	16/02/2005	Esposa: Mara*	Res. Real Conquista Aparecida de Goiânia
8.	Vítima 08	21	05/01/2006	Pai – Murilo	Setor Coimbra Goiânia
9.	Vítima 09	17	Março/07	Pai: Joaquim	Goiânia
10.	Vítima 10	27	18/04/08	Irmão: Mário*	Vila Pedroso Goiânia

* Sujeitos participantes da pesquisa

APÊNDICE C - Roteiro da entrevista semi - estruturada

1 – Identificação

Nome:

Idade:

Nível de instrução:

Ocupação profissional:

Parentesco com a vítima:

2 – Comente sobre sua história de vida:

3 – Comente sobre a violência presente na sociedade atual:

4 – Como vê a atuação das polícias?

5 - Fale sobre a história de sua família:

6 - Relate sobre a história de vida do adolescente ou jovem:

7 – Como você avalia o papel das instituições diretamente vinculadas à questão da violência?

8 – Em que circunstância a violência ocorreu. E que conseqüência e desdobramentos teve em sua vida?

9 – Como você tem lidado com a situação de dor e perda?

APÊNDECE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte deste estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás pelo telefone 3946 - 1071.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Família e Violência Policial

Pesquisador Responsável: Valterci Vieira

Orientadora do Projeto de Mestrado: Dr^a Anita Cristina Azevedo Resende

Esta pesquisa refere-se a um trabalho de Mestrado em Psicologia, vinculado ao Programa de Pós - Graduação *Stricto Sensu* (PSSP) em Psicologia – Processos Psicossociais – da Universidade Católica de Goiás, sendo requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

A presente pesquisa justifica-se diante da realidade social em que vivem muitas famílias brasileiras de classes populares. Isso as coloca diante de diversas situações de violência. Em geral, a essas famílias, direitos sociais básicos são negados e/ou negligenciados. Este fato as coloca em uma condição de vulnerabilidade e fragilidade, que possibilita que essas famílias desenvolvam recursos, estratégias psicológicas e sociais como forma de lidar com sua realidade

seja do ponto de vista intrafamiliar ou em sua relação com a sociedade (mediações psicossociais).

Pretende investigar e compreender os sentidos produzidos por estas famílias sobre a violência policial cometida contra um adolescente. Serão estudadas famílias que tiveram seu(s) filho(s) adolescente assassinado pela polícia na cidade de Goiânia e região metropolitana nos últimos 6 (seis) anos. Essa forma de violência pode ser tomada como importante revelando a trama de poder que envolve a relação da pessoa com a sociedade.

Será realizada uma entrevista individual com um membro adulto da família, com duração máxima de duas horas. A entrevista será realizada no período diurno, no horário a ser previamente agendado entre o participante e o pesquisador. Para isso, a entrevista será realizada em uma sala apropriada, arejada e em boas condições de iluminação, sendo este espaço oferecido pelo Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil. Será utilizado, apenas um gravador com algumas fitas para gravar toda a entrevista. O participante deverá se deslocar até o local da entrevista no dia e horário pré-estabelecido.

São asseguradas ao participante todas as condições éticas, total sigilo de todas as informações concedidas, sendo que todas as informações serão utilizadas única e exclusivamente para fins da pesquisa, não podendo ser utilizadas em hipótese alguma para qualquer outro propósito, de modo que em caso de descumprimento do mesmo, o pesquisador será penalizado segundo o Código de Ética em Pesquisa e/ou de Psicologia. Dados como nome do participante e demais membros da família será substituído por nomes fictícios, e outros como CPF, RG, endereços e telefones de contatos não serão incluídos na elaboração do trabalho, de forma que assegure a privacidade e identidade do participante.

Riscos inerentes à participação na pesquisa: Mesmo que mínimo, a pesquisa poderá acarretar alguns riscos à saúde psíquica e/ou a vida do participante, uma vez que o participante irá, de alguma forma, reviver todo o contexto em que ocorreu o homicídio, assim sendo poderá surgir: Sofrimento psíquico diverso, perturbação do sono, sentimentos como tristeza e angústia, ainda poderá o participante sofrer algum tipo de represália, ameaça, perseguição e/ou constrangimento por parte de algum ente pertencente ou vinculado ao sistema policial.

Acaso isso ocorra será prestado auxílio, psicológico, policial e jurídico para que sua integridade física, mental e sua vida sejam preservadas, e nos

prontificaremos, como condutores da pesquisa, conjuntamente aos membros do comitê Goiano pelo fim da Violência, prestar assistência psicológica e jurídica, a dar toda e qualquer contribuição necessária para qualquer encaminhamento que se fizerem necessário.

Benefícios decorrentes da participação na pesquisa: Com as informações prestadas, a pesquisa tem como benefício às famílias a possibilidade de ao serem evidenciadas mediações psicossociais encontradas pela família, diante da violência sofrida, a mesma se veja capaz de produzir outros sentidos para a história familiar, diante da perda do ente querido. De modo que a família possa identificar e se fortalecer tendo em vista seus recursos emocionais e sociais, constituindo – se enquanto força e resistência para a continuidade da vida familiar. Poder-se-á obter uma maior compreensão acerca da violência policial diante deste fenômeno social tão presente em nossa sociedade. Bem como contribuir com a formulação e produção de conhecimentos em relação à violência policial, para formulação de políticas públicas de atenção às famílias vitima de violência.

O participante tem total direito de fazer perguntas que lhe possibilite esclarecer melhor o propósito da pesquisa. Tem direito de se recusar a participar da mesma, e também de se recusar a responder qualquer pergunta que possa vir a lhe causar constrangimento ou outro incômodo, assim como retirar a qualquer momento o consentimento e sua participação na pesquisa, sem que isso lhe infrinja qualquer dano. Caso o participante não concorde com o uso do gravador este poderá ser retirado e substituído por anotação manual.

•Nome do pesquisador: _____

•Assinatura do pesquisador: _____

• Data: ___/___/_____

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____ RG nº _____

CPF nº _____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo **“Família e Produção de Sentidos - Acerca da Violência Policial”**, na condição de sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Valterci Vieira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade ou danos.

Local: Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil – Programa de extensão, vinculado ao Instituto Dom Fernando, da Universidade Católica de Goiás.

Data: ___/___/___

Nome do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares:

APÊNDICE E – Mediações Psicossociais na Produção de Sentidos

As categorias centrais emergiram das entrevistas realizadas com os sujeitos, são mediações psicossociais constitutivas na produção de sentidos. Elas foram organizadas em tópicos que posteriormente se constituíram dois núcleos nos quais foram agrupadas as questões propriamente institucionais e objetivas e questões vinculadas às experiências emocionais, afetivas e individuais.

Elas são apresentadas a seguir por meio dos tópicos, Justiça, Estado e Sociedade; Corpo da vítima – luto; Religiosidade; Imprensa; Culpa; Saúde psíquica; Idealização da vítima; e Esperança/Desesperança.

I – Justiça – Estado - Sociedade

1. Solange – mãe do Fábio

Solange: Então é igual eu falei pra minha amiga, eu nunca, eu vou ser franca pra você, eu nunca vou esquecer meu filho. Eu ia tirar minha vida. Parei. Porque eu não posso, vou ser franca, (choro) eu não posso ver uma polícia. Tenho revolta, revolta. Eu me choco com o poder público. Entendeu. Não todos! Mas, sim alguns. Porque se, o que fizeram com meu filho, se fosse meu filho que tivesse feito, eu credito que não tava impune. E quem fez me vê às vezes, onde eu entrava, falava sorrindo. Sabe que isso? Porque eu não tenho dinheiro. (Muito emocional e chorando). Porque se eu tivesse dinheiro, o caso não ficava da forma que ficou. Isso eu te garanto. Porque, hoje o país que nós vivemos, o dinheiro fala mais alto, no momento eu não encontrei ninguém que me apoiasse. Dr. fulano veio aqui em casa uma vez, tive vários apoio assim, de um, de várias pessoas. Mas eu tava falando pra minha amiga hoje, eu vou ser franca pra você, eu nunca vi resultado até hoje, de nada! Tanto que eu me dispus, tanto que eu lutei! Tudo quanto é lugar que você falar: “Solange, ainda falta a senhora ir em tal lugar.” Eu dizia pra você: “Então me dar o endereço.” Eu ia lá e batia na porta. Graças a Deus todo lugar que eu fui, eu fui atendida, todos! Por isso que eu falo pra você, se algum que você for e falar assim: “você conhece o caso da dona Solange? Se falar pra você: Não! É mentira. Conhece, todos, todos, todos, todos, todos. Eu tive apoio na casa (*local onde se realizou a acolhida de diversos casos*) de, das pessoas vítimas da violência, soube inclusive que ela

acabou né? Eu nem sabia, por falta de financeiro, você conhece ela, fica lá do setor João?

Pesquisador: Não era isso que você estava procurando na verdade?

Solange: Não! Eu queria justiça! Eu queria não, eu quero! Eu te falo francamente, do fundo do meu coração, nunca é tarde. Quando eu vejo a justiça ser feita de um caso aí, que ontem eu vi, de uma mãe que lutou durante nove anos. A justiça foi feita. Então é meu caso. Eu não vou cansar de lutar. Por isso se você pôde para me entrevistar hoje, você pode vir. Se você tiver um amigo seu, que você ver que é da confiança quiser fazer uma entrevista comigo, pode me procurar. Eu quero justiça! Sempre eu luto por justiça, num, num seguinte, que eu quero dizer pra você, num termo assim, não pra amenizar a minha dor, mas, pra que evite outras mães, sentir essa dor, né? Porque, igual eu falei várias vezes, não gente pelo amor de Deus, queta com isso, eu quero justiça, pra que outra mãe, não venha amanhã chorar aqui, da forma em que eu estou chorando né? Então, realmente, o Estado, as pessoas que fez isso vai ser punida, por isso, vai pagar, porque a vida do meu filho, não tem preço! Não tem preço! Mas a punição me amenizava um pouco a minha dor.

Solange: eu tenho certeza pra você, o dia que eu souber que alguém foi punido, e que o Estado ta cumprindo com o dever dele, eu tenho certeza pra você que essa dor vai aliviar um pouco, ela não vai doer da forma que ela dói.

Solange: Pra mim, assim agente se sentiu muito humilhado de frente, frente uma nação, assim, agente saber que agente paga, os salários deles (os policiais) são pagos pelos nossos impostos, pagamos. É tipo você sentir lesado pelo um negócio que você faz né? Me sinto assim, muito humilhada, muito humilhada. Por todo lado que você pensar eu me sinto muito humilhada. Porque nunca esperava isso. Eu esperava que fosse feito justiça. Não injustiça! Porque o que fez com meu filho foi uma injustiça.

Pesquisador: E qual deveria ser o papel do Estado então nesse caso?

Solange: Puni-los. Obrigar assim, o Estado assim, a pagar uma indenização pra mim, que pra mim foi danos morais, que eles invadiu minha propriedade, destruiu minhas coisas, né? Minha casa lá embaixo, que você deve ter visto no jornal, foi detonada. Nunca traria meu filho de volta (chora) mais igual eu falei pra você, uma punição, aliviava um pouco a minha dor, entendeu? Uma punição para os autores do assassinato. E assim, digamos que tivesse um promotor e um juiz que obrigasse o estado a mim indenizar a minha pessoa, não traz meu filho não. Mas eu acredito que

amanhã o estado pensa mais ao contratar algum, pra não fazer o que eles fizeram. Isso ai deixou uma porta aberta para o crime, não é? Eu credito que é uma passagem livre. O papel da sociedade em geral é no meu modo de pensar, lutar, né? Assim, qualquer coisa que acontecer com você, você deve lutar por justiça, porque se eu cometer um erro, eu não vou pagar por ele? Então! Eu acredito que o Estado cometeu um erro contra a minha pessoa. Eu acredito né? (inspira e expira) Porque (pausa) eu não esperava isso. Acho que a sociedade inteira não esperava isso. Não esperava não. Não espera! Por que cada dia que nós vemos o jornal, agente vê essas matérias é mais uma revolta que agente tem, né? A sociedade espera que a policia aja corretamente como manda o figurino! Né? Porque é lógico que é um dever deles abordar qualquer cidadão, mas que eles aborda com dignidade, não é? Assim, chamasse meu filho lá fora. Se ele recusou assim, vamos supor recusou a entregar, pra ir lá fora pra eles, ele tava orientado, né. Então esperar, que horário que eu tava em casa. Ele sabe o horário que eu chego. Mandasse uma intimação aqui, que eu ia lá e levava ele. Esse é o dever o Estado. Acredito eu. Agora não é quebrar um portão da sua casa ou pular, escalar o muro e entrar pra dentro e fazer o que eles quiseram e fizeram e ficou do jeito que eles quiseram. Você acha que é justo?

Pesquisador: O que tem a dizer sobre as denúncias de torturas?

Solange: É. Porque aí nos chegamos no Ministério Público e foi muito bem recebido, eles fotografou ele de todo jeito, e mandou por IML, fez laudo. Tiraram foto de todo jeito, fotos dos dedos, da mão, que inchou a mão dele toda né? Só não tirou assim pra baixo, mas aqui pra cima tem foto dele de todo jeito, sabe. Que ele branquim, então ele tava bem detonado, sabe. Dava pra ver as manchas, as lesões bem legíveis. Então, eu tava falando pra minha amiga que eu queria ver, em nome de Jesus ainda vou conseguir aquelas fotos, ainda.

Solange: O dr. fulano pediu, lá do Ministério Público. “Solange tira o Fábio daqui, a polícia invocou com ele”. Sabe. “Tira o Fábio daí, amanhã ele ta lá envolvendo com outra amizade”. Gente que não deve, não teme. Porque eu vou correr?

Solange: Disse o Fábio, “Pra quê que eu vou sair de perto da senhora mamãe? Se eu não devo. Eu não vou, mamãe, eu não vou. Eu vou com você filho. Eu vou com você meu filho, mas eu quero tirar você daqui. Que eu com as pessoas, eu não tinha nada assim, gente amigo dele com ele não, o meu problema era a polícia, como foi a polícia, né? Porque foi uma perseguição que eles fizeram com ele. Igual esse dia que eles torturou ele, ele falou assim, que eles queria que ele assumisse coisas,

sabe, roubo, coisas errada. “É assumir, assume que nós não judia de você. Assume isso que nós vai poder te levar”. Ele disse que ele falava assim. Isso ele falou lá no Ministério Público. Pode me picar em pedacinhos. Vocês pode me picar, que eu não vou assumir uma coisa que eu não fiz. Eu não vou assumir uma coisa que eu não fiz. Por que eu sempre ensinei pro meus filhos, a dignidade, a honestidade. Quando agente não deve, agente não teme. E é por isso que eu falo pra você, e falo em qualquer lugar, em qualquer imprensa, e falo de peito aberto: Eu não devo, não devo, por isso eu não temo, ta. E aí eu falei pra ele, mas Fábio. Inclusive ele num queria nem, porque demorou atender agente lá, ele num queria nem ficar. Ele falou: Vou embora mamãe. Vamos parar com isso. Ele vai me matar, mamãe. Senhora quer ficar sem eu mamãe? Eu e esse aqui ó. (se referindo ao Bento filho mais velho), que ele matou serviço e eu também. Nós fomo né, procurar a justiça. Não Fábio. O Bento: “Não Fábio”. “Não manin, não é justo, o que fez com você não existe uma coisa dessa, manin. Tem que... né?” “E se eles me matar? Ele perguntou umas duas vezes quando eles vieram aqui em casa: “E se eles me matar”? O coronel dizia: “Eles não pode fazer isso.” O Tenente, você conhece muito bem, que eu não sei se ele ainda faz parte dos direitos humanos. “Não Solange, não pode acontecer isso. Jamais, eles não pode fazer isso.” “Mas se eles pular o muro e vim aqui me matar.” Ele já sabia, que ele deve ter feito, falado pra ele as torturas que eles fazia, nas pressão junto com ele. Ele falava: Mas ele não pode se, foi a hora que o coronel falou assim: Não! Se eles vim Fábio, então você não, (tom de voz mais firme) não abre o portão! Não abre o portão, Fábio! Se você olha e viu que é policial, você não abre o portão! Aí, ele pegou e falou assim, mas ele pode pular o muro. Aí. Não Fábio, não pode. “Se eles pular o muro e lhe matar, o Estado tem por obrigação de indenizar sua mãe, porque é invasão de domicílio, e mais não sei o quê.” Aí eu, cheguei assim falei: Tenente, Deus, Deus. Coronel, pelo amor de Deus, não fala uma coisa dessa. Não fala uma coisa dessa, porque não tem dinheiro no mundo que paga um filho para uma mãe. Eu peço, eu pra mim, pode juntar todo dinheiro do mundo, que eu não vou aliviar essa dor (chora), se entendeu?

Pesquisador: E quanto ao processo judicial?

Solange: Como se diz né. É igual eu te falei no início se fosse meu filho que tivesse feito, eu tenho certeza pra você, que se Deus o livre, o meu filho tivesse matado um policial, o processo, e ele tivesse aí. Tivesse ficado livre como na história, assim, saído bem. Eu tenho certeza pra você que ele tava lá no *Cepaigo* (*Centro de*

prisão...) e o processo tava andando. Mas como foi o inverso. O contrário, ele ta numa gaveta, acredito eu pra você, que ele deve ta num arquivo, né. Quando você vai lá dar uma mexidinha, o trem, né? Você vê (pausa) não tem tanto tempo pra mim, você vê, eu acho assim, tudo que aconteceu com meu filho, em seguida eles devia ter me intimado, não era, mim depor, pra relatar alguma coisa. Ninguém nunca me chamou.

Solange: Fui depois que eu fui até o Ministério Público e falei: Uai, doutor é justo, é né? Que eu venho direto na televisão. Ele diz: Não! Até então agente foi na Deic eu o doutor, e que ele foi advogado meu uns tempo, aí agente foi lá, o doutor, não sei se você conhece, que foi o que veio aqui em casa, o delegado, ele ainda falou assim pra mim, que o doutor não foi, mas mandou a pessoa que é advogada do escritório dele também, me acompanhar. Ela me orientou, na hora que chegou ela falou assim: “Solange, não responde, não fala, não faz pergunta nenhuma, só responde, né? Se a senhora ver que tenha condições que a senhora possa responder, senhora responde, se não der a senhora deixa em silêncio, né”. Foi o que aconteceu, que eu, você vê eu não tinha, não dava conta de falar. Até hoje eu não dou conta de falar da morte de meu filho, sem conter lágrimas, então, aí ela foi lá pra ver se pegava o celular, né? Que eles falou que ia entregar, não entregou, né? Aí ele falou pra mim. Até aí, até ali naquele momento, eu não tinha conhecimento quê que era um latrocínio nem o quê que era homicídio, se entendeu? Que lá o delegado falou perante a minha advogada que o que tinha acontecido aqui em casa era um latrocínio. Aí eu perguntei a ela. Ele antes deu perguntar, ele perguntou, ele ainda referiu resposta a ela: “Como a senhora sabe que o latrocínio é um roubo seguido de morte.” Aí eu fui lá em cima assim, mudei sabe, porque diz, minha casa ficou detonada, eles carregou muita coisa sabe. Assim, como agente é feirante. Então agente. Muita coisa agente não tem nota, que agente compra do colega, colega compra da gente, né? Então eles levou muita coisa sabe, são coisa, igual eu to falando nem pode levar até a presença, a pé da lei que eu não tenho nota. Não tem prova. Porque se eu tivesse nota eu tinha prova, né?

Solange: Então eu me sinto assim, muito humilhada. Muita falha do poder Público porque eu recorri a tempo. Quer dizer (pausa) não foi falha minha. Porque eu procurei onde eu tinha direito de procurar, né? E eu acho que foi falha do poder público. Eu acho do poder Judiciário, sei lá, né? Porque se eles tivesse feito o que eu pedi, ou então assim, chamar atenção. Porque no meu serviço, se eu errar minha

patroa chega em mim e fala “Solange, você errou por isso, por isso, por isso”, é lógico que eu vou fazer tudo pra não errar amanhã de novo, mesma coisa tinha feito eles, se eles tivesse uma punição do comandante deles, não teria feito o que eles fez.

2. Mara – esposa do João

Pesquisador - Qual sentimento surge em relação a essa violência?

Mara – Hoje o sentimento que eu tenho é de impunidade, de impunidade eu costumo falar isso direto, é fato o João não faz parte desse modo, ele foi não foi uma questão de Deus não, foi por conta de injustiça, de oportunidade, por conta de muita coisa. Impunidade porque ele foi morto do jeito que foi, foi torturado ele gostava de viver, foi jogado no sol e o povo passando e eles (policia) mostrando “olha ai um de vocês” e o João era muito militante era muito justo, então hoje eu vejo assim, si não só os policiais que estivessem presos assim, mas quem mandou apertar o gatilho também sabe, não só o caso do João, mas tudo que aconteceu lá no Setor, se o caso tivesse Federalizado sabe se tivesse tido justiça eu estaria mais aliviada, o Divino estaria mais aliviado, tipo assim aconteceu, aconteceu, mas teria justiça não ta impune. A impunidade é o que mais te acaba a vida inteira você não engole, e por saber que tudo caminha para que você sabe que não vai haver solução, cada dia, cada passo que se dá se vê que tudo caminha pra continuar mesmo impune a vida inteira, essa é a sensação mais ruim.

Mara – De justiça acontecer? Eu acho que mais que ele (o filho de João) faça direito, que eu acho bonito demais, por mais que ele corra, conte nos dedos os anos que falta, eu não acredito que aconteça assim essa punição, pelo caminho que ta andando, pelo que ta acontecendo, porque o trem morreu você sabe que não foi só isso que aconteceu, a forma como ele foi morto não aparece no laudo tudo foi modificado, só consta que morreu de hemorragia. Ele recebeu três tiros, aparece um dizendo que foi no lado, foi perfurado por faca, sua camisa foi trocada. Ai quanto mais anos vai passando, eu acredito na justiça de Deus e em uma parte assim da bíblia que fala que não há nada nesse mundo que fique encoberto, os anos podem passar e ta, eu acredito nessa justiça quem sabe um policial ou até algum que cometeu tudo isso que até tem provas, a maioria deles que tava filmando resolve falar pesa lá a consciência lá, ai tudo bem. De repente eu até não esteja viva o

Divino também pra poder ver, poderia de repente um caso desse tipo, caso contrário acho muito difícil.

Mara – Eu penso tanta coisa das policcias, para mim eles são todos bandidos, olha até um colega, que o tinha como colega, hoje eu acho que ele é bandido, eu posso até ta generalizando demais, mais eu penso assim se você é uma pessoa boa não tem como você trabalhar na policia, eu não do conta da pessoa falar assim fula é bom e trabalha na policia, sabe porque você ta lá dentro você sabe de tudo que acontece, então você não é bom você continua ali dentro ou você abre a boca ou você larga aquilo e não participa sabe porque acabe que você é omissos, então você é bandido tão quanto o outro, não pela questão de ter matado o João, mas porque passei a ver tanta coisa de policia, lá no Real Conquista ela buzina e leva droga eles a policia sabe disso e convive com isso.

Pesquisador – O que você pensa do Estado e da Sociedade em relação à violência?

Mara – O estado é omissos e a sociedade também. Não toda a sociedade mais a maioria da sociedade. Acho que a partir do momento que a sociedade deixar de ser omissa muita coisa poderia mudar. Mais a questão mesmo da violência e até da policia ser paga pelo estado para oprimir é a questão mesmo da sociedade que não põem a cara de fora, o povo mesmo que deveria luta por mudança e transformação, mas o povo mesmo.

3. Candido e Magda – pais do Antonio

Candido - O que eu tenho a dizer que agente que andava direito, ele (*o filho*) que andava direito, agente nunca pensava que podia acontecer, as vezes ele saia agente ficava despreocupado, porque que agente, agente sabia que ele não era pessoa de fazer coisa errada, mas acontece com muitas pessoas direitas, usando os pais, os jovens na hora que procura mais orientação viver mais orientado, pra não acontecer o que aconteceu com agente, é uma marca que ninguém tira.

Magda - o que eu tenho a dizer, é que as pessoa que estão passando pelo que eu estou passando, né busca conforto em Deus, e ter fé em Deus e pedir pra Deus ajudar, pra isso não acontecer mais, é uma coisa assim, que agente nem sabe explicar direito assim, eu busco conforto em Deus e peço a Deus todos os dias que me dê conforto, inteligência, sabedoria pra gente vencer né, porque se agente for vencer com mal não vai resolver nada, tem que ser com o bem mesmo.

Candido - Que a justiça pune porque, que senão.

Magda - Confiar em Deus na justiça, porque a do homem?

Candido - Porque senão ele vai continuar fazendo a mesma coisa com outros inocentes.

Magda - Confiar na justiça do homem não, agente tem que crer na de Deus, porque a do homem é falha né

Pesquisador: Como vocês avaliam a questão da justiça?

Magda - Acontece com os mais pobres né. E com os ricos?.

Candido - É muito difícil!

Magda - É muito difícil acontecer isso com pessoa que é rica, a maioria é com os pobres mesmo.

Candido - Pega uma abordagem deles lá no centro e pega uma noite aqui (*na periferia*), no lugar mais pobre, vê como que eles faz, eles já chega é xingando, maltratando, é batendo, é mandando a mão na cara dos jovens.

Magda - Dos pobres, com os pretos, porque as pessoas mais atingido é que é pobre e que é preto esses são os mais atingindo, e a população que ta mais morrendo é esses ai, aonde eles vê pessoa morena, preta pra eles é suspeita, né, se acontecer um roubo lá e vê uma pessoa morena correndo na rua, ela já é suspeita, já vem chegando é batendo, mata se for preciso, não que nem saber quem ele é, não procura quem é a pessoa, não tem informação nem nada, já vem chegando e judiando.

Candido - Pelo menos se eles abordassem e verificassem a pessoa primeiro, o que ela é, mais não, eles não querem assim, encosta ai é malandro.

Magda - O pior disso tudo é que eles consumiram os documentos do meu filho, os documentos todinho eles tiraram dele, o par de tênis novinho que ele tinha, do outro rapaz também, eles tiraram o tênis novinho, eles tiraram todos os documentos do meu filho, ele estava com todos os documentos até hoje nem tênis nem documento do meu filho foi encontrado, nada deram fim.

Candido - Tudo lugar que agente tinha pra cobrar justiça agente já foi. Olha primeiro agente já foi no Ministério Publico umas oito, umas seis vezes, quando aconteceu o caso o primeiro delegado que fez a audiência a investigação, foi muito, mais muito bom mesmo, ele completou o inquérito e levou lá pro fórum, lá no fórum, eles retornou, eu fui lá pra saber direitinho eles retorno, lá o processo lá pra delegacia e tirou o delegado, tirou a pessoa da corregedoria mudou tudo, e lá na delegacia ficou

um ano e dois meses parado, e eu fui lá umas 8 vezes procurar lá, a escritã falava que tava em diligência, e ficou lá ficou um ano e dois meses, ai que eu fui no Ministério Público, e falei com a secretaria, ela me passou o nome da promotora que tava tomando conta e que tinha mudado, ai daí pra cá, que monto o processo pro fórum, já teve quatro audiência, uma foi anulada, é porque os testemunhas foi ameaçada aqui, ta indo pra outro lugar (Exterior) não quer depor, então é ai, tem a audiência, mas não resolve nada não.

Pesquisador: Em relação ao que aconteceu a seu filho como está o processo judicial?

Magda - O processo que ta ai ta que meu filho foi morto enganado, confundido com outra pessoa, com outra pessoa com o mesmo nome, que tinha antecedente criminal, então pelo que agente viu ai, pelo que as pessoas comentô foi isso, esse Afonso que morreu junto com ele tinha um outro amigo do mesmo nome e disse que esse meu filho tinha antecedente criminal, que já tinha sido preso e tudo, então tudo indica que eles queria pegar essa pessoa e pego meu filho que tava junto com esse rapaz, e num era costume deles ficar saindo, parece que nesse dia, não sei o que aconteceu, ele já tinha saído, chego aqui, e ligo na casa dele e chamou ele, vamos pra Matinha hoje que nos volta mais cedo, foi o dia que ele ligou pra ele, e não sei o que aconteceu, e nesse dia saiu só os dois e saiu de bicicleta ainda e tinha nessa época, corria a Van né, e quando ele sai de lá a Van vinha muito cheia, então eles tinha saído e queria vir embora direto, ai quando, eles falou ah! Não, nos vai de bicicleta, porque ai agente volta e não tem problema, num tem problema nenhum, nunca tinha acontecido nada aqui, ai foi quando eles foi de bicicleta, o pior que a bicicleta do rapaz aqui, que o rapaz que a mãe dele tinha comprado pro aniversario dele, sumiu que era novinha a bicicleta, e a única que ficou lá foi a do meu menino, que era uma bicicleta de mulher né, que era uma bicicleta fortinha e a outra era do menino sumiu desapareceu e as testemunha só chego com essa bicicleta.

Candido - Inclusive ta no processo esse outro rapaz, tem o nome completinho, esse que responde processo, e pela informação da mãe do menino, desse que morreu (junto com meu filho), por ela, disse que ele saiu daqui, quando ele ficou sabendo que matou meu menino, saiu daqui do estado de Goiás e foi pra outro lugar, passa uns tempos fora, por causa de medo.

Candido - E na época tiro daqui, tiro o delegado, tiro os policiais até quando começou, a reportagem que veio fazer aqui, eles não quis passar, eles não deixou,

então foi uma coisa, que ficou encoberto, então como que faz pra acreditar neles se continuam as mesmas pessoas, nada muda, agora vamos supor, igual, eu sei que tem policial bom ai que eu conheço há vinte anos, e sei que é gente boa, o próprio policial falou pra min, olha quando eles quer aprontar eles apronta mesmo, eles atira na viatura, eles tira o colete e atira fala que é troca de tiro, mas troca de tiro nada existe, troca de tiro é poucos caso que existe, mas quando eles querem aprontar eles apronta ai, eles apronta ai, os próprios policial, que eu conheço há vinte anos.

Candido - A sociedade tem que ajudar, e o Estado é o principal porque, porque o Estado é o que tem dever de praticar a nossa segurança, pra população e a população também tem que ajudar, mas se o Estado não, demite os maus como que vai ter uma boa segurança, com o errado lá continuando, portanto acho com mais ou menos quinze dias ta no processo, o próprio policial que matou meu menino atirou num sargento e foi pela informação que eu tenho, levaram ali na rua da Vila Pedroso e não foi registrado nada e como eu tava dando depoimento, nesse dia eu num tava lá não, foi a mãe do outro rapaz (que morreu junto com meu filho) que tava lá na homicídio dando depoimento, o sargento ligou lá, denunciando os próprios policiais que tinha atirado nele, são os mesmos que fizeram isso com o meu menino, então eles mesmo contam eles mesmo acontece isso e nada. Eles fala que corrige e tudo, mas passo a passo eles estão na rua de novo.

4. Benedito e Nilva – pais de Carlos

Pesquisador - O que vocês pensam hoje sobre a policia?

Benedito – Na verdade a policia tem muita gente boa eu tenho várias reuniões lá na assembléia com o diretor de direitos humanos, já tive a reunião com o secretario da segurança publica também já expliquei pra ele o que é a policia. A policia nois não vivemos sem a policia nois queremos viver sem esses bandidos da policia, esses bandidos deviam ser eliminados. A policia ter mais formação, a policia ser mais componente nas nossas ruas, hoje você vê a viatura da policia as mães falam para as crianças, corre pra dentro que lá vem os criminosos, na verdade a policia é para ajudar a combater a violência. Não é para marginalizar a policia, mas por que a policia é marginalizada é porque tem os bandidos que vivem ai extorquindo a vida das pessoas é por isso que a policia é suja dessa maneira e por causa dos ruim os bons é sujo na verdade na policia tem muita gente boa.

Nilva – Eu não sei se ela é suja ou limpa, mais a minha opinião sincera, eu não confio não. Eu antigamente se eu estivesse em uma reunião e chegasse uma viatura eu sentia segurança. Hoje eu to indo embora para minha casa, eu não confio, porque é a palavra deles contra a nossa.

Benedito – Porque na verdade...

Nilva - O comandante acredita em cem mentiras deles e não acredita numa verdade da gente. Pode ser uma coisa boa entendeu...

Benedito – Do jeito que anda essa violência no mundo mal de nois se não fosse a policia. Eu não sou contra a policia não, porque do jeito que ta...

Nilva – Eu não sou contra e nem sou a favor porque eu não confio neles.

Benedito – Não. Não já pensou. Eu sou a favor da policia, mais de uma vez que a policia seja uma pessoa bem instruída pra tratar o cidadão. Mais o que tem muito é cooperativismo dentro da policia, coitado da pessoa que teve um caso com a policia, que precisar da justiça, coitado dessa pessoa, então se torna dessa maneira. Justamente o que eu estou falando, dar maior punição pra esses policiais. Porque remuneração não resolve. O que falta é instrução na policia. É fazer uma devassa na policia, ter punição. A sociedade hoje não tem voz ativa diante da policia. Não sei se é falta de grandes aglomerações de pessoas. Nois tem esse comitê lá que é da violência da policia, agente sempre convida as pessoas, convida, convida, vai pouca pessoa, então é eu sempre ouvi um dizer que uma andorinha só não faz verão. Nois precisamos é ter um número maior de pessoas dentro do comitê. Isso vai esmorecendo as pessoas. Quem foi vitima da violência ta totalmente indignado, revoltado, mas quando agente encontra com eles falam não adianta eu já mexi não tem mais aonde eu vou e coisa, não adiante e ficou por isso mesmo. Mais porque tem um caso envolvendo a policia a pessoa não quer mexe, pois eles mata mesmo.

Nilva – Nois registramos a ocorrência policial do desaparecimento dele, percorremos todas as etapas para tentar localiza ele. Inclusive a delegacia de homicídio que era o doutor XXXXX que era o responsável sempre que aparecia uma ossada ele nos ligava para gente ir verificar. Ele nos instrui que nois fosse cobrar das autoridades responsáveis pelo caso e esperava um tempo se vê que não tivesse solução, ir na televisão porque eles não gosta de escândalo e assim nos fizemos até eles concluiu o inquérito e arquivou porque não tinha prova.

5. Tereza – mãe do Marcos

Tereza: Eu acho que a policia ta aqui é pra ajuda nois, pra proteger nois e não pra fazer o papel que eles fizeram. Eu acho assustador. Teve vinte e oito testemunhas que viram a abordagem da policia. As pessoas hoje em dia nem gostam de ajudar ninguém, por mais que vê fala que não viu. E teve uma ligação também de um dos policia que fizeram pro outro e tem essa gravação também no processo. Que o policial ligou pro outro e falou, vem busca que tem dois passarinhos preso na gaiola. E tem uma fita também de um posto de gasolina, que tem essa fita, só que essa fita nunca foi revela em processo, desapareceram com essa fita que é de um posto de gasolina que tinha lá. Tiram essa fita pra analise por que diz que nessa fita tem o carro da Rotam, o Pálio na frente (era o carro que tinha o som e foi encontrado queimado) e outro carro da Rotam. Hoje o processo parou não ta em andamento eu acho que vai ficar assim. E eu tinha eu sonho de tirar a minha história daqui igual a esses programas de crianças desaparecidas.

Pesquisador: O que você espera do estado?

Tereza: Assim já até me falaram pra eu ir atrás. No inicio vários advogados me ligou me deixou cartão pra eu ir atrás, pra eu entrar com processo contra o estado. Só que até hoje eu não senti vontade de correr atrás de um dinheiro que é da vida do meu filho. Se eu tiver alguma coisa e sabe que aquele dinheiro veio disso eu não dou conta e não quero.

Pesquisador: Não em relação à indenização, mas o que mais se poderia esperar do estado?

Tereza: Assim eu esperaria que eles me ajudassem a ter um tratamento adequado. Eu queria que os responsáveis pagassem por isso, que tivesse justiça. Assim eu lutei muito, muito, a minha vida inteira foi lutar por justiça, por justiça. Pra não ver outras mães chorando e sofrendo pelos mesmos motivos meu. Por uma pessoa que ta ai paga pra te proteger, você ta aqui se escondendo por que eu tenho medo das policia. O pai do M. ele não aparece na televisão por que ele é ameaçado, ele é ameaçado, portanto ele não tem coragem de aparecer. Eu apareço, qualquer coisa que fala, vamos Tereza fala do M. ai, eu vou mesmo, por que agente já não tem justiça e se eu fica escondendo e com medo ai fica pior. Mais eu esperaria que tivesse justiça pra mostrar, ô os cara ta preso ou então os cara ta preso ou então os

cara afastou não ta trabalhando mais saiu da corporação. Eles ta ai fardado, matando, eu vi eles na televisão dando entrevista um deles, por que eles é oito.

Pesquisador: E sobre a violência de maneira geral na sociedade?

Tereza: Eu vejo que cada vez que passa, eu acho que isso é bíblico, cada vez que passa o povo ta perdendo a humanidade, o amor um pelo outro, o amor não ta existindo, ninguém quer ajudar ninguém fala, tudo mundo tem medo. Portanto, todas as testemunhas que foi lá, foram de cara tampadas, teve que mudar a voz das pessoas, com pano na cara para não amanhecer morto no outro dia, você vê isso é uma injustiça. Mais eu não tenho medo e não tenho duvida também não de que foi os policia que pegaram meu filho M.. De que foram eles que fizeram isso com meu filho, não por que meu filho devia, mais foi pro meu filho não fala, como eles queriam o P., foi assim, sumiram com ele pra ele não, por isso que às vezes tenho a esperança de encontrar o M. às vezes eles doparam ele ou puseram ele em algum lugar pra ele esquecer do que aconteceu. Só que eles tiveram tanta oportunidade de pegar o P. sozinho de outro jeito. Talvez seja o destino não é? Meu do meu filho, sei lá, se tem que passa por isso. Mas eu acho que quem paga são pessoas ruins. Eu nunca fui ruim e ele também não.

II – O corpo da vítima – Luto

1. Candido e Magda – pais do Antonio

Magda - E ele foi muito machucado também, as costas dele, meu irmão que viu ele, que eu num vi, tava muito machucada, o rosto dele assim, num tinha nenhuma mancha assim, assim na frente dele, mas nas costa dele disse que tava machucado demais, mesmo meu irmão disse que bateu demais nele, e agente num sabe por que, porque meu filho nunca teve envolvimento com droga, coisa errada, Graças a Deus nunca teve nada disso. Sei que diz que meu filho foi torturado, tava muito machucado, nas costas no braço, no braço dele aqui, ranço isso aqui viro, o pescoço dele tava muito inchado, deslocaram o pescoço dele, meu filho levou um tiro na nuca, que saiu aqui no pescoço, o outro rapaz levou seis tiros, e tudo indica que foi a policia, e eles negam, no começo ele negaram, que eles num, eles disseram que eles só tinha abordado os meninos que eles não tinha matado, se eles aborda os meninos, coloca no carro e horas depois aparece morto, quem poderia ser, só poderia ter sido eles, né, num foi outra pessoa, ai fico nessa ai, ai quando, o corpo

do meu filho foi chegar aqui, na terça feira foi quase sete horas da noite, lá do IML e na mesma noite teve que enterrar ele, tava marcado pra oito horas da noite, porque se deixasse pra outro dia num tinha nem como, porque o corpo estava com mal cheiro, porque como ele já estava congelado, se deixasse pra outro dia, e agente não tinha dinheiro nenhum, né para arrumar o enterro, ai, ia ficar com mal cheiro, então agente teve que enterrar ele a noite mesmo, é uma história muito triste, não gosto nem de ficar lembrando.

Magda - Tudo indica que os dois foram mortos algemados, porque tava o corpo de um jeito assim e assim, disse que o corpo do meu, meu filho tava de bruços, ai com depois de dez dias que agente foi no lugar onde eles tinham sido mortos, nos foi lá pra colocar uma cruz lá, ai agente chegando lá, encontrou com os policiais que estava fazendo ronda lá, e agente procurou, onde tinham sido mortos dois jovens, ele falou, vamos lá que eu vou mostra pra vocês, ai chegando lá, olha o rapaz mais moreninho tava aqui e o mais branquinho tava assim, e o mais branquinho era meu filho, que ele era mais claro, e meu filho tava com pouca distancia do outro, tinha assim uma moita de capim que estava seca e uma poça de sangue, meu irmão mexendo lá achou a bala, dentro da poça de sangue, ai o policial falo não o rapaz mais branquinho tava nesse lugar aqui que era meu filho, e foi o que levo o tiro aqui (aponta para a nuca), e varo aqui, que a bala fico no chão, meu irmão até pego a bala, e eu levei e entreguei pro delegado, tudo indica que eles tava algemado, e vê a distancia que eles mato, pego os meninos bem aqui, levou eles para a saída de Bela Vista, na fazenda que é um lugar tão longe.

Candido - Fica lá no rumo do Parque Ateneu.

Magda - Um lugar tão longe que agente ficou admirada um lugar tão longe, foi levar os meninos pra uma distancia daquela, executo os dois lá assim e deixou lá.

Candido - Ai depois disso lá virou uma desova de cova, de gente lá.

Magda - Ai o que aconteceu agente colocou a cruz lá, as duas cruzes lá onde eles foram mortos, quando foi dia de finados quando agente foi lá, tava enterrando quatro, três meses, isso foi em julho.

Candido - Dia de finados

Magda - É dia de finados. É, pois é ai vai lá, chega lá, a cruz do rapaz, a do meu filho tava arrancada e encostada assim, a do rapaz do outro, cravaram ela todinha de bala assim ô, cheia de bala a cruz do rapaz, quebrou ela todinha na bala, tinha aquele tanto de cartucho no chão assim, agente acha que foi assim, alguém que

queria se vingar dele, a mãe dele conta, que a policia tinha rixa com o filho dela, ela chegou a comentar.

2. Benedito e Nilva – pais de Carlos

Benedito – O que eu espero é o seguinte, que como eles eram conhecidos, é, o jogo que eu faço, ele pode ter dado uma fuga pra ele, ele falou eu peguei esse dinheiro pra fazer isso com você, mais você vai desaparecer por tantos anos, não vai dar nem noticias, eu penso assim né, como se deu esse caso dessa maneira né. Então minha expectativa é essa, porque desde quando aconteceu esse caso aqui nós acompanhamos aqui, quarenta e cinco crimes de homicídio que aconteceu aqui nesse sudoeste de Goiânia até Aragoiânia, Bela Vista, Aparecida, acompanhamos vários crimes que chamou a atenção da gente, ai lá no IML, botemos cartaz dele lá na frente, tem um rapaz lá sobrinho da gente que trabalha lá, ele falou ô tio eu vou trabalhar pra vê né o que aconteceu e até hoje não apareceu nada que pudesse coincidir com ele, por isso eu to na expectativa que meu filho pode ta vivo.

Nilva – Só que, eles quando eles fazem isso (Choro) eles fazem muito seguro porque se não tem cadáver não tem crime.

Benedito – Pois é, aconteceram todos os crimes que deve aqui pela policia e que acharam eles enterrado ali, numa cascalheira ali e já foram vários, acharam dentro de cisterna, acharam dentro de, de até jogado por ai, então na verdade né, e Graças a Deus não encontrei meu filho nessa situação entende, por isso é que eu digo, pode ta né.

Benedito – Como desaparecido é.

Nilva – É porque não podia incriminar como assassino porque não tinha a prova material que era o cadáver. Se fosse incriminado nois podia até sofre consequência, pois se o meu filho aparecesse como ia fica. Eu falei ta certo, se não tem cadáver não tem crime. Se não tem crime não tem punição.

3. Solange – mãe do Fábio

Pesquisador: Era momento de grande transtorno?

Solange: Cinco carros de socorro, SAMU, Bombeiro, resgate, um carro laranja, sabe? (pausa). Aquela UTI, não sei o quê, sabe? Sei que tinha cinco.

Quando eu olhei assim, que eu vi assim aquele cinco carro que eu contei, e o carro da perícia, eu falei assim: Vocês matou meu filho? Aí ele falou assim: Não, matei seu filho não, matei o cachorro. Nossa isso dói. (Pausa – chorando) Jesus. Parece um cavalo, acho que eles foram muito desumanos comigo aquele momento. Quando o tenente chegou, eu esperava eles me deixar entrar pra vê meu filho, eles não deixou. Quando o delegado chegou. Nisso eles levou meu celular que estava aí carregando, quando eu saí do serviço deixei, né. Levou o celular dele. Ia levando uma câmara do fotografica do meu filho, essa ele devolveu. Bem na hora que eu cheguei, que eu vi aquele tanto de carro, que eu vi que o trem tava grave, carro de perícia, eu acho que eu desmaiei, eu tenho certeza pra você que eu tive um passa mento sabe. E alguém carregou minha bolsa. E dentro da minha bolsa, estava os documentos do celular, que tem até hoje, do meu e do dele. Que foi o meu filho que comprou no nome dele. Aí eu falei assim, quando eu voltei de novo, eu falei: Vocês me deixam entrar, eu quero ver meu filho! Como, né? Não! Vai ver não! Lá dentro tem um cachorro. Um cachorro, um cachorro morto, mais outro cachorro. Falei o pessoal vizinho aqui, todo mundo achou que eles tinham matado esse cachorro aqui, ó. Que esse cachorro ficou tramautizado um bom tempo, sabe, ele não podia ver barulho de tiro. Mas, o cachorro na verdade que eles tava falando era meu filho, sabe (chora). Aí eles falaram aí eles disse que ia tirar meu filho, chamou aí ele chamou aí fora, quem aqui da família pode entrar lá pra pegar no cadáver, porque nós não podemos por a mão no corpo. Sendo que eles já tinham feito o que eles queria fazer, né? (Pausa). Não fazia mais importância se eles pusessem ou não pusesse. Aí, saíram de fora. Jogou. Aí tenente, veio junto né. Na frente antes deles vim, pra colocar agente naquele trem, ficou perto de mim, abraçou comigo e falou assim, pra ele assim, ó. Eles queria já empurrar ele dentro do carro, né, que o carro deu uma ré, assim!

Solange: Ele falou: Não! Chega de tanta desumanidade! Ela é uma mãe! Respeita o direito dessa mãe! Ela não tem o direito de ver o filho assim. Aí eles jogou ele com tanto desaforo assim: Pá! Sabe? No chão assim. Ele tava com o olho aberto, a boca aberta. Me olhando, assim. Aquilo, assim, parece que tava quebrado, aqui nele assim, ó, cabeça dele, que parece que fervia. Sabe quando uma água ta fedendo! (chorando). Aí eles me falaram que era o cérebro dele, né. Não sei. E aquela bala tava estufada aqui assim, ó. Um, uns dois dedo,

assim, ó, fora com o coro espixado, assim, sabe. Ficou o buraco, assim, ó, no cimento. Tem o buraco. Assim, eu como mãe, que eu acho que o instinto de mãe não engana, eles executou meu filho deitado, entendeu.(chorando). Inclusive tem uma foto do policial segurando a cabeça dele. Caído assim com uma mão assim, uma arma na mão, o delegado achou um absurdo aquilo. Eles por aquela arma na mão dele. Que não tem como uma pessoa dar um tiro na nuca, igual eles fala que suicidou e ele ainda ter a arma próxima da mão dele né?

Solange: Um tiro na testa. Alojado, o buraco assim, ó, ficou assim, que ele era bem clarim, então aquilo incho, roxiu assim, ficou sabe? Espixou mesmo uns dois dedo a bala assim. Porque a bala que matou meu filho foi de uma ponto 40. Se entendeu? (pausa e inspirou e expirou profundamente, chora) Agente colheu várias, eles é, colheu muitos, eles colheu muito, muito projetos, ainda sobrou alguns. Quase que com muita pressão. Foi chegando gente, foi chegando o superior neles né? E eu acho que eles ficou com medo de chegar mais... né? E eles apavoraram e já foi limpando a área, saindo da área. O perito disse, eu não sei se ele é perito mesmo, você conhece muito bem esse povo, essa laia, eles não presta! Não todos, mas a maioria. Tava escrito perito nas costas da roupa preta. Ele lá vinha com uma mala na mão. Ele chegou em mim, bem aqui, nessa, onde você colocou sua moto, e falou assim pra mim assim: De uma coisa você pode ter certeza, com o dedo aqui, ó, seu filho não suicidou, seu filho foi executado! Eu acho assim, fala com a boca tão cheia, sabe? E outra coisa agente, a policia não chega num lugar, assim, por acaso não! Teve alguma formação, uma informação qualquer, alguém teve ter ligado, sabe, aquele drama dele pra cima de mim. Falei: Ta bom, ta bom, minha tia tava abraçada comigo, né? Eu tornei a passar mal de novo, eu lembro, que aí eu demorei a voltar. Quando eu voltei, acho que o corpo de bombeiro já tava quase chegando (chorando). E aí os policiais, que no meio deles, igual eu falei pra você, no meio dos joios também tem trigo, no meio do trigo tem joio, sei lá. O policial que me carregou, eu lembro muito bem, que meu irmão queria me carregar, que meu irmão passou mal, meu filho passou mal, aí o policial que me levou e pos na cama, e, eu lembro de ver quando eu voltei, eu lembro dele segurando o ventilador, sabe, ventilando, minhas vizinhas, inclusive ela ta até no hospital, internou pra ganhar nenê, esfregando aqui o meu pulso, e esfregando, assim,

menino, sabe, e eu cadê meu filho, eu quero meu filho, eu quero meu filho, nossa são cenas horríveis.

4. Tereza – mãe do Marcos (M)

Pesquisador: É muito compreensivo por que é muito difícil para você ainda deixar o M. ir embora?

Tereza: Ta, ta mesmo eu não consigo sabe. Eles falam pra mim sair da casa, eu falo gente eu gosto daqui é aqui que me sinto bem por que aqui tem a presença dele. Eu fico doida eu pego a cama dele e ponho perto da minha nesse quatro, (chorando) é complicado demais nossa. Eu pego as fotos dele e ponho na parede depois eu vou e tiro tudo de novo, fica aquela coisa ruim. Esses dias que eu fui lavar a coberta do M. eu senti o cheiro dele no cobertor eu falei mais gente isso é coisa da minha cabeça “não to sentindo isso não”, pra mim o cheiro dele tava no cobertor, mais o povo falava que não. Ele era muito companheiro. Na minha separação eu sofri muito mais muito mesmo ele ajudou muito. Ele era muito amigo. Às vezes faltavam as coisas lá em casa, quando eu acordava ele já tinha ido no pai dele pedir as coisas sabe. Eu acordava com ele com a sacolinha lá cheia de trem, eu falava mais o que é isso, “ai mãe eu foi buscar carne pra nois almoça, meu pai não veio trazer, ele ta achando o que? Ele ia buscava verdura, buscava frutas eu acordava, ele já tava lá. Eu não podia nem respirar que ele já tava encima de mim, mãe o que foi não sofre não. Nois vai ser feliz ainda ele jurava que nois ia ser feliz sabe. Ai vem e tira o menino de mim assim do nada. Todo mundo acha os outros, todo mundo acha os outros, só eu que não vou achar? O tanto que eu lutei, eu lutei tanto, eu passei quase eu ano da minha vida no meio do mato procurando esse menino pra ver se eu achava alguma coisa. Ia no IML, não podia saber que tinha um corpo lá que eu ia procurar, chegava lá não era ele. Eu fico pensando será que nunca mais eu vou achar meu filho, nunca mais. (chorando muito). Viver jogada ai igual a um mendigo sabe, acabaram com a minha vida, acabaram com minha vida. É muito difícil. (Pausa longa com choro). Eu tenho que aprender a viver sem ele, eu tenho que aprender. Eu fico vendo os outros e olhando os meninos e vendo M. nos meninos é muito difícil, o M. não ta desse tamanho mais. O M. não ta com doze anos, o M. ta com dezesseis, o M. é homem hoje.

Pesquisador: Você consegue imaginar, se já tivesse encontrado o M. em uma situação que é a pior, o corpo do M. para você enterrar?

Tereza: Eu acho que eu deixaria de sofrer. Eu deixaria de sofrer mais. Eu acho que meu sofrimento diminuía. Se eu encontrasse e falasse que é do M. eu acho que eu deixaria de muita coisa. Eu deixaria de sonhar sabe, eu deixaria de esperar ele, eu sabia onde ele tava. Eu ia lá vê ele, eu sabia que ele tava ali naquele lugar, que era ele que tava lá. Ai eu acho que meu sofrimento passava um pouco por que eu deixaria de ter muitos sonhos que eu tenho, de manter as coisas no mesmo lugar, de deixar as coisas dele guardadas esperando ele chegar, mesmo que não sirva mais pra ele mais mostrar pra ele que eu não tinha esquecido ele, que tava lá as coisas dele, porque eu tava esperando, porque eu tinha esperança, porque eu tinha fé que ele voltava. Se eu achasse, eu acho que muita angustia minha passava muita mesmo.

III – Religiosidade

1. Cândida e Magda – pais do Antonio

Magda - Quando acontece isso com o filho da gente, agente pensa, porque que eu num morri, porque que Deus não me levo, ai tem pessoas que chega na gente e fala, não pensa assim não, porque tem seus filhos também que precisa de vocês, Deus levou ele, ele ta bem, agora vocês tem que pensar nos outros filhos que vocês tem pra cuidar, porque na hora da dor agente fala coisas que agente não deve né, as vezes agente pensa em ir até junto, pensando que o problema vai vai acabar, com a morte, mas se agente morrer como é que fica, e os outros filhos, eu mesmo na hora que meu filho saiu daqui eu, eu pensei porque Deus não me levou no lugar do meu filho, imagina se ele tivesse me levado, depois agente para e pensa, não é assim não, eu ainda tenho meus filhos pra cuidar, o que seria deles sem min.

Pesquisador:- Então hoje o sentimento é outro?

Magda - Hoje o sentimento é outro, agente busca conforto, procura viver na paz.

Candido - Procura incomodo (*se referindo a ficar mais atento aos outros filhos*) com os filhos.

Magda - Busca mais ouvir a palavra de Deus pra da conforto na gente é isso ai, porque agente sem Deus, não somos ninguém.

Magda - Agente, é assim um sofrimento tão grande assim, mas agente procura, vive por onde assim, de, agente num esquece, agente lembra todo instante, eu lembro dele cada minuto, cada segundo eu lembro dele, tudo que eu faço fico lembrando nele, mas agente pede pra Deus da conforto pra gente né, porque é a única solução, porque não adianta fazer nada.

2. Benedito e Nilva – pais do Carlos

Benedito – Na verdade não foi falta da pessoa luta através do comitê, não é falta da gente luta eu bati nas portas de a onde podia estar batendo nas portas eu fiz né, mais na verdade não tivemos nem um resultado né, por que acabou, é interrompi todos os meus, as minhas entradas, não tive mais onde eu podia ir e ai eu fiquei totalmente de braços cortados né, mais como diz, como aconteceu isso ai, eu entreguei na mão de Deus, meu Deus faz o seguinte, se ele (se referindo ao policial envolvido no sumiço de seu filho) tirou a vida de meu filho, com certeza a justiça de Deus vem e cobra dele né, se ele faz um beneficio para ele pois ninguém sabe o que aconteceu, se ele ta vivo ou se ta morto, Deus vai dar a recompensa pra ele, do jeitinho que ele fez com o filho Deus vai cobrar com certeza né, então creio desse jeito. Pela justiça nossa aqui eu procurei, fiz tudo até não ter mais jeito interromper as minhas entradas né, não tinha mais aonde eu fosse.

Nilva – E ai é o seguinte, muitas coisas eu não sei lhe responder por que se agente não sabe é melhor não responder nada. A única coisa que eu tenho certeza é que Deus não vai me desamparar e vai me dar força e ele também não vai me tirar daqui que eu vou ficar pra mim esperar, achar, resolver a situação, porque Deus não me deixa a solução. Quanto a sociedade o que vejo hoje a sociedade ta muito assim estranha, hoje ninguém tem mais amor ao próximo, não tem mais aquela harmonia que tinha, hoje é como se diz é olho por olho é dente por dente e por ai vai.

3. Solange – mãe do Fábio

Solange: Não só o homem, mas como a mulher também. Então eu quero justiça, eu sei que nunca será tarde. O dia que Deus ver e verdadeiramente me enviar essa justiça, eu quero um esclarecimento. Eu te juro por Deus, eu oro todos os dias, meus joelhos tão calejados de orar e pedir a Deus, eu queria que Deus passasse

assim, ó, (chora) limpando da minha mente, (pausa) que eu esquecesse (chora), apesar de tudo (chora longamente) tem a foto dele que tirou do caixão, você se ver que tava as escoriações, sabe? As cópias que eles tirou as fotos dele eu só tenho xerox, tal de xerox, borrado e feio não é? Eu queria, e igual eu falei. Disseram não Solange é muito sofrimento pra senhora, senhora olhar as verdadeiras, original. Mas eu queria. Quem que segura pra mim (emociona). Eu tenho que ser muito forte, eu seguro na mão de Deus todos os dias. Eu sempre ergui a minha cabeça, que eu sou uma pessoa muito, mas muito, muito, muito, muito fiel a Deus. Sou crente a Deus o tanto que você pensar. Então todos motivo que eu tem passado, que lá na palavra de Deus diz o seguinte: Da árvore não se cai uma folha sem a permissão do pai. Eu acredito que Deus permitiu que acontecesse isso com meu filho. Deus me deu esse fardo, porque viu que eu era suficiente para carregar, né? Mas minha vida mudou muito, por mais que eu tento que eu quero, eu não consigo.

4. Tereza – mãe do Marcos

Tereza: A dor é tão grande que você passa até ser ateu na vida sabia. Que eu se você falar assim, e sua religião, eu não tenho religião e seu Deus, que fé que você tem em Deus, eu vou falar nenhuma, você passa a ser um, sei lá. Hoje não estou acreditando nem em Deus hoje, onde Deus tava numa hora dessas sabe, pra ter deixado acontecer isso com meu filho, porque no mesmo instante que eu penso que ele ta bem ele pode ter partido dessa pra outra. Desse jeito e porque que ele foi desse jeito, um inocente doze anos meu filho era uma criança, uma criança de tudo, ai eu penso onde Deus tava nessa hora pra deixar meu filho ir desse jeito. E porque que eu tinha que pagar por isso, se tem algum que tinha que pagar não era eu. Porque o pai dele já matou uma pessoa também sabe. E no início o pai desse menino (que foi assassinado) falava que ele ia paga, que ele ia tirar uma coisa que ele mais amava na vida. Então eu passo nisso também, entendeu, porque na época (na qual o M. sumiu) o pai desse menino tava preso e ele era ruim, esse homem. Ele sempre falava que o pai do M. ia pagava por isso. Então são muitas coisa se for pensar né. Eu falei quem sabe é o pai dele que ta pagando, mas porque que eu tenho que pagar.

IV – Imprensa

1. Benedito e Nilva – pais do Carlos

Benedito – Tudo que nois podia fazer nois fez, nois distribuímos panfletos por todo lado, fizemos matéria na televisão que saiu até na Internet. De vez enquanto chamo a imprensa aqui para fazer uma matéria aqui para lembrar. O que teve pra nois fazer pra meu filho aparece nois fizemos tudo, tudo, o que as pessoas falavam, faz isso, nois fazia. Botemos no rádio, na televisão. Temos uma recompensa, pequena mais temos.

Benedito – Tivemos oportunidade de falar na rádio 730, de conversar com o pessoal acusado. Tudo nois fizemos. Batemos em porta de delegacia. Reviremos até cemitério pra ver se não tinha até enterro clandestino. Colocamos 50 pessoas do corpo de bombeiros rodando toda a região e outros municípios procurando.

Nilva – Em termos de divulgação assim, tivemos os procedimentos corretos agente fez.

Benedito – Procurei alternativas, recomendar as pessoas pedindo que traga alguma noticia. Converso muito com muitas pessoas, eu aqui sou muito conhecido. Mais até hoje nada, sempre os especulador tem muito, o que só machuca agente mais ainda.

2. Solange – mãe do Fábio

Solange: Hoje se você é vítima duma violência tem onde recorrer, vai lá na assembléia, lá né, que você tem onde você receber apoio e unir com nós. Aí depois, assim toda reunião eu tava, todo lugar eu tava, todo lugar eu tava, todo jornal, livro, já entreguei pessoalmente livro, que gente pede que eles escrevam sobre a violência e eu tava na página, né, entreguei pessoalmente lá pro Edson, lá o coronel né, agente fui na assembléia, você conhece ele?

Solange: Era. Dr. Sheila, não sei se você conhece, né? Dra. Eliane, que é psicóloga também, né. A quem eu implorei muito, eu implorei pra trazer a dra. Eliane, eu falei gente, pelo amor de Deus, convoca uma imprensa do jornal nacional, por que a mídia, quando, é igual ela falou mesmo pra mim. Um dia ela me explicou, ela falou assim: “Solange tudo a senhora tem sucesso enquanto a mídia ta encima, a hora que a mídia abafa, né, acaba. É um silêncio.” E é verdade, se vê, nos início, Diário da Manhã, Popular, todo mundo queria ver entrevista minha. Hoje, ninguém nem fala.

Solange: Se pode vê que quando tem qualquer coisa na Assembléia (Legislativa do Estado de Goiás), ou algum lugar que a imprensa ta encima, eles me procuram. Porque eles me procuram? Porque é o foco deles vender, vender matéria, porque eu falo, eu desabafo né? E a fala ainda fica grande. Eles me põem sempre em destaque. Fale não, eu sofri já muito.

3. Tereza – mãe do Marcos

Tereza: Pra mim foi bom eles me ajudaram muito, mais assim, imprensa esse trem eles é só mídia. Hoje quando eu ligo e falou, você podiam publicar pra mim, hoje é aniversário do M., só para as pessoas lembrarem, eles falam ta bom eu vou ver aqui e nada acontece. No começo eu tive muito apoio, sempre que eu ia à corregedoria, no Ministério público, podia ta cheio de gente lá que eles me atendiam, eles podiam ta em reunião, assim só pra saber noticias mesmo por que se teve alguma novidade ou noticias, por que ele ficava sabendo primeiro que eu.

V – Culpa

1. Benedito e Nilva – pais do Carlos

Benedito – Ele teve um desafio com um cara ali num salão dançante por causa da mulher dele que morava com ele, ela é uma grande culpada né, ele tava lá no salão dançando e ai deparou com ela sentada na mesa com o cara ai ele foi e agrediu ela. E o cara que tava com ela era o tal capitão da policia reformado e ai começou aquela perseguição prenderam mais no outro dia soltaram. Ai passou aquela perseguição contra ele e procurando, procurando, procurando quando foi um dia, 03 de março nessa data, foi dia de carnaval ai ele saiu trabalhou o dia todo e veio aqui, acho que ele lançou aqui e saiu ali para um joguinho, teve jogando lá um jogo, depois foi para uma festa ali tinha um bar ali e fazia festa lá, ai chegou uma cara que é da policia e berrou a mesa dele assim ele tava com outros colega lá, um mulher que é muito amiga dele mais um colega dessa mulher e colega dele. Ai ele bateu na mesa assim e falou opa tudo bom, tudo bem! Ele falou vamos tomar uma cervejinha mais eu, ele falou não (meu filho convidou o soldado que tava a paisana pra tomar a cerveja) ele falou não eu to com pressa. Arrudiu lá no barcão, pegou lá uma lata do

não sei do que e saiu e foi embora ai logo após uns 10, 15 minutos chegou uma viatura, procurando quem era o “Lair” ali, lá na mesa dele, foi ô você ta preso. Mais porque, to preso? Fiz nada. Pois é você ta preso. Tem que ir lá na delegacia lá procê prestar esclarecimento lá porque. Você ta sendo acusado de te violentado uma mulher né e a ordem que nois tem e de levar você algemado. Ai ele falou, não mais, me leva algemado não precisa eu vou com vocês, mais não precisa eu não to armado eu no to reagindo a pressão né. Ai pegaram e levaram lá pro 4º distrito no Garavelo. Chega lá eles liberam ele porque não tinha acusação nenhum pra ele, liberam, mais como era tarde por volta de duas, três horas da madrugada, ai essa caboco que passou primeiro na mesa dele a paisano (anteriormente lá no bar) chegou lá deparou com ele lá, “que quê ta fazendo aqui negão”, chama ele de negão, “que quê ta fazendo aqui negão”, não me trouxeram pra cá mais não tem nenhuma acusação liberam vou embora pra minha casa. “Vai lá pra sua casa?” Vou. “Eu te dou carona, eu te dou uma carona”. Não vou chama meu pai, que meu pai vem me buscar aqui. “Não moço eu vou pra lá eu te levou sou seu conhecido tal”. Então foi a derradeira vez que vi meu filho né, ele desapareceu. Chamamos ele lá no quartel onde ele tava lotado, não sei se ta lá ainda, ai de frente o comandante ele, mandou chamar ele lá e ele negou que não tinha dado carona pra ele né, negou que não tinha dado carona pra ele, ai mais teve uma gente do 4º distrito que falou que viu ele dando carona pra ele, ai depois ele voltou atrás na hora, “eu dei carona pra ele mais eu deixei ele lá no ponto de ônibus lá no Garavelo, e outra hora ele fala “não o carro cabo a gasolina ele não quis espera pegou um moto táxi”.

Pesquisador – Cada vez é uma história!

Benedito – Cada vez é uma história! E sem dúvida nenhuma o culpado é ele mesmo, o suspeito é ele né, esse cara ai e daí pra cá até hoje eu não vi meu filho mais. É difícil rapaz né, uma coisa muito desagradável. E a coisa começou nesse capitão lá, diz que esse cara lá, ele trabalhou muito tempo na policia lá em perto de Brasília, como é que é (Buscando na memória).

2. Mário – irmão do Cláudio

Pesquisador: E você como ficou em relação ao seu irmão?

Mário: Muito triste até hoje. Praticamente quando ele passou a tomar esse novo rumo na vida dele parecia que nós não era nem irmão. Ele sempre teve as amizades

dele totalmente diferente das minhas, nós não saíamos, conversava muito pouco. Tanto que eu conversava bastante, com algumas amizade que eu tinha, ele também fazia isso, mais só que com as outras amizades. Nós, quer dizer, nós foi ficando distante, eu não queria envolver com ele para não envolver com as amizades que ele tinha. Eu acho que desde pequeno, eu é Cláudio nós, quer dizer nós brigava muito, infância, adolescência, nós briga muito mais é tudo coisa de adolescente de criança, tanto que eu lembrava, as boas lembranças que eu tenho é tudo disso. Toda vez que eu lembro eu fico fraco (se referindo a chorar). Pausa com choro. Ai de um certo tempo.

Pesquisador: Esteja muito tranqüilo diante de essa emoção, pois é recente a perda do seu irmão. Mais você dizia da amizade de vocês...

Mário: (Chorando). Na verdade foi um sacrifício que eu tive de fazer, abandonar ele pra não se envolver que eu sei se eu aproximasse dele eu ai acabar envolvendo com as amizade que ele tinha e eu não queria isso pra minha vida e também não queria pra vida dele. Eu penso assim, eu sei que eu podia me aproximar dele tentado ajudar, mais eu penso assim minha mãe fez de tudo. Eu acho que um filho ele deveria ouvir, pela lógica ele ouve mais a mãe que um irmão. Eu penso assim se minha mãe conversou com ele e ele não quis mudar, eu penso assim eu também não conseguiria. Eu orientava mais minha mãe do que tentava ajudar ele.

Pesquisador: Você pretendia fortalecer mais sua mãe, para ela segurar a situação com ele.

Mário: Eu tinha muito medo de me envolver com isso. Eu to sofrendo muito por causa disso, tem hora que eu penso assim, se eu tivesse aproximado dele, por mais que ele tava nessa vida pelo memo eu tinha feito alguma coisa. Na hora pensar que tinha amigo dele, assim do lado e não pode fazer nada. Eu penso assim se eu tive do lado dele tinha feito alguma coisa, nem se tivesse, eu sei que eu ia envolver com ele, nós poderia até acaba junto, né. Igual você falou né, perdeu uma vida mais preservou outra, mais agora eu fico assim com uma sensação até de culpa tem hora.

Pesquisador: Um sentimento por algo que poderia ter sido feito?

Mário: Eu fico com a sensação de culpa, ter distancia do dele não ta próximo, mais eu penso assim minha vida é totalmente diferente da dele. Eu tenho duas filhas, eu pensava muito nas minhas filha. Eu andava com elas com medo assim, de algo de ruim acontece com ele e acaba acontecendo comigo também. Ai isso me obrigou a

tomar uma certa distancia dele, tanto que até a adolescência, até os vinte ano, nós chegava a sair, nós ia junto lá pro setor. Saia junto de vez em quando, depois nunca mais. Todo final de semana nós saia, mais nunca saia junto. O ano passado nós chegamos a sair junto uma vez e eu faço muita lembrança disso, foi o último encontro, nós chegou a sair nós dois fomos a um show que foi muito bom, aproveitamos muito e divertimos muito. Eu fico muito triste, eu penso assim eu tenho tanto amigos que se for analisar é o irmão próximo que eu não tenho, tanto que eu até classifico alguns amigos como irmão. O que me faz ter essa sensibilidade (chorar) é de lembrar aquele fase que nós convivemos junto. Foi depois dessa mudança é que distancie dele, não foi só eu mais muitas pessoas do bem continuava com a amizade com ele mais distante para não se envolver.

3. Solange – mãe do Fábio

Solange: Aí na terceira vez eles já não levaram ele, se vê. Entraram dentro da minha casa, quatro homem, que meus vizinho viu, escalou o muro daqui. Escalaram o muro daqui, subiram, não tinha cerca, estava arrumando pra por a cerca, sabe. (chorando). Que meu filho me pediu, ele falou: Mamãe, põe cerca elétrica, põe câmara. Falei filho, você tá sendo ameaçado, meu filho? Que o, o, o de o coronel falou pra mim, falou pra ele: o Fábio, qualquer ameaça você tiver, você pode recorrer, no Ministério Público, né? Quando agente foi lá fazer essa, essa queixa, que foi o dia que eu cheguei uma hora da manhã. Quando eu cheguei aqui em casa, e falei: Filhos agora vocês vão banhar, que meu filho caçula tava na Cevel, vocês vão banhar, enquanto mamãe faz a janta, que aí, assim, enquanto vocês janta mamãe banha né? Se vê, uma e meia da manhã. Eu to. Quando eles tira a roupa perto de mim, ele tirou a camisa assim, né. O Bento (o irmão) tirou o uniforme do trabalho e ele tirou a camiseta. Aí foi a mesma coisa que você tivesse cortado meu coração. As costas dele toda riscada de faca. Furada assim ó, bem aqui assim, sabe. Furado mesmo! Tava sangrando. Aí eu fui olhar ele em detalhe, lógico, cheguei de pertim dele e falei: Meu filho o quê que é isso, meu filho? Ele falou: Oh! Mamãe eu não morri hoje foi por Deus. Acho que é porque a senhora tem muita fé em Deus a senhora ora muito. Foi por Deus que eles não me matou mamãe. Eles me afogô, eles me marraram trem no meu pescoço, sentava em cima de mim mamãe. Eles... Mamãe do céu, eles me judiou demais, mamãe! Mamãe foi não sei

quantas hora de tortura. Se vê, eles pegou ele aqui era três horas da tarde (emociona). Eu fui pegar meu filho uma hora da manhã. Com certeza eles tava ó, torturando ele o tempo todo né? Aqui ó, puseram pano moiado nele, assim, pra botar choque. Aí eu fui ao Ministério Público, no outro dia cedim. Falei não meu filho, eu vou fazer uma denúncia, não posso deixar mais acontecer o que ta acontecendo, já é a segunda vez que faz isso. Ele falou: Mamãe posso te pedir um favor? Faz isso não mamãe ele vai me matar. Eles falou que vai me matar. Eu falei: Por isso mesmo que eu vou no Ministério Público! E eu tenho um arrependimento. Eu não devia ter feito aquilo, né? Eles marcaram pra matar meu filho. Tu acredita que foi por causa disso. Que eles falo pra ele que, que aquele dia ele tinha escapado, mas depois ia matar mesmo né.

4. Tereza – mãe do Marcos

Tereza: Eu acho que o pai do M. sente mal também. Eu acho que ele sofre também, que ele sofre, ele tinha muito defeito, mas com os meninos ele era muito bom. Ele era bom pai e ele era muito apegado com o M. que o M. era muito carinhoso. Eu acho assim que ele sente assim um pouco de culpa também, portanto, ele cobra muito de mim em relação ao outro menino meu. Que quando ele vai lá pra casa ele me liga perguntando se o menino chegou, se o menino saiu pra rua, ai depois ele fala, é que se acontecer alguma coisa com ele se vai vim pra cima de mim, tudo que acontecer com ele eu que vou ser culpado, apesar que eu não culpei ele, nunca joguei na cara dele. No começo ele me ajudava muito.

Tereza: Assim se eu precisava ir num lugar. Ele parou a vida dele também. Por exemplo, se tivesse uma mata e se eu pensasse naquele lugar eu pegava e ligava pra ele e fala que queria ir lá. No início foram muitas as história de que eles tinha jogado o corpo dele (M.) em uma cisterna sabe, numa chácara que tinha cheia de cisterna, ai eu tinha que ir. Ai eu tinha eu sonho de conversar com o Lula (Presidente), olha minha idéia (sorrindo). Sei que eu fui umas seis vezes a Brasília naquela esperança que o Lula ia me ajuda. Não dava eu chegava perto de muita gente, mais dele não. Do mesmo jeito era com o Marconi Perrillo era o meu sonho encontrar com ele também. O Marconi era todo dia, todo dia, eu acho que eu fiquei uns seis meses indo lá.

Pesquisador: Você sente culpa de alguma forma?

Tereza: Eu preciso de algum para mim ajudar, eu preciso arrancar essa dor que sinto por dentro, essa saudade assim, às vezes eu to boazinha assim alegre de repente me bate aquela coisa, ai eu fico pensando o M. vai achar que é esquecimento, tem hora que eu acho que to ficando até doida. Eu to aqui rindo, mas onde será que ta meu filho essa hora, será que ele ta comendo. Pra mim a hora mais ruim do dia é de manhã e não a noite, sempre as pessoas tem medo é da noite, pra mim não é de manhã. (Chorando) Sabe minha vida mudou, mudou todinha. Eu não tenho um sonho sabe, eu não tenho sonho. Parece que minha vida parou ali, todo dia é igual. Se eu tivesse um noticia do M., assim, igual você falou, mesmo que fosse o pior, pelo menos acabaria essa angustia minha, esse sonho meu sabe. Que eu sei se tivesse acontecido ele tava com Deus, ele tava melhor do que eu pelo menos não tava sofrendo. Eu quero mudar, eu quero viver sabe. Veja três anos eu não vivi minha vida parou. Então eu queria viver ter sonho igual todo mundo tem. De ter as coisas, trabalha e possuir alguma coisa. Pensar, a amanhã vai ser diferente, amanhã eu vou fazer isso eu vou fazer aquilo. Até para comer é difícil. Eu vou indo bem, comendo e engordando eu acho bom. Ai passa um tempo eu não tenho vontade de comer, de fazer nada. Ai eu penso meu Deus do Céu se eu não precisasse de trabalhar eu não nem ia levantar dessa cama e sai daqui. Nossa é muito difícil, eu quero mudar. Eu peço ao M., “meu filho me ajuda a viver sem você”, eu quero viver, porque eu acho que nem eu vivo e nem deixo ele, onde quer que ele esteja. Eu quero parar de sofrer não agüento mais chega. Quero dar continuidade a minha vida. Minha parou. É o tempo todo, o tempo inteiro, uma coisa só. Até que as pessoas que tava ao meu redor, minha família me ajuda me dá apoio, minha mãe comprou uma casa ao lado da minha pra ta junto comigo. E minha mãe tem setenta e quatro anos. E às vezes eu nem sofre perto dela pra não passar pra ela. Porque eu tenho medo de perder ela também. Meus irmãos me ajudam muito sabe, eles sempre acompanharam meu sofrimento, desde que eu casei, eles são tudo pra mim, pro meu filho e pro M. também. É tão bom, no dia de domingo reúne eles tudo, faz almoço, conversa e passa o dia todo junto. Eu sou assim tipo, eu não sei nem como falar, pra eles, pela minha força que eu tenho eles me admira muito, pelo que eu passo pelo que eu tenho e to vencendo. Eu vou vencer se Deus quiser. Ajudou muito a unir a família até primos que antes nem tinha contato hoje ele já reúne lá em casa. Sempre tão comigo, sabendo que sempre que eu precisar posso contar com eles, eu tenho muito apoio deles. Antes eu tinha desistido mais agora eu quero

ajuda, quero mudar minha vida, ter sonhos. Ter objetivo ao levantar de manhã, minha vida ta muito vazia, ter metas. Eu preciso conversar com meu menino (se referindo ao filho de dezoito anos) mais eu vou deixando pra lá e o tempo vai passando.

5. Candido e Magda – pais do Antonio

Candido - Agente foi no local onde mato eles lá, agente viu lá, as vezes eu to assim deitado pensando, fico pensando, naqueles momentos que ele passou, as vezes quando eu to assistindo um jogo de futebol, que cai um ali e fica com dor, aquilo pra min é um remorso, até saio de perto, pra num, porque eu fico numa lembrança.

Magda - Depois disso agente num gosta de vê coisa de espancamento né, judiado assim é tão triste agente tem dó de ta vendo.

Candido - O meu filho era uma pessoa, que se fosse mata um inseto no chão, pra que, faz isso não.

Magda - Ele era uma pessoa assim tão bondosa que se ele visse uma barata em algum lugar, a pessoa gosta matar né, ele, não mãe não mata a bichinha não pra que? Ele não faz nada com ninguém, mas tem que matar, mata não, como vou deixar esse trem ai, ele era uma pessoa boa demais, inclusive ele tinha, porque as vezes batia pessoas na porta pedindo as coisas, ai eu tinha feito compra, ai esse dia passo uma pessoa pedindo uma ajuda, ai ele pego entro aqui dentro, pego um pacote de arroz e deu pra pessoa, eu num gosto nem de lembrar disso, ai cheguei em casa danei com ele, falei meu filho, pego um pacote de arroz e vai da pros outros porque você num pegou uma coisa mais, porque você num pegou um pouco de arroz que tava na lata pra pessoa, mãe, se não acha bom receber as coisas dos outros, você trabalha, meu pai trabalha, o que qui custa, pegar um pacote de arroz e da pro homem ele precisava, ele era pobrezinho, (se emociona e chora) ai ele pegou e deu o arroz pra ele, ai depois eu parei e olhei assim, ta certo, ai eu pedi desculpa pra ele, você me desculpa por ter falado pro cê, eu sei que você esta certo, ele falou assim, mãe não faz isso não, agente tem que ajudar as pessoas, agente não pode só pensar na gente não, então eu me lembro disso assim eu sinto dor dentro de min, no dia que eu danei com ele por causa disso, que ele deu, e não achou bom não. Ele era uma pessoa muito bondosa ele.

Pesquisador:- Então o que ele te ensinou, com isso, com esse gesto?

Magda - Que agente não deve ser ruim né, pros outros que agente tem que ajudar o próximo, isso me deixou muito, fiquei muito triste com isso, pensei meu Deus como pude ter danado com meu filho, ai eu fico pensando, ele era uma pessoa muito boa não merecia ter morrido do jeito que ele morreu não.

Candido - As vezes o incomodo aumentou muito mais com esse outro, as vezes ele chega do serviço eu fico olhando se ele vem. Ele sai 5 horas do ponto de ônibus, pra esperar ele que vem do serviço, que eu não tenho confiança neles ai (se referindo aos policiais) eu fico esperando.

Magda - E ele sai duas horas do serviço né, e a hora que ele chega aqui é dez e meia onze horas e dez, ai meu marido fica preocupado, fica pensando, e a menina também que ela entra as duas e a hora dela sai é dez e quinze da noite, e o horário dela chegar aqui também é onze horas, então agente fica preocupado, quando os filhos não chega do serviço agente não fica despreocupados, é uma coisa assim, a policia ta na rua, mas agente não tem aquela confiança mais, depois do que aconteceu com meu filho agente não confia mais, porque antigamente, antes de acontecer isso com meu filho agente confiava na policia, a policia ta ai bem pertin de casa bom demais né, num vai acontecer nada de ruim, mas nos se enganou, porque eles trabalhando bem aqui na porta e aconteceu com meu filho aqui.

6. Mara - Esposa do João

Mara – Na verdade são duas pensões, um salário do Estado de Goiás e ou do INSS. Com esse dinheiro acabou que eu retirei ele (Divino) da escola pública e coloquei em uma escolinha particular ai eu já pago, esse dinheiro da pensão é para ele para as coisinhas dele, pago um cursinho, pago a nataçãõ, para cuidar dele. Não dá muita coisa mais dá para cuidar um pouquinho mais. Ai se sai atrás de trabalho para alimentação e outras coisas. Mais é enTerezado que até na hora que você pega esse dinheiro você lembra assim, você sabe que aquele dinheiro é fruto do que aconteceu, é um dinheiro como se, não sei, eu não me sinto bem para usar ele em outra coisa já que foi aquilo então tenho que usar com ele (Divino) para as coisas dele, para resolver as questões dele. A mesma coisa eu sinto lá na casa, e ele também sente, engrado não! É como se fosse assim fruto de sangue, a questão da nossa casa pelo fato dele ter morrido (João) lutando pela moradia, então quando agente entrou na casa eu chorava o tempo inteiro ai veio mais aquela lembrança. E

o Divino também, até que agora ele parou, antes ele fazia desenhinhos, sempre quando ele fazia desenho, antes de acontecer isso com o pai dele, ele fazia desenho de casa, de irmão porque ele é filho único e tem vontade de ter irmão é o sonho dele, ele sempre fazia desenho de uma casa, de irmão e desenho de família e agora eu tava até olhando, ele sempre faz muita carta, nunca deixou de fazer o guarda roupa dele é cheio de carta para mim, e ai as cartinha dele já é mais diferente assim fala que gosta de mim, senti muita saudades do pai dele e que agente ta na nossa casa, mas que ele preferi não ta e que preferia ta em outra casa mas que agente tivesse juntos, as cartinhas dele agora é diferente, e eu também penso assim da mesma forma, na verdade eu e ele, agente não é feliz lá naquela casa, naquele local apesar de que agente fala que vai ter que ficar ali, porque agente lutou por aquilo, então agente tem que ficar mais não é feliz.

VI – Saúde psíquica

1. Mara - Esposa do João

Mara – Estou enfrentando a questão de criar ele (meu filho) e até essa questão do trauma, eu percebo e costume até comentar isso lá em casa com minha mãe é como se eu tivesse tido duas fases, uma antes lá do Setor, com tudo que aconteceu, com a morte do João e uma fase depois. É como se ele (meu filho) tivesse se transformado em duas pessoas, hoje ele é uma, ante ele era outra. Modificou-se bastante! Antes ele era um menino, assim, feliz, alegre, um menino diferente. E hoje não ele é menino mais recatado mais queto, que fala assim que vai estudar, que vai fazer direito, vai defender o pai dele nos tribunais e tal, tem toda essa força assim, que gosta de vir para as reuniões do comitê, fica bravo quando eu não trago, quando agente fazia os atos lá na praça do Bandeirante ele acordava as cinco da manhã arrumava, vestia a camisa, assim ele tomou gosto pela luta, do lado dele eu percebo, mas as vezes de madrugada eu acordo, tipo assim ele tá acordado, tá chorando ele ainda lembra assim.

Mara – Acho que é uma coisa, não sei bem é uma questão que não tenho palavras, com o que aconteceu é um trem que você vai levar pela vida inteira, tem hora que eu entendo assim a situação do Divino, porque até eu também é como assim você não apaga aquilo, você vai levando, levando e tal você tem que continuar a vida também. Eu peguei força até pelo fato do meu filho, na época eu tive muita

depressão, perdi 10 quilos, fiquei muito tempo fechada, resolvi sair de dentro do quarto por conta dele. Na época ele tinha 9 anos. Ai eu tive que sair do quarto, falei vou ter que seguir minha vida, vou ter que seguir caminho, seguir a caminhada por conta do meu filho que tá precisando, e mais assim é difícil você não esquece, não tem como esquecer, vai fazer quatro anos, não tem um dia desses quatro anos que eu não lembrasse do que aconteceu, sempre vem aquele coisa, assim na sua mente.

Pesquisador – Essa pensão é do INSS ou do governo do estado?

Mara – Na verdade são duas pensão, um salário do estado de Goiás e ou do INSS. Com esse dinheiro acabou que eu retirei ele (Divino) da escola pública e coloquei em uma escolinha particular ai eu já pago, esse dinheiro da pensão é para ele para as coisinhas dele, pago um cursinho, pago a natação, para cuidar dele. Não dá muita coisa mais dá para cuidar um pouquinho mais. Ai se sai atrás de trabalho para alimentação e outras coisas. Mais é enTerezado que até na hora que você pega esse dinheiro você lembra assim, você sabe que aquele dinheiro é fruto do que aconteceu, é um dinheiro como se, não sei, eu não me sinto bem para usar ele em outra coisa já que foi aquilo então tenho que usar com ele (Divino) para as coisas dele, para resolver as questões dele. A mesma coisa eu sinto lá na casa, e ele também sente, engrado não! É como se fosse assim fruto de sangue, a questão da nossa casa pelo fato dele ter morrido (João) lutando pela moradia, então quando agente entrou para dentro da casa eu chorava o tempo inteiro ai veio mais aquela lembrança. E o Divino também, até que agora ele parou, antes ele fazia desenhinhos, sempre quando ele fazia desenho, antes de acontecer isso com o pai dele, ele fazia desenho de casa, de irmão porque ele é filho único e tem vontade de ter irmão é o sonho dele, ele sempre fazia desenho de uma casa, de irmão e desenho de família e agora eu tava até olhando, ele sempre faz muita carta, nunca deixou de fazer o guarda roupa dele é cheio de carta para mim, e ai as cartinha dele já é mais diferente assim fala que gosta de mim, senti muita saudades do pai dele e que agente ta na nossa casa, mas que ele preferi não ta e que preferia ta em outra casa mas que agente tivesse juntos, as cartinhas dele agora é diferente, e eu também penso assim da mesma forma, na verdade eu e ele, agente não é feliz lá naquela casa, naquele local apesar de que agente fala que vai ter que ficar ali, porque agente lutou por aquilo, então agente tem que ficar mais não é feliz.

Pesquisador – O que modificou na sua família?

Mara – Acho que tudo. Engraçado eu não sei se foi bem a minha religião, mais eu foi criada por pai e mãe e tudo na sua vida, mas ai você casa e constrói a sua família, casa e vive a vida inteira, meus pais ficaram junto a vida inteira a gente sempre teve isso como exemplo. A minha família mesmo passou a ser meu esposo e meu filho. É como se minha família tivesse acabado, acabo, hoje é eu e meu filho, mas é como se a parte principal dela não existe mais é como se tivesse acabado. Modificou também porque ai destrói a nossa família, destrói, mas o que ficou agente pode juntar e criar forças para seguir em frente com o pouquinho que ficou, hoje eu vejo assim, mas que ficou destrói ficou. A gente tinha uma vida inteira pela frente, agente era jovem, tinha plano de ter outro filho, não tinha ainda porque não tinha uma casa e as dificuldades que já passava só com o Divino. Pensa assim ele (João) estava estudando, tinha acabado de prestar vestibular e correr atrás para fazer esta faculdade, acabou é como se você se levantasse das cinzas com o restinho que ficou para continuar.

Mara – Espero uma vida melhor, um mundo melhor não só para ela (família) mas pra todo mundo, todos. Que meu filho não venha ter que ocupar terra, que ele estude, quer ser militante que seja militante, que ajude as pessoas mais oprimidas mesmo, as pessoas que são discriminadas de tudo, os que não tem direito a nada, até tem mais não sabe, que ele estude se forme e viva bem assim. Também, eu quero estudar, eu to correndo atrás vou fazer um cursinho, to querendo prestar o vestibular para direito também. Lá na comunidade no Real Conquista o sonho meu é fazer um memorial para não perder a historia, luta para que não morra a luta do povo. Corri atrás para a questão da praça, conseguimos duas, uma que foi inaugurada com o nome do João e que ela seja construída pela comunidade pois ela mesma começa a cuidar da praça. Pretendo me casar, ter outro filho e o Divino pede, já conversei com ele sobre isso e ele entende. Isso não quer dizer que eu esqueci o João e tudo que aconteceu, ele não ta mais aqui, não faz parte desse mundo e que agente vai continuar lutando pela justiça, eu vou ter minha vida, daqui um tempo ele (Divino) cresce vai casar, construir a família dele e eu não vou ficar sozinha em casa e ai ele entende isso. Eu vou casar, vou ter uma menina. O João me deixou como herança, o Divino, a minha casa, fruto do sangue dele porque ele morreu lutando por aquilo, mas deixo pra mim, deixou algo de herança para a comunidade também, uma herança que não tem preço. Deixou aprendizado demais, eu cresci muito, cresci muito com tudo que aconteceu assim, ele deixou isso para agente como um

exemplo pois ele era muito justo, ele morreu lutando por algo que acreditava, ele amava aquela comunidade, o Sonho Real era tudo para ele, ele passou esse aprendizado e ai passou a ser tudo pra mim.

2. Benedito e Nilva – pais do Carlos

Nilva - Não tem nem explicação.

Benedito - Sem comparação.

Nilva – É uma dor que ela não sara.

Benedito – Do jeito hoje eu to numa clínica psíquica fazendo tratamento, conseqüência disso. Hoje eu to bom, mais teve uns tempo ai pra traz ai, hoje eu to fazendo tratamento, tomando remédio, mais minha vida era chorar e não dormir. Já pensei até em suicídio muitas vezes, mais eu pensava assim vou fazer assim, assim, mais não dava certo. E incomparável a falta de meu filho. Eu não concordo nunca na minha vida. Já pensei até em fazer vingança, porque eu tenho coragem, tenho coragem de fazer até pior do que ele faz. Mais eu fico pensando o seguinte, se eu fazer uma vingança com essa sujeito, mais depois ele te dado uma fuga pro meu filho, como é que eu vou ficar? Tudo isso eu já pensei. Meu caso não é só, pá pá e mata o cara não, eu penso nisso tudo. Porque a possibilidade de vingança não traz ele de volta. Vou complicar minha vida. Eu já até falei na delegacia que tinha coragem de fazer até pior, mais isso não resolve nada. Na verdade isso que eu to passando é uma dor que eu não desejo pra ninguém. Nois tinha a nossa divergência, discutia aqui de boca por conta do trabalho, mais filho é filho.

Benedito - Na verdade hoje eu to mais, não digo é conformado, eu to naquela balança, certo.

Nilva – O que eu lhe digo é o seguinte tem uns dias que você pede assim pra Deus pro dia passar pra você dormir e não vê. É uma dor assim que não tem nem explicação, porque se ele (referindo ao esposo) tivesse achado meu filho de qualquer jeito, tivesse enterrado meu filho, era difícil mais era o resultado. E é aquela coisa quando amanhece o dia agente fica pensando, hoje eu vou ter alguma noticia boa, ai o dia vai passando e nada aconteceu, tem hora que eu fico pensando, meu filho vai bater na porta, escuta e nada (se emociona muito), mais enquanto tem Deus na vida, agente tem uma esperança, a única certeza que eu tenho é que um dia eu vou achar, esteja ele da maneira que ele estiver, eu vou achar porque nesse chão nada fica escondido e uma hora a ficha vai cair, mesmo que não traga meu filho de volta, que pra mim não precisa,

porque pra mim essa negocio de vingança pra mim não resolve não, porque se prender fizesse qualquer coisa à vida de meu filho voltasse, eu não pensava duas vezes, mais nada que acontecer não vai trazer meu filho de volta, se é que eles tiram à vida de meu filho que eu não sei. Como eu disse ao coronel XXXX, ó coronel se eles queriam tirar a vida de meu filho, que eles deixassem ai num lugar pra gente achar pra fazer o enterro como todo ser humano tem direito, agora sumir é muita covardia. Sabe que a corda só rebenta do lado do mais fraco mesmo. Eles podiam, assim não, nunca alguém ia sabe que ele tinha matado porque os crime que aparece, pessoa que é encontrada, nunca foi achado o assassino, talvez ele também não seria encontrado, mais pelo menos agente tinha uma certeza aonde foi deixado seu filho, entendeu, agora nois fica nesse sofrimento, nois perde noite de sono. Eu minha vida acabou eu não tenho mais alegria de ir em uma diversão qualquer, quando eu falo assim eu vou numa festa o coração fecha, por que eu não tenho alegria, minha casa era cheia, agente fazia almoço convidava a parentela, o som ficava ligado, hoje meus irmãos vem, mais não tem aquela alegria porque eu parte da minha vida foi embora, porque um filho seu é um pedaço seu, não é um parente não, a dor de filho é diferente de marido, de pai e de irmão e a dor mais doída é do filho porque é seu pedaço (forte emoção nesse momento), mais a vida é assim mesmo.(inconformada e inconsolada).

Pesquisador – Como a família hoje se organiza diante do que aconteceu?

Nilva – Hoje ta assim, triste, só eu e ele na casa, cada um morando na suas casas longe de nois. A nossa família ta assim estruturada. O Benedito trabalha aqui na frente. Eu trabalho lá no fundo, pra mim o serviço é que completa a minha vida, ligo o radinho pra ouvir alguma coisa, pra mim não fica pensando e conviver com a tristeza.

Pesquisador – Mas e o casal?

Benedito – Isso eu vou concluir né.

Nilva – Estamos casados há 41 anos.

Benedito – Nois estamos separados há um ano. Ninguém sabe. Eu moro aqui, tenho ela como minha amiga. Ela aproveitou do meu problema aqui disso ai, que eu tava numa situação muito difícil, com uma depressão muito grande, num nervosismo muito grande e ai aconteceu que nois separamos. Tenho ela como minha amiga. Faço tudo que ela precisa eu agradeço muito ela pelo que ela já fez comigo, criou meus filhos, mais tem esse problema que nois estamos aqui como amigos.

Nilva – Olha, deixa eu te fala (sem intervenção – dizendo ao esposo), primeiro na época que meu filho “saiu” agente tava todo mundo assim com os nervos a for da pele agente discutiu por uma coisinha a toa sabe ele virou pra mim assim olha não dá mais, eu falei não tem problemas, se deu, deu, se não deu, ai ele foi pro quarto ali e eu fiquei, ai quando ele arruinou da depressão eu falei eu vou estender a mão pra ele. Estendi a mão falei pra ele vamos volta morar junto que só tem nois dois estamos nessa situação, ai ele tudo bem. Ai vai, vai, quando foi o ano passado ele tornou, porque ele tem um gênio danado e eu também não sou muito boa não, ai ele pegou e falou assim, não dá mais a partir de hoje você vive a sua vida que eu vou vive a minha. Eu falei assim sem problemas, ai eu deixei.

Nilva – Não, to conversando com ele. Ei, deixa eu falar com ele. Eu lhe falei, eu vou conversar com ele sem intervenção. Ai eu falei tudo bem, foi num dia eu conversei com ele, eu falei olha eu espero que você seja feliz em sua nova etapa de vida, que você arrume uma pessoa que cuide bem de você e faz o que eu não pode fazer. Mais enquanto eu tive aqui, debaixo do seu teto, eu vou cuidar, vou lavar, vou passar, vou cozinhar, faço tudo pra ele, tudo, tudo, tudo que ta meu alcance. Se ele passa mal, que ele dá uma crise de pressão alta, todos dois é hipertenso, tanto eu como ele. Ele tem gota, ai ele arruína, levo pra emergência, trago, tem vez que nois chega aqui é uma hora da manhã. E ta aqui, nois ta usando a mesma casa e é como se diz, nois sai junto vamos ao supermercado fazer compra.

Benedito – Eu evito muito é de pedi ela pra fazer as coisas pra mim. Deixo muito na vontade dela.

Nilva – As vezes que ele ta ruim, precisando ir ao banheiro eu vou com ele. O meu serviço de dona de casa nunca eu vou deixa. Se às vezes eu vejo que ele ta gemendo eu pergunto: o que ta acontecendo, ta sentindo mal, que ir no médico, então boa noite, se precisar é só me chamar.

Benedito – Mais tudo bem. Espera ai um pouquinho, deixa eu explicar pra ele. O que acontece o seguinte, eu entrei em uma crise de depressão muito grande tanto que hoje eu to na clinica, eu mostro meu exames pra você, que eu freqüento a quase três anos a clinica. Eu tive quase doido varrido, eu tava até pensando em suicídio né. Mais tudo bem nois tava numa boa aqui ainda. Isso ai com certeza ta registrado na minha ficha lá no médico. Eu falei ô doutor, eu estou num nervoso muito grande que até recusava receber meu cliente aqui na serralheria, recebi mais sempre tinha um atrito aqui. Aquilo me prejudicou muito, justamente naquela vez que nois tivemos esse pequeno

desentendimento. Ai ela aproveitou do meu embalo e aconteceu isso ai. Aproveitou da minha fraqueza que eu tava muito nervoso aquela época e teve um pequeno desentendimento ai e eu falei isso, mais como ela não que perdoar, eu vou deixar correr frouxo.

Benedito – Eu penso muito, não somente na minha vida, eu penso nela também. Mais ela ta bem amparada. Eu não tenho nada.

Nilva – Você tem. Tem seus filhos tem eu também.

Benedito – Eu não tenho nada disso. Eu posso precisar eu até agradeço muito ela, por ela estar sempre ao meu lado, assim, não como casal como já expliquei para você, mas ela me acompanha, eu agradeço muito ela na hora da minha emergência, da minha doença, ela me acompanha e eu estou aqui também para lhe ajudar no que for possível.

Nilva – Ele fala assim, que eu não quero lhe perdoar, eu já perdoei milhões de vezes, perdoando, sempre perdoando.

Benedito – Na verdade é o seguinte, eu não tenho magoa nenhuma eu aceito todo do jeito que ela faz pra mim. Não reclamo e aceito. Eu pensava o seguinte, como nois estamos passando essa fase muito difícil por causa de nosso filho, então o que nois podia fazer unir.

3. Mário – irmão do Cláudio

Mário: No início fiquei com duvida sobre o que eu iria querer. Penso que é questão de tempo. Com o tempo nós vamos nos organizando e pensando melhor. Sabemos que nós poderíamos ter feito, pra ele foi feito. Se faltou alguma coisa mais tinha de ser em vida. Agora o que resta é rezar, pedir alivio, força pra gente continua, dar continuidade na vida da gente lutar pelo interesse e projeto que agente tem, foi uma perca grande igual foi a do meu pai mais a vida continua.

Pesquisador: Como sua mãe hoje esta se sentindo?

Mário: Por fora parece que ela ta tranqüila, agente percebe que ela ta tranqüila por fora. Uma fala dela: ela diz que o próprio destino, o rumo que ele tomou na vida fortalece ela é o que dá conforto. Ela pensa tantas vezes eu tentei conversar, tentei ajudar ele e ele não quis muda, essa fala é a fala que dá força pra ela seguir.

4. Solange – mãe do Fábio

Solange: Foi até a pedido de meu filho que eu parei de freqüentar as reuniões do comitê. Qualquer coisinha, eles comunicavam, vinha aqui ou ligava Solange, Solange, eu estava lá, aí quando o Marco Aurélio falou assim: Mamãe eu posso pedir pra senhora, que eu ia muito à secretaria (segurança pública), no comando, né. Eu posso pedir pra senhora mamãe, por favor, mamãe para com isso se a senhora fala que eu sou seu tesouro, a senhora também é minha, é meu tesouro. Então, é, eu peguei falei há será que é mesmo. Vou arrumar um netinho pra senhora. Inclusive meu netinho nasceu, vai fazer um mês agora dia 11.

Solange: Assim que assassinou meu filho, que eu pagava o consórcio de uma moto, é, que eu paguei pra, com a intenção assim de dividir o dinheiro dela pros dois, aí assim que assassinaram meu filho, logo já teve gente assim, investigando por alto, sabe assim, querendo saber né, eu logo mas que depressa quando me avisou, que foi a minha cunhada, que é a tia deles eu corri até o 1º. DP, fui até o dr. Álvaro, aonde ele resolveu o problema, Graças a Deus, e ele falou, e eu fui até o dr. Carlos, do ministério público né, eu sou lá da casa, chegava lá, precisa de ver, o Newton, né, todo mundo me conhece, eu falei pra eles, levei o documento da moto, mostrei pra eles. Ele falou Solange o que a senhora tem o que a senhora deixou de ter, não tem nada a ver as pessoas tem que entender que a senhora tem o direito de viver em paz, já chega o que lhe causaram, uma pedra que vai me machucar pro resto da vida. Então, ai Graças a Deus resolveu. Ninguém nunca mais me perturbou, sempre passava uns carros diferentes, né na rua. Os vizinhos já fica todo mundo preocupado, né, porque vivia muito me expondo muito, meus vizinhos me pediu também: Não Solange, pára com isso, nada vai trazer ele de volta, só traz, dor revolta. Realmente, é mesmo, só traz revolta. Que cada vez que agente toca no assunto, vou ser franca de falar pra você, é uma coisa que mexe na ferida profunda, sabe. Então, sabe que sê ta certa, vamos parar mesmo, é assim o dia que eu posso ir eu vou. Me tava me comprometendo muito no meu trabalho, né. Graças a Deus, assim, que não tive problema com padrão, mas se compromete, sua tarefa no seu trabalho. Eu falei, ah, não vou. Minha patroa chegou em mim e falou pra mim, ela já perdeu uma filha também, não da forma que eu perdi, mas ele falou: “Solange, nada traz de volta, tem dez anos que eu pedir minha filha, tem a minha neta, mas não

substitui, mas nada, só revolta, que traz na gente é só revolta”. Realmente, é só revolta.

Solange: Igual hoje minha colega tava falando pra mim: “Solange, você precisa de um psicólogo, você precisa fazer um tratamento.” Eu não tive esse tratamento, até hoje, eu tive um pouco com a dra Eliane, né, que a dra. Sheila me indicou, mas, assim, foi suficiente pra mim, né, porque eu sinto, eu sinto uma mágoa tão grande, uma dor tão grande, tem dia assim que eu me dar vontade (pausa) me isolar, mas eu penso, meu Deus, se imagina, meu marido não pode ver que eu chorei, já fica preocupado, agente vive muito bem, Graças a Deus. Meu filho, não pode nem em sonha pra saber que eu chorei, você não imagina o quanto fica transtornado, sabe.

Solange: Mudou muita coisa. Muita coisa mesmo! A minha vida, por exemplo, eu vou te falar, a minha vida mudou da água pro vinho. Que antes eu era uma pessoa alegre, tinha motivo pra sorrir. Hoje eu não sou uma pessoa alegre não tenho motivo pra sorrir. Minhas vizinhas, meus vizinhos todos são muito assim preocupados lembra muito bem eu, a pessoa minha antes pra ver hoje eu. Só que eu nunca baixei a minha cabeça!

Solange: Porque, meu filho, igual eu te falei, eu tinha uma vida completa. Eu vou te falar, hoje eu tenho a metade de uma vida, né? E meu filho é tudo pra mim. Tudo. Tudo que você pensar um filho é pra uma mãe. Então, eu me distanciei mais, vou ser franca vou falar pra você. Já falei pro Padre Geraldo, falo pra todos que me pergunta. Porque achei que tava me expondo muito.

5. Tereza – mãe do Marcos

Tereza: (Chorando e muito emocionada). Acontece que até hoje eu não aprendi a viver sem o meu filho sabe. É difícil pra mim é muito difícil, muito mesmo. Eu não to dando, eu não to dando conta, tem três anos né, são três anos e quatro meses já. Eu não consigo viver sem ele, não to dando conta eu não to aprendendo a viver, então eu queria aprender. Sabe aprender a viver sem o M. e eu não consigo viver sem ele, é muito difícil pra mim, muito difícil, outra que eu tenho que trabalhar né que se eu não trabalhar eu não vivo. E eu não sei nem como eu to dando conta de trabalhar. Eu trabalho porque a menina que com ela é amiga minha, desde ante até de eu ter os meninos sabe. Ela tem essa creche, tem mais de vinte anos que ela tem essa creche e ela viu a minha situação e falou: não Tereza, vamos começar um

trabalho lá junto com nois vai ser até bom pra você pra sair de cima dessa cama. Ai foi aonde eu comecei tem dois anos que eu to lá. Eu olho as crianças cuido delas. São crianças pequenas, de três a quatro anos, creche para pessoas carentes, creche filantrópica.

Tereza: De seis meses pra cá parece que tudo tava piorando, eu tava falando uma coisa aqui com você na mesma hora eu esqueço o que tava falando, se eu vou pegar um ônibus pro centro já tava passando até do ponto sabe. Nada, nada, se nois conversar uma coisa aqui chegar lá em casa minha mãe perguntar eu já não sei falar esqueço todinho. E eu já tava me sentindo prensada. Uma prensa em minha cabeça assim ô que parece que tava me incomodando. Quando chegava de tarde parecia que eu tava vendo vaga-lume um monte de trem na minha frente aquelas coisa. Eu ai pro ponto de ônibus e não sabia nem como tinha atravessado a rua pra chegar lá. Ai eu pensei, esse trem não ta normal, eu vou ficar doida desse jeito. Falei eu vou ter que procurar novamente um médico por que se não eu vou ficar doida, uma hora um carro vai me atropelar. Foi quando eu tomei a decisão de ir mesmo ao médico.

Tereza: Eu tava comprando os remédios por conta própria sem voltar no médico. Já tinha um ano e três meses que eu não ia ao médico. Eu conversei com minha mãe, mãe eu não to bem e ela também viu. Eu peguei as férias do mês de julho do meu serviço, ai me deu uma depressão com esse negocio de ficar dentro de casa, eu fiquei doidinha, eu não saia, não tava comendo só deitada em uma cama chorando, eu falei mãe eu preciso voltar num psiquiatra de novo, ver o que ta acontecendo comigo, vê se ele me passa uns remédios porque eu não estou bem. Perdi cinco quilos em um mês foi onde eu decidi. O médico mudou os medicamentos para durante o dia também, mas eu ainda não comecei a tomar, pois fiquei com medo estava esperando vir aqui para saber se eu devia tomar ou não.

Tereza: Eu tenho medo de ficar doida, eu não queria ficar sabe. Eu queria ser normal. Eu queria continuar em busca do M. Eu não quero ficar assim internada em uma clinica, ficar lá doida sem saber o que estou fazendo. Queria seguir minha vida

Tereza: (chora muito)

Pesquisador: Esse choro significa que é difícil para você lidar com essa situação?

Tereza: Eu acho que eu to vivendo muito o M. sabe e eu não tenho só o M., eu tenho meu filho também só que eu esqueço dele. Eu sinto que ele precisa de mim também. Ele mesmo fala direto pra mim, mãe senhora tem que ver que eu to aqui

também, senhora parece que só tem o M. Mais eu amo ele, nossa ele que me fez vive de novo ter vontade de viver. Eu só pensava em me matar, me matar sabe. Eu achava que a minha vida não tinha sentido mais, não tinha sentido. Por que ele sempre foi assim mais rebelde, sempre foi mais assim, o pai dele (se referindo ser parecido). O M. não ele era super humilde, tudo no M. tava bom, tudo que você dava pra ele, ele ficava satisfeito. O meu menino esse ele é o pai dele tudinho sabe. Ele é orgulhoso é muito ambicioso visa muito dinheiro igualzinho o pai dele. Se você desse um trem pra ele de feira ele nem vestia, já o M. ele te abraçava te agradecia então.

Tereza: Hoje eu não sinto nada em relação do pai do M. Sinto assim muita revolta sabe, por que ele judiou muito de nois, muito mesmo, pra poder parar a separação. Então foi muita mentira, muita enganação, foi muita mentira, ai eu sinto assim revolta de tanto que eu sofri, o tanto que eu fiz meus filhos sofrer por causa de um casamento que eu achava que valia a pena e, hoje eu sinto revoltada, por que eu podia ter feito muito mais pelos meus filhos, só que eu deixava de fazer pra fazer pra ele.

VII – Idealização da vítima

1. Solange – mãe do Fábio

Solange: (barulho) Deve ter sido alguém daqui de casa mesmo. Aí, eu falei assim, não meu filho, vai hoje, meu filho. Hoje lá no ponto de ônibus, eu fiquei sabendo que mataram o filho da Laíde, uma amiga minha que é costureira também ali debaixo, Ele falou assim: É mamãe, a senhora ficou sabendo? Mamãe, eu fiquei sabendo também. Matou o Marquinho e mais um outro lá, a polícia, abordô eles, eles vem vindo do serviço, tomou um tiro neles, ali perto do Servilar, aí eles invece deles fica queto, chegou na casa deles, a mãe dele da ali visitando é só perguntar, falou pra ela mãe amanhã eu vou fazer uma queixa daqueles policiais. Já tinha inaugurado o comando ali, né, que é o segundo comando, aqueles policiais me tomou meu dinheiro ontem, uai, 150,00 reais. Meu vale, eles me tomaram meu dinheiro ainda juntaram eles e maltrataram eles da forma como ele maltratou. Passou lá fez a ocorrência. Na hora que ele vinha embora, bem no campo, onde ele joga bola, eles mataram ele. Sabe? Que dizer tinha alguém lá que avisou pra alguém, a viatura

certo teve gente que viu quando ele matou, pegou ele, pois dentro da viatura, saiu com ele, do local. Quer dizer, atirou e saiu com ele pra não morre de certo. Aí, ele falou, a senhora ficou sabendo mamãe? Eu falei: fiquei sabendo. Mas é uma covardia mamãe. Eu falei: pois é meu filho, vai embora daqui também. Vai meu filho. Eu tinha recebido meu décimo terceiro. Mamãe recebeu o dinheiro dela, vai meu filho, não fica aqui não, meu filho, pelo amor de Deus, você sabe que eu amo você demais da conta, meu amor por vocês não, não tem limite! Eu amo você, ce sabe. Ele falou: Mamãe eu sei disso. Eu comecei a chorar e ele abraçou comigo. Mamãe eu amo a senhora demais também. Falei: Olha meu filho, você imaginou meu filho. Você imagina meu filho, se você cair preso, por uma coisa que você não deve. Não é justo. Ele pegou e falou. E eu não vou lá te ver não! Falei pra ele. Porque eu to de dando conselho, vai sai daqui, sai daqui. Esse povo, o tenente já falou que eles pode arrumar uma “casinha”, uma coisa pra você cair. Qualquer coisa ele arruSolange pra ele cair né, de gaiato.

Solange: Eu vejo meu filho, meu filho era ele era uma pessoa humilde, muito humilde, nossa Deus! Faz muito, meu marido (*Padastro*) se vê que convive com ele, desde que ele tinha mais ou menos seus quinze anos. (pausa) Uma pessoa assim, que nunca foi agressivo dentro de casa, nem comigo nem com o irmão dele, tinha um, na nossa casa sempre teve um espírito de paz, de amor mesmo, sabe. Muito estudioso, nossa meu Deus, nossa Deus! Se ver as coisas que ele desenhava, grafitava, e gostava de Rep, meu Deus ele era fã de um Rap, tanto faz, religioso, quanto que você sabe que tem o Rap religioso e o Rap doidão, Fank, mas ele não era de festa. Ele não gostava de festa. Nunca lembro de ver meu filho numa festa, nunca vi meu filho dançar. E não bebia, às vezes ele fumava. Por esporte, às vezes ele fumava, mas não tinha vício em fumar. Mas, o problema do Fábio. Ele envolveu com amizades, jovens da mesma idade dele, adolescente no colégio. Isso, isso começou a tragédia começou pelos colégios, porque eu sempre, eu puxava da minha forma, os amigos queria puxar da forma deles, né? Portanto, ele morreu aqui dentro, dentro da casa ali, ao lado de uma pessoa que se dizia amigo dele, que não era. Que inclusive morreu, você ficou sabendo?

Solange: Então, aquilo ali eu sempre dizia, meu filho. Olha eu fui uma mãe assim, tão severa com meu filho, que eu cheguei, ta meu marido ali que ele pode falar isso, a trancar ele dentro de casa, pra não ter amigo aqui na porta, pra não ter amigo chamando, não ter amigo pra: Ah! Fábio vem aqui! Ah! Fábio, vamos ali! Entendeu.

Mas, chega um ponto que você não dá conta! Eu saía deixava ele trancado! Aqui dentro de casa, eu deixava ele no quintal, mas o portão eu deixava trancado. Aí, depois eu fiquei com dó. Que aí eu pensava, meu Deus do céu, já pensou que remorso? Eu chegar um dia, meu filho tiver né? Eu passei, tirei cópia da chave e dei pra ele. Nunca negou de abrir o portão pra ninguém. Eles fala que ele recusou abrir o portão. Mentira! Ele era orientado pelo tenente Clemilton e pelo, coronel, coronel. Meu Deus do céu, como é que ele chama, ele ta lá no comando geral hoje (pausa) Ah! Não lembro o nome dele agora não. Ele veio umas três vezes aqui em casa, fez uma visita pra ele, né, mas o tenente Clemilton. Via nele igual uma pessoa normal, eu nunca vi nada estranho no meu filho. Inclusive eu perguntava pra o coronel, inclusive até um dia eu falei pro coronel dele, que eles fizeram uma perseguição, ocorreu o seguinte: Começou que um dia ele pendeu no colégio, outra vez tornou a prende ele no colégio novo, que ele saiu do outro colégio.

Solange: A polícia. E eles fizeram tipo uma perseguição, a marcação com ele, se entendeu? Mas, nuuunca, nunca, até hoje, como Deus no céu e essa luz me iluminando, eu nunca tive provas, eles nunca me mostrou prova de nada contra meu filho, se entendeu? Então, quer dizer que ele não tinha nada errado, se tivesse com uma coisa, algo de errado com ele, tinha que ter provas. Então, o dia que eles mataram ele mesmo aqui, dizem que ele tinha roubado uma caminhonete, diz que a caminhonete tava aqui dentro de casa, aqui dentro do meu quintal, olha que coisa mais absurda do mundo que você pode acreditar. Quando a caminhonete entrou e quando ela saiu que nós não vimos, nos não sabia dessa caminhonete. Tinha gente trabalhando aqui, pedreiro, eu tinha empreitado serviço. Todo mundo era testemunho. Meus vizinhos aqui ó, em peso, você pode fazer pesquisa, perguntar meus vizinhos como era Fábio, aqui. Todo mundo gostava do meu filho. Meu filho não era brigão, nunca nós ficamos sabendo que ele envolveu, assim, em briga. Sabe a última vez que ele pegou ele (*a policia*) aqui em casa? Foi um dia seis horas da tarde. Até minha vizinha aqui do lado que me ligou e falou assim: Solange do céu, a policia pegou o Fábio aqui! Bateu no portão e ele abriu! Levaram ele lá pra dentro ó (*som de surra*), detonaram ele. Revirou toda a minha casa, meu barracão lá! Toda, tudo. Você sabe o que é jogar tudo no chão, tem foto lá na casa de apoio, todo mundo tem a foto lá, que ele revelou, eu tenho foto também, lá no Ministério Público. Levamos aí eu cheguei aqui a dona Eva, me ligou, vim correndo, cheguei aqui, não tava. Aí a dona Eva falou: Gente pelo amor de Deus! Que ela sempre

pedia, toda vez que eles viam aqui. Três vezes aqui em casa perturbar ele aqui em casa. Uma vez eles pegou ele no colégio, mas as outras duas vezes, todas vezes vieram aqui na na porta de casa. Na terceira vez eles mataram ele.

Solange: Se entendeu? Uma vez foi seu Fernando, que veio, que é um vizinho meu que mora do lado. Falou pra eles pelo amor de Deus, sés tão fazendo com esse rapaz, toda vez sés tem uma perseguição com esse rapaz. Rapaz dentro de casa, vocês vem prejudica, judia do rapaz. Oh! Senhor fica na do senhor, o senhor num fala nada, né, ta bom. Mas, não levou preso. Graças de Deus. Outra vez eles levaram ele preso, judiou demais do meu filho, deixaram um bilhete deste tamanho. Que todo lugar que tem um inquérito tem um bilhete.

Solange: Tem um bilhete escrito assim, oh: “Solange, seu filho está detido na DEIC”. Tava não. Um bilhete. Um papel azul, que ele deixou ele pregado lá na geladeira. Não tava na DEIC, nós rodou pra tudo quanto é lado. Aqui eu encontrei apoio. Eu devo um favor imenso que só Deus paga, pra delegada de lá.

Solange: Ela é uma pessoa maravilhosa. Dr. Antonio também é delegado, né? Então, são pessoas que me deu apoio naquele dia, eles abraçaram comigo, eu desesperada na DEIC: “Quero meu filho! Quero meu filho! Que o bilhete ta aqui, ta escrito na DEIC” Nós fui tudo quanto é sala, tudo quanto é sala que nós tinha pra olhar, olhamos. Não. Ele não ta aqui Solange. Cadê o Fábio? Agente ta, Fábio passou por aqui? Não. Se o delegado não tinha conhecimento dele, quem teria então? (pausa) Mentira. Eles tinham pegado meu filho levado pra uma quebrada aí, oh. Judiam do meu filho numa casa aqui no Garavelo. Judiam dele, fez afogamento, torturaram meu filho numa casa aqui no Garavelo. Eu fui encontrar eu filho, 1 hora da manhã! Com toda correria que cê pensar, em delegacia, em delegacia, que o dr. Antonio mais dra. Adriana chamou um policial lá na DEIC e falou oh, faça correria, mostra o seu papel de, sua profissão, seu trabalho. Pegue esse telefone, seja digno. Liga via Copom, localiza o Fábio, é seqüestro. A polícia seqüestrou né? E aí, nada oh, não acharam. Dizendo eles, não acharam, não acharam, não acharam aí veio pro 4º distrito e aí eu localizei lá um amigo da gente que é um policial. Que é igual eu falo pra você: no meio dos trigos tem joio, ali eu encontrei uma pessoa que me deu apoio, que, uma pessoa maravilhosa. Ele não pediu, todo tempo que ele fez isso ele pediu, falou oh, Solange e Marco Aurélio, vocês nunca revela meu nome.

Solange: Foi uma pessoa que localizou meu filho. Eu tava com ele, a Rotam tava com ele nas quebrada. Ele ainda ficou bravo no telefone, falou oh, mas vocês porque vocês levou ele pra lá, vocês tinha que trago ele pra cá, ele pertence a nós né? Não sei alguém tava com ele. Oh, Solange, porque daqui meia hora ele ta chegando com ele no 2º. DP. Lá em Aparecida, nós vazamos pra lá. Chegando fui muito humilhada. Quando eu vi meu filho, sabe. O safado sargento da Rotam sabe me desacatô, me chamou de, só não chamou de gato, de cachorro, não sei nem por quê? A hora que eu vi meu filho, que meu filho me viu, se sabe, seu filho se tiver no apuro a hora que ele te ver ele vai gritar: Papai! Ou se for: Mamãe! Ele vai falar né? Ele lá no meio daqueles urubus tudo de preto lá, quando ele me viu, ele falou: Mamãe! Eles falaram pra ele: “Cala a boca!” Sabe. Aquilo pra mim foi muita humilhação. Isso até aquele momento o delegado veio abraçar comigo, que esse povo são muito falso, sabe, muito falso. Eu não assinei nada lá. Ele falou Solange quando liberar seu filho, cê vai levar seu, ninguém tem prova contra seu filho, Solange. Olha esse povo rodou com esse menino disse que eles foi com ele no quartel da Rotam. Que eu detesto aquele major, sabe. Tem um inquérito civil, você deve ter visto que tem o nome dele. Odeio aquele homem, sabe. E aí que disse que foi pela ordem dele que eles fizeram as tortura com ele, né? Daí o delegado liberou meu filho e eu vim embora. O safado, o magrelo da Rotam, falou assim, pra mim assim: “Você é a mãe de Fábio, você não tem vergonha de ser a mãe desse vagabundo não?” Eu, tinha uma aliança no dedo dele, eu chorando ainda falei assim, pra ele assim: “Escuta aqui, sua mãe tem vergonha de ser sua mãe? Perguntei, você é casado não é?” Ele agachô assim ó, de frente igual ta nós dois assim, ele ficou de coca de frente comigo, e falou assim, pra mim assim: Sô. Tenho dois filhos, por quê? Eu falei assim: Pensa você, da mesma forma que você está falando essa palavra pra mim, ta doendo em mim, sua mãe, sua mãe também dói nela, a mãe dos seus filhos, dói pelos seus filhos, né? Então é só isso que eu quero te falar. Dói muito, fala isso não. Na hora que você sai de casa sua esposa deve pedir a Deus e tudo quanto é Santo pra te livrar das maldades. Faz isso não. Isso dói muito. Ah! É porque não tivemos prova nenhuma contra esse vagabundo. Tivesse provas contra esse vagabundo, senhora ia poder considerar um homem morto. Tinha dado muitos tiros na cabeça. Mas meu maior sonho é dar um tiro no meio da cabeça dele! Falou desse jeito pra mim. Você acredita?

2. Tereza – mãe do Marcos

Tereza: (Chorando e muito emocionada). Acontece que até hoje eu não aprendi a viver sem o meu filho sabe. É difícil pra mim é muito difícil, muito mesmo. Eu não to dando, eu não to dando conta, tem três anos né, são três anos e quatro meses já. Eu não consigo viver sem ele, não to dando conta eu não to aprendendo a viver, então eu queria aprender. Sabe aprender a viver sem o M. e eu não consigo viver sem ele, é muito difícil pra mim, muito difícil, outra que eu tenho que trabalhar né que se eu não trabalhar eu não vivo. E eu não sei nem como eu to dando conta de trabalhar. Eu trabalho porque a menina que com ela é amiga minha, desde ante até de eu ter os meninos sabe. Ela tem essa creche, tem mais de vinte anos que ela tem essa creche e ela viu a minha situação e falou: não Tereza, vamos começar um trabalho lá junto com nois vai ser até bom pra você pra sair de cima dessa cama. Ai foi aonde eu comecei tem dois anos que eu to lá. Eu olho as crianças cuido delas. São crianças pequenas, de três a quatro anos, creche para pessoas carentes, creche filantrópica.

Pesquisador: Como foram os acontecimentos no dia que ele sumiu?

Tereza: Ele tinha ido visitar o pai dele. O pai dele tava num bar no momento que o pai dele também é meio play boy, ai ele tinha colocado um som no carro fazia tem que ele vinha colocando um trem, um som no carro lá. Sei que era muito som, a traseira do carro era cheia de som, não tinha nem lugar para sentar na frente, tudo cheio de som equipado. Portanto, o M. tinha ido até para voltar pra casa dele todinho. Ai quando ele empolgou com o som do pai dele pronto e, ai ele me ligou era sete da noite na hora que o M me ligou, falando pra mim: mãe eu vou ficar aqui com meu pai, o som do meu pai ficou pronto e vou ficar aqui, todo empolgado e ele falou: mãe eu não vou embora hoje, mais a amanhã cedinho, que nois tinha um compromisso com o M., até ir no Buriti trocar um tênis dele né. Diz que nesse intervalo o pai dele tava com esse som ligado que tocava muito barulho mesmo, que eu até perguntei: M. que barulho é esse, ele falou, não mãe o som do meu pai ficou pronto eu to ouvindo. Diz que eles tava sentado em uma mesa com o outro rapaz de 21 anos. Ai como esse som precisou de um cabo que liga a bateria em uma tomada, o pai dele tinha um mais tava emprestado. Ai diz que o pai dele foi e mandou esse cara, vai lá e busca o “chupa cabra”, que ta na casa do fulano. Ai o rapaz levantou da mesa e foi. O M. falou: pai eu posso ir com ele, ele falou pode. Ai eles foi busca.

Mais a outra versão que eu tive foi que o pai dele ia fazer uma festa no interior e que o M. não podia ir ele foi e mandou esse cara levar o M. lá em casa. Falou vai lá em casa e leva o M. pra mãe dele.

Tereza: Então são duas versões. Pra mim ele fala que o M. tinha ido buscar o cabo. Mais pessoas que tava lá, já falou pra mim não Tereza não foi. O pai do M. mandou o rapaz levar o M. na sua casa que ele ia fazer uma festa no interior e não podia levar o M. Então foi nessa caminhada. E por onde que foi o local realmente o M. tava indo embora pra casa. O rapaz tava levando ele em casa e foi na hora que ele foi abordado pela policia.

Tereza: O rapaz tinha 22 anos, várias passagens pela policia ele era abordado direto, tudo que ele tinha era pra fazer pela policia. E sempre o pai do M. me contava isso. Não falei isso lá no começo quando me perguntavam por que tinha medo de prejudicar o M., não o pai dele. Mais o M. tava achando no lugar errado com a pessoa errada. Foi o que aconteceu com ele.

Tereza: Depois você vai sabe o cara já foi preso, já matou o cara já roubou sabe. A família já morreu dois envolvidos em roubo, a família dele é toda bagunçada. Só que o pai do M. fala que não sabia. Mais ele sabia. Ele sabia que o cara não prestava. Ele tinha certeza ele só não quer se sentir culpado de ter pegado uma coisa tão valiosa dele e entregado na mão de uma pessoa que entendeu. Que ele podia ter feito isso, porque não ele pegou o M. foi levar o M. pra mim. (muito magoada e ressentida com o pai do M.)

Pesquisador: De acordo com essa primeira versão então o que aconteceu?

Tereza: Teve varias testemunhas que viu e dizem que eles foram abordados pela policia. Todos que foram testemunhar contaram a mesma história que viu ele em pé na parede lá assim e o M. do lado. Diz que depois que terminou a abordagem um dos policiais coloca ele para dirigir (se referindo ao rapaz), sentou no banco de trás em cima do som e, pois o M. na frente. Diz que foi desse jeito que eles saíram de lá.

Pesquisador: Então o pai do M. deu o próprio carro para o rapaz levar o M.?

Tereza: Foi. Esse carro foi encontrado no outro dia em setor longe ai queimado, carbonizado. Quando eu cheguei lá ele ainda tava pegando fogo. Eu fiquei sabendo, esse história todinha aconteceu. (Chorando muito). Ai passou uma noite inteirinha, um dia inteirinho, ai ele (o pai do M.) mandou me ligar pra me avisar e aonde eu fico mais chateada ainda sabe. Eu achando que o M. tava com o pai dele, o M. já tava sumido, passou a noite e o dia sumido, foi só cinco hora da tarde no outro dia que

minha irmã me ligou me avisando. Disse que o pai do M. tinha ligado pra ela, pra ela me ligar pra avisar que o M. tinha sumido. (chorando). Até então como o M. não chegava, eu liguei pra ele (pai do M.) e falei pai do M. cadê o M. que ele falou que ia vim cedo. Ele fala não mãe do M., ele ta bem ta aqui. (chorando muito) Sendo que ele podia ter me avisado né. Como ele passou a noite inteirinha procurando o M. nas delegacias, ele tava por um lado e eu poderia ta por outro junto com a minha família ajudando. Mais ele foi tão covarde comigo que ele não teve coragem nem de me falar e eu sou muito revoltada com isso. (chora muito). Eu não consigo sabe, tudo que eu vou fazer esse menino da na minha cabeça, tudo, tudo, se eu to feliz o M. ta comigo, se eu to chorando ele ta, tudo que eu faço, eu queria aprender a viver sem ele sabe. Mais eu sou de época, tem vez que eu to tão bem, tem uns mês que eu passo bem e outro que eu me acabo. Eu tinha engordado eu fui e emagreci tudo de novo.

Pesquisador: Tem época em que a memória e os sentimentos ficam mais fortes?

Tereza: É. Eu não consigo tudo que eu tenho, tenho que ter uma foto dele. A minha casa é cheia de foto do M. Eu nunca consegui desfazer das coisas do M., os trens dele sabe, roupa, esse trem tem tudo guardado eu não dou conta.

Pesquisador: Você já pensou por quê?

Tereza: Não. Assim às vezes eu penso que ele vai voltar. Quero aprender a viver sem o M. Se não eu não vivo sabe é tudo difícil. Você vê que eu perdi meu pai na mesma época tinha 27 dias, nois tava arrumando de mala pronta viaja e ir pra missa, que minha mãe é católica. Ele foi muito bom pra mim meu pai. Nós tava arrumando quando o M. desapareceu, eu não lembro que meu pai morreu (no sentido que isso deixou de ser o mais importante talvez), eu vejo a minha mãe triste chorando por causa do meu pai, eu não lembro. Pra mim meu pai não morreu, tanta falta que o M. me faz que eu não lembro do meu pai.

Pesquisador: Fica claro nesse momento que você esta fazendo o que dá conta. Manter viva a memória por meio das fotos, pensamento e sentimento. Só que não tem que ser assim para sempre, você pode ir aprendendo outro modo com o que lhe aconteceu, outro jeito de viver a situação. Não se arranca de você o fato de que ele é seu filho. O que aconteceu com ele é uma tragédia, mas o desafio com a aprender a viver com isso tudo que aconteceu.

Tereza: De seis meses pra cá parece que tudo tava piorando, eu tava falando uma coisa aqui com você na mesma hora eu esqueço o que tava falando, se eu vou

pegar um ônibus pro centro já tava passando até do ponto sabe. Nada, nada, se nois conversar uma coisa aqui chegar lá em casa minha mãe perguntar eu já não sei falar esqueço todinho. E eu já tava me sentindo prensada. Uma prensa em minha cabeça assim ô que parece que tava me incomodando. Quando chegava de tarde parecia que eu tava vendo vaga-lume um monte de trem na minha frente aquelas coisa. Eu ai pro ponto de ônibus e não sabia nem como tinha atravessado a rua pra chegar lá. Ai eu pensei, esse trem não ta normal, eu vou ficar doida desse jeito. Falei eu vou ter que procurar novamente um médico por que se não eu vou ficar doida, uma hora um carro vai me atropelar. Foi quando eu tomei a decisão de ir mesmo ao médico.

Pesquisador: É muito compreensivo por que é muito difícil para você ainda deixar o M. ir embora?!

Tereza: Ta, ta mesmo eu não consigo sabe. Eles falam pra mim sair da casa, eu falo gente eu gosto daqui é aqui que me sinto bem por que aqui tem a presença dele. Eu fico doida eu pego a cama dele e ponho perto da minha nesse quatro, (chorando) é complicado demais nossa. Eu pego as fotos dele e ponho na parede depois eu vou e tiro tudo de novo, fica aquela coisa ruim. Esses dias que eu fui lavar a cobertura do M. eu senti o cheiro dele no cobertor eu falei mais gente isso é coisa da minha cabeça “não to sentindo isso não”, pra mim o cheiro dele tava no cobertor, mais o povo falava que não. Ele era muito companheiro. Na minha separação eu sofri muito mais muito mesmo ele ajudou muito. Ele era muito amigo. Às vezes faltava as coisas lá em casa, quando eu acordava ele já tinha ido no pai dele pedir as coisas sabe. Eu acordava com ele com a sacolinha lá cheia de trem, eu fala mais o que é isso, ai mãe eu foi buscar carne pra nois almoça meu pai não veio trazer, ele ta achando o que? Ele ia buscava verdura, buscava frutas eu acordava ele já tava lá. Eu não podia nem respirar que ele já tava encima de mim, mãe o que foi não sofre não. Nois vai ser feliz ainda ele jurava que nois ia ser feliz sabe. Ai vem e tira o menino de mim assim do nada. Todo mundo acha os outros, todo mundo acha os outros, só eu que não vou achar? O tanto que eu lutei, eu lutei tanto, eu passei quase eu ano da minha vida no meio do mato procurando esse menino pra ver se eu achava alguma coisa. Ia no IML, não podia saber que tinha um corpo lá que eu ia procurar, chegava lá não era ele. Eu fico pensando será que nunca mais eu vou achar meu filho, nunca mais. (chorando muito). Viver jogada ai igual a um mendigo

sabe, acabaram com a minha vida, acabaram com minha vida. É muito difícil. (Pausa longa com choro). Eu tenho que aprender a viver sem ele, eu tenho que aprender. Eu fico vendo os outros e olhando os meninos e vendo os meninos no M. é muito difícil, o M. não ta desse tamanho mais. O M. não ta com doze anos, o M. ta com dezesseis, o M. é homem hoje.

VIII – Esperança/Desesperança

1. Tereza – mãe do Marcos

Tereza: (Chorando e muito emocionada). Acontece que até hoje eu não aprendi a viver sem o meu filho sabe. É difícil pra mim é muito difícil, muito mesmo. Eu não to dando, eu não to dando conta, tem três anos né, são três anos e quatro meses já. Eu não consigo viver sem ele, não to dando conta eu não to aprendendo a viver, então eu queria aprender. Sabe aprender a viver sem o M. e eu não consigo viver sem ele, é muito difícil pra mim, muito difícil, outra que eu tenho que trabalhar né que se eu não trabalhar eu não vivo. E eu não sei nem como eu to dando conta de trabalhar. Eu trabalho porque a menina que com ela é amiga minha, desde ante até de eu ter os meninos sabe. Ela tem essa creche, tem mais de vinte anos que ela tem essa creche e ela viu a minha situação e falou: Tereza vamos começar um trabalho lá junto com nois vai ser até bom pra você pra sair de cima dessa cama. Ai foi aonde eu comecei tem dois anos que eu to lá. Eu olho as crianças cuido delas. São crianças pequenas, de três a quatro anos, creche para pessoas carentes, creche filantrópica.

Tereza: De seis meses pra cá parece que tudo tava piorando, eu tava falando uma coisa aqui com você na mesma hora eu esqueço o que tava falando, se eu vou pegar um ônibus pro centro já tava passando até do ponto sabe. Nada, nada, se nois conversar uma coisa aqui chegar lá em casa minha mãe perguntar eu já não sei falar esqueço todinho. E eu já tava me sentindo prensada. Uma prensa em minha cabeça assim ô que parece que tava me incomodando. Quando chegava de tarde parecia que eu tava vendo vaga-lume um monte de trem na minha frente aquelas coisa. Eu ai pro ponto de ônibus e não sabia nem como tinha atravessado a rua pra chegar lá. Ai eu pensei, esse trem não ta normal, eu vou ficar doida desse jeito. Falei eu vou ter que procurar novamente um médico por que se não eu vou ficar doida,

uma hora um carro vai me atropelar. Foi quando eu tomei a decisão de ir mesmo ao médico.

Tereza: Eu acho que eu to vivendo muito o M. sabe e eu não tenho só o M., eu tenho meu filho também só que eu esqueço dele. Eu sinto que ele precisa de mim também. Ele mesmo fala direto pra mim, mãe senhora tem que ver que eu to aqui também, senhora parece que só tem o M. Mais eu amo ele, nossa ele que me fez vive de novo ter vontade de viver. Eu só pensava em me matar, me matar sabe. Eu achava que a minha vida não tinha sentido mais, não tinha sentido. Por que ele sempre foi assim mais rebelde, sempre foi mais assim, o pai dele (se referindo ser parecido). O M. não ele era super humilde, tudo no M. tava bom, tudo que você dava pra ele, ele ficava satisfeito. O meu menino esse ele é o pai dele tudinho sabe. Ele é orgulhoso é muito ambicioso visa muito dinheiro igualzinho o pai dele. Se você desse um trem pra ele de feira ele nem vestia, já o M. ele te abraçava te agradecia então.

Tereza: Eu acho que eu deixaria de sofrer. Eu deixaria de sofrer mais. Eu acho que meu sofrimento diminuía. Se eu encontrasse e falasse que é do M. eu acho que eu deixaria de muita coisa. Eu deixaria de sonhar sabe, eu deixaria de esperar ele, eu sabia onde ele tava. Eu ia lá vê ele, eu sabia que ele tava ali naquele lugar, que era ele que tava lá. Ai eu acho que meu sofrimento passava um pouco por que eu deixaria de ter muitos sonhos que eu tenho, de manter as coisas no mesmo lugar, de deixar as coisas dele guardadas esperando ele chegar, mesmo que não sirva mais pra ele mais mostrar pra ele que eu não tinha esquecido ele, que tava lá as coisa dele, porque eu tava esperando, porque eu tinha esperança, porque eu tinha fé que ele voltava. Se eu achasse, eu acho que muita angustia minha passava muita mesmo.

Pesquisador: Há alguma esperança?

Tereza: A dor é tão grande que você passa até ser ateu na vida sabia. Que eu se você falar assim, e sua religião, eu não tenho religião e seu Deus que fé que você tem em Deus, eu vou falar nenhuma, você passa a ser um, sei lá. Hoje não estou acreditando nem em Deus hoje, onde Deus tava numa hora dessas sabe, pra ter deixado acontecer isso com meu filho, porque no mesmo instante que eu penso que ele ta bem ele pode ter partido dessa pra outra. Desse jeito e porque que ele foi desse jeito, um inocente doze anos meu filho era uma criança, uma criança de tudo, ai eu penso onde Deus tava nessa hora pra deixar meu filho ir desse jeito. E porque

que eu tinha que pagar por isso, se tem algum que tinha que pagar não era eu. Porque o pai dele já matou uma pessoa também sabe. E no início o pai desse menino (que foi assassinado) falava que ele ia pagar que ele ia tirar uma coisa que ele mais amava na vida. Então eu passo nisso também, entendeu, porque na época (na qual o M. sumiu) o pai desse menino tava preso e ele era ruim, esse homem. Ele sempre falava que o pai do M. ia pagava por isso. Então são muitas coisa se for pensar né. Eu falei quem sabe é o pai dele que ta pagando, mas porque que eu tenho que pagar.

2 . Solange – mãe do Fábio

Solange: Então é igual eu falei pra minha amiga, eu nunca, eu vou ser franca pra você, eu nunca vou esquecer meu filho. Eu ia tirar minha vida. Parei. Porque eu não posso, vou ser franca, (choro) eu não posso ver uma polícia. Tenho revolta, revolta. Eu me choco com o poder público. Entendeu. Não todos! Mas, sim alguns. Porque se, o que fizeram com meu filho, se fosse meu filho que tivesse feito, eu credito que não tava impune. E quem fez, me vê as vezes, onde eu entrava, falava sorrir. Sabe que isso? Porque eu não tenho dinheiro. (Muito emocional e chorando). Porque se eu tivesse dinheiro, o caso não ficava da forma que ficou. Isso eu te garanto. Porque, hoje o país que nós vivemos, o dinheiro fala mais alto, no momento eu não encontrei ninguém que me apoiasse. O delegado veio aqui em casa uma vez, a assistente social tive vários apoio assim, de um, de várias pessoas. Mas eu tava falando pra minha amiga hoje, eu vou ser franca pra você, eu nunca vi resultado até hoje, de nada! Tanto que eu me dispus, tanto que eu lutei! Tudo quanto é lugar que você falar: “Dona Solange, ainda falta a senhora ir em tal lugar.” Eu dizia pra você: “Então me dar o endereço.” Eu ia lá e batia na porta. Graças a Deus todo lugar que eu fui, eu fui atendida, todos! Por isso que eu falo pra você, se algum que você for e falar assim: você conhece o caso da dona Solange? Se falar pra você: Não! É mentira. Conhecem, todos, todos, todos, todos, todos. Eu tive apoio na casa de, das pessoas vítimas da violência, soube inclusive que ela acabou né? Eu nem sabia, por falta de financeiro, você conhece ela, fica lá do setor Pedro?

3. Candido e Magda – pais do Antonio

Magda - Agente, é assim um sofrimento tão grande assim, mas agente procura, vive por onde assim, agente num esquece, agente lembra todo instante, eu lembro dele cada minuto, cada segundo eu lembro dele, tudo que eu faço fico lembrando nele, mas agente pede pra Deus da conforto pra gente né, porque é a única solução, porque não adianta fazer nada.

Candido - Agente foi no local onde mato eles lá, agente viu lá, às vezes eu to assim deitado pensando, fico pensando, naqueles momentos que ele passou, as vezes quando eu to assistindo um jogo de futebol, que cai um ali e fica com dor, aquilo pra min é um remorso, até saiu de perto, pra num, porque eu fico numa lembrança.

4. Mara – esposa do João

Mara – Modificou também porque ai destrói a nossa família, destrói, mas o que ficou agente pode juntar e criar forças para seguir em frente com o pouquinho que ficou, hoje eu vejo assim, mas que ficou destrói ficou. A gente tinha uma vida inteira pela frente, agente era jovem, tinha plano de ter outro filho, não tinha ainda porque não tinha uma casa e as dificuldades que já passava só com o Divino. Pensa assim ele (João) estava estudando, tinha acabado de prestar vestibular e correr atrás para fazer esta faculdade, acabou é como se você se levantasse das cinzas com o restinho que ficou para continuar.